



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

WALESCA ANTÔNIA FERREIRA CORRÊA

**MÃES ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE: BARREIRAS E
FACILITADORES À PERMANÊNCIA ACADÊMICA NO CAMPUS SEDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

MANAUS – AM

2026



WALESCA ANTÔNIA FERREIRA CORRÊA

**MÃES ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE: BARREIRAS E
FACILITADORES À PERMANÊNCIA ACADÊMICA NO CAMPUS SEDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre(a) em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais

Orientador/a: Profa. Dra. Dayse da Silva Albuquerque

MANAUS – AM

2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C824m Corrêa, Walesca Antônia Ferreira
Mães Estudantes na Universidade: Barreiras e Facilitadores à
permanência acadêmica no campus sede da Universidade Federal do
Amazonas (UFAM) / Walesca Antônia Ferreira Corrêa. - 2026.
110 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Dayse da Silva Albuquerque.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Manaus, 2026.

1. Psicologia Ambiental. 2. Educação. 3. Maternidade. 4. Ambiente. I.
Albuquerque, Dayse da Silva. II. Universidade Federal do Amazonas.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título

Corrêa, W.A.F., **Mães estudantes na universidade: barreiras e facilitadores à permanência acadêmica no campus sede da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**. 110f. Dissertação Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Dayse da Silva Albuquerque. Manaus – Amazonas.

Aprovado em: 24/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Dayse da Silva Albuquerque

Presidente – Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM)

Profa. Dra. Rozane Alonso Alves

Membro titular interno – Universidade Federal do Amazonas (PPGECH-FACED)

Profa. Dra. Gleice Azambuja Elali

Membro titular externo– Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU-UFRN)

Prof.^a. Dra. Adria de Lima Sousa

Membro suplente interno – Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM)

Profa. Dra. Maria Inês Gasparetto Higuchi

Membro suplente externo - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus amados filhos, Daniel e Anthony, que são a luz da minha vida, minha maior motivação e a razão de cada esforço e conquista. Em cada desafio enfrentado, foi o amor de vocês que me deu forças para seguir em frente e nunca desistir dos meus sonhos.

*Dedico às mulheres que sempre lutaram e acreditaram em mim, minha mãe **Cina** e minha tia **Letice**.*

Dedico também a todas as mães participantes desta pesquisa, que mesmo diante das dificuldades da vida e da incansável busca por uma melhor qualidade de vida para suas famílias, jamais deixam de amar, proteger e cuidar de seus filhos com dedicação.

AGRADECIMENTOS

Escrever estes **agradecimentos** desperta em mim um misto de alegria e alívio. Ao olhar para trás, recordo cada passo percorrido, os desafios enfrentados e as pessoas que, de diferentes formas, tornaram esta caminhada possível.

Aos meus meninos, **Daniel** e **Anthony**, que iluminam e, ao mesmo tempo, bagunçam a minha vida com sua alegria. Vocês dão sentido a tudo o que faço.

À minha **mãe**, por sempre acreditar em mim e me manter em suas constantes orações.

Ao meu querido **Felipe**, pelo cuidado com a nossa família, pelo apoio incondicional e por ter insistido na minha inscrição para este mestrado justamente quando eu pensava em desistir. Obrigada por acreditar em mim até mesmo quando eu duvidava.

Às minhas primas, **Laize**, por ter sido minha primeira inspiração acadêmica, e **Loren**, por sua amizade, carinho e amor constante.

À professora **Dayse Albuquerque**, por acreditar em mim, ensinar com dedicação, acolher minhas dúvidas e, sobretudo, por nunca enxergar a maternidade como um obstáculo, mas como parte da minha trajetória.

À professora **Rozane Alonso**, por ter aceitado, com carinho, o convite para compor minha banca e por sempre incentivar e apoiar seus alunos.

À professora **Gleice Elali**, que, embora eu não tenha tido a oportunidade de conhecer pessoalmente, tornou-se uma referência para mim por meio de seus escritos. Agradeço também pela generosidade e afetuosidade demonstradas em nossos contatos.

Aos colegas da graduação e do mestrado, que compartilharam comigo esta caminhada, muitas vezes desafiadora, tornando-a mais leve, acolhedora e repleta de momentos de alegria.

Ao CNPq, à CAPES e à FAPEAM apoio à pesquisa e pelo incentivo à formação científica, fundamentais para a realização deste trabalho. E ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM).

*Uma gota de leite
me escorre entre os seios.
Uma mancha de sangue
me enfeita entre as pernas.
Meia palavra mordida
me foge da boca.
Vagos desejos insinuam esperanças.*

*Eu-mulher em rios vermelhos
inauguro a vida.
Em baixa voz
violento os tímpanos do mundo.
Antevejo.
Antecipo.
Antes-vivo.*

*Antes – agora – o que há de vir.
Eu fêmea-matriz.
Eu força-motriz.
Eu-mulher
abrigo da semente
moto-contínuo
do mundo.*

***Eu-mulher
Conceição Evaristo***

Corrêa, W.A.F., **Mães estudantes na universidade: barreiras e facilitadores à permanência acadêmica no campus sede da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**. 98f. Dissertação Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Dayse da Silva Albuquerque. Manaus – Amazonas.

RESUMO

Os estudos sobre docilidade ambiental a partir do modelo ecológico de envelhecimento de Lawton têm ampliado o entendimento sobre o bem-estar e a qualidade de vida humana ao descrever características ambientais que podem ampliar ou reduzir as barreiras de acesso e permanência nos espaços. Inicialmente voltado à população idosa para intervenções em instituições de longa permanência, o modelo atualmente se estende a outros contextos e grupos de modo a considerar diferentes demandas. Nessa perspectiva, este estudo, de abordagem qualitativa e multimetodológica, utilizou primeiramente um formulário online para identificação e seleção das participantes, seguido da realização de entrevistas caminhadas (*walk-along interviews*), que possibilitaram uma compreensão aprofundada da experiência de mulheres mães e estudantes em seu cotidiano universitário. Participaram da pesquisa sete mães regularmente matriculadas em cursos de graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM – Campus Manaus). Os resultados evidenciaram a presença de barreiras institucionais e estruturais que dificultam a permanência dessas estudantes, como limitações na infraestrutura, ausência de espaços adequados para crianças e insuficiência de políticas de acolhimento, bem como níveis elevados de pressão ambiental. Paralelamente, a pesquisa enfatizou, por meio das falas das estudantes mães, estratégias por elas desenvolvidas para conciliar maternidade e vida acadêmica. Assim, o estudo contribuiu para o avanço teórico e metodológico nos campos da Psicologia Ambiental e da Educação, ao promover reflexões sobre gênero, maternidade e ambiente universitário. Além disso, a pesquisa reforça a importância da formulação de políticas institucionais mais inclusivas e ambientalmente sustentáveis, voltadas à permanência e ao acolhimento de mães no ensino superior.

Palavras-chave: Psicologia Ambiental; Maternidade; Educação.

Corrêa, W.A.F. **Students Mothers at the University: Barriers and Facilitators to Academic Persistence on the main Campus of the Federal University of Amazonas (UFAM)**. 98p. Dissertation. Federal University of Amazonas. Supervisor: Dayse da Silva Albuquerque. Manaus – Amazonas.

ABSTRACT

Studies on environmental docility based on Lawton's ecological model of aging have expanded the understanding of human well-being and quality of life by describing environmental characteristics that can either increase or reduce barriers to access and permanence in different spaces. Initially focused on the elderly population, particularly for interventions in long-term care institutions, the model has now been extended to other contexts and groups in order to address diverse demands. From this perspective, the present study adopted a qualitative and multimethodological approach, initially using an online questionnaire to identify and select participants, followed by walk-along interviews, which enabled an in-depth understanding of the experiences of women who are both mothers and students in their university daily lives. The study included seven mothers regularly enrolled in undergraduate programs at the Federal University of Amazonas (UFAM – Manaus Campus). The results revealed the presence of institutional and structural barriers that hinder these students' permanence, such as limitations in infrastructure, the absence of adequate spaces for children, insufficient support policies, and high levels of environmental pressure. At the same time, the study highlighted, through the participants' narratives, the strategies they developed to reconcile motherhood and academic life. Thus, this research contributes to theoretical and methodological advancements in the fields of Environmental Psychology and Education by fostering reflections on gender, motherhood, and the university environment. Furthermore, it underscores the importance of developing more inclusive and environmentally sustainable institutional policies aimed at supporting the permanence and inclusion of mothers in higher education.

Keywords: Environmental Psychology; Motherhood; Education.

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADUA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas
APA – *American Psychological Association*
APA – Área de Proteção Ambiental
BF – Bolsa Família
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDC – Centro de Convivência
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAEST – Departamento de Assistência Estudantil
DEEI – Departamento de Educação Indígena
FACED – Faculdade de Educação
FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
FEFF – Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
FPI – Formação de Professores Indígenas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LAPESP – Laboratório de Pedagogia do Esporte
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
NBR – Norma Brasileira
NEPPD – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial
PAE – Programa de Assistência Estudantil
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPGPSI – Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PROAE – Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
PROEG – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROGESP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

RU – Restaurante Universitário
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Campus Universitário Arthur Virgílio Filho.....	31
Figura 2 - Categorias: 1. Barreiras à permanência das mães estudantes no campus.....	42
Figura 3 - Parada principal do setor norte	45
Figura 4 - Vaga destinada para pessoa com deficiência no estacionamento da Faculdade de Educação (FACED).....	46
Figura 5 - Placa indicando vaga exclusiva para PCD.....	45
Figura 6 - Estacionamento próximo a Faculdade de Letras (Flet).....	47
Figura 7 - Percurso para se chegar nas salas.....	47
Figura 8 - Estacionamento exclusivo para pessoas idosas e com deficiência localizado próximo da entrada da Faculdade de Artes.....	48
Figura 9 - Sala no andar superior do CDC.....	50
Figura 10 - Sala de descanso de Bubuia.....	50
Figura 11 - Pias do banheiro.....	55
Figura 12 - Cuba do banheiro.....	55
Figura 13 – Dimensão das cabines sanitárias	57
Figura 14 – Espaço do movimento da porta	57
Figura 15 – Tamanho da entrada da cabine	57
Figura 16 - Fraldário aberto no banheiro masculino.....	58
Figura 17 - Fraldário fechado, com placa indicando sua finalidade.....	57
Figura 18 - Fraldário danificado no banheiro feminino na Faculdade de Educação (Faced).....	59
Figura 19 - Em frente ao banheiro da Faculdade de Tecnologia (FT).....	60
Figura 20 - Em frente ao banheiro da Faculdade de Educação.....	59
Figura 21 - Caminho que leva ao Restaurante Universitário (R.U).....	64
Figura 22 - Entrada do Restaurante Universitário (R.U)	63
Figura 23 – Mesas de alimentação no R.U.....	65
Figura 24 - Catracas na saída do R.U.....	64
Figura 25 - Entrada do R.U evidenciando a ausência de sinalização de fila preferencial (barreira atitudinal e comunicacional).....	65
Figura 26 - Filas extensas no horário das refeições (Setor Norte)	64
Figura 27 - Categorias: 2. Facilitadores à permanência das mães estudantes no campus	66
Figura 28 - Áreas verdes próximo a FACED	70
Figura 29 - Áreas verdes no setor norte.....	69
Figura 30 - Criança brincando no Centro de Convivência (Setor Norte).....	72

Figura 31 - Criança olhando a placa no Centro de Convivência (Setor Norte).....	70
Figura 32 - Contemplando a natureza e brincando no Hall do IFCHS	72
Figura 33 - Centro de Convivência (CDC).....	73
Figura 34 - Hall do IFCHS.....	72
Figura 35 – Criança caminhando na entrada da Faculdade de Educação.....	74
Figura 36 - Criança brincando em atividade desenvolvida pelo Neppd.....	73
Figura 37 - Crianças reunidas realizando as atividades na sala do FPI.....	76
Figura 38 - Criança olhando o mapa do Amazonas.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Identificação das mães estudantes	41
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 DOCILIDADE AMBIENTAL	18
2.2 AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS	21
2.3 MÃES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS	25
3. OBJETIVOS	29
3.1 Objetivo Geral	29
3.2 Objetivos específicos.....	29
4. MÉTODO.....	29
4.1 Delineamento metodológico	29
4.2 Local de Estudo e Participantes	30
4.3 Cuidados éticos	32
4.4 Procedimentos de coleta de dados.....	33
4.4.1 Procedimentos de análise de dados	35
5. Resultados e discussão.....	35
5.1 Quem são as estudantes mães?.....	35
6. Barreiras Estruturais e Cotidianas na Trajetória de Mães Estudantes Universitárias.....	42
6.1 O espaço que não acolhe: mobilidade e acesso ao campus	43
6.2 O espaço que não acolhe: barreiras institucionais e infra estruturais.....	49
7. Aspectos facilitadores para a permanência.....	66
7.1 O espaço que acolhe: rede de apoio	66
7.2 O espaço que acolhe: auxílios e benefícios	68
7.3 O espaço que acolhe: a conexão com a natureza e os espaços amplos	69
7.4 O espaço que acolhe: espaço de aprendizagem	73
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICES	88
APÊNDICE A - ROTEIRO FORMULÁRIO	88
Contexto acadêmico.....	88
Dados pessoais e sociodemográficos.....	88
APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA	92
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	93
APÊNDICE D - CARD E CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DO FORMULÁRIO.....	97

1. INTRODUÇÃO

Ao escrever sobre mulheres-mães-estudantes é imprescindível olhar a história, pois a construção social destes indivíduos sempre esteve rodeada de lutas. Para nós mulheres ocuparmos os diferentes espaços historicamente negados, outras necessitaram apagar a sua história, em consequência da dominação, submetendo-se a papéis nem sempre confortáveis de serem assumidos. Essa desigualdade de gênero, foi imposta desde a época colonial com uma sociedade extremamente patriarcal, na qual as mulheres permaneciam subordinadas ao pai e ao marido (Del Priore, 2001).

Após um longo percurso de lutas, hoje podemos fazer escolhas que antigamente não eram permitidas. A segunda onda do feminismo foi muito importante nesse processo, pois contribuiu com questões sobre a Libertação das Mulheres e os direitos reprodutivos e controle do próprio corpo, acesso à contracepção e legalização do aborto sob o lema “nosso corpo nos pertence”, bem como direito ao prazer e corresponsabilidade no trabalho doméstico (Brabo, 2015), questões que se perpetuam até os dias atuais. Badinter (2024) escreve que após essas mudanças abriu-se a porta para as mulheres escolherem outras possibilidades de papéis a serem exercidos, tendo maior liberdade para escolher entre as ambições pessoais ou vivenciar a maternidade com ou sem atividade profissional.

Contudo, é importante reconhecer que, na contemporaneidade, há uma multiplicidade de arranjos e configurações familiares, e que muitas mulheres vivenciam a maternidade de forma solo, assumindo integralmente as responsabilidades de cuidado e de provisão (Borges, 2020). Essas transformações, associadas à lógica de subordinação imposta pelo sistema capitalista, exigem constantes adaptações a rotinas intensas, marcadas pela sobrecarga e pela multiplicidade de papéis desempenhados (Saffioti, 1987).

Em busca de melhores condições de vida, autonomia e ascensão profissional, muitas mães optam por seguir uma trajetória acadêmica e profissional, enfrentando inúmeros desafios relacionados à conciliação entre o cuidado com os filhos e as exigências do mundo do trabalho e da educação formal. Segundo os dados do Censo Escolar de 2022 (Brasil, 2023), divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), as mulheres ocupam uma parcela significativa nos cursos de ensino superior.

Badinter (1985) evidencia que a maternidade ainda é socialmente concebida como um campo sagrado, no qual se espera dedicação integral aos filhos. E quando a mulher decide não se restringir a essa função e buscar outros caminhos, como a educação, o trabalho ou a vida

pública, frequentemente é vista como ausente ou indiferente. Essa escolha é tratada como uma afronta à natureza, um desvio da norma, reforçando estigmas históricos que classificam a mulher que não se encaixa nesse modelo como a “a-normal” por excelência.

Bourdieu (1999) afirma que a dominação masculina está tão enraizada nas estruturas sociais que se torna invisível. Essa lógica não foge dos espaços acadêmicos, pois as mães muitas das vezes sofrem violência simbólica ao serem invisibilizadas. A presença desse grupo nas universidades ainda é marcada pela invisibilidade institucional e pela ausência de políticas públicas específicas que garantam sua permanência. Como destacam Joaquim e Aragão (2024), as estudantes que exercem a maternidade frequentemente lidam com a sobrecarga das múltiplas jornadas, a falta de creches, a inadequação dos espaços e o preconceito velado dentro da comunidade acadêmica. Nesse contexto, estudar torna-se um ato de resistência, e o ambiente universitário, muitas vezes pensado para um estudante ideal, desconsidera as experiências atravessadas por gênero, raça, classe e maternidade. Assim, é urgente que as instituições repensem suas estruturas e práticas para garantir a equidade no acesso e na permanência de mulheres que escolhem matinar e estudar simultaneamente.

A escolha por investigar a temática das mães universitárias surge de uma vivência pessoal que atravessa minha trajetória acadêmica e existencial. Mãe de dois meninos, ingressei na universidade durante o meu período de resguardo pós-parto, e, desde então, vivenciei de forma concreta os inúmeros desafios que permeiam a conciliação entre a maternidade e a vida universitária. As exigências impostas pela academia, muitas vezes inflexíveis e descontextualizadas da realidade de estudantes que são mães, geram pressões emocionais e estruturais que podem levar ao desejo de desistência. Essa realidade se agrava diante da ausência de políticas públicas eficazes de permanência e da falta de estrutura adequada nas instituições de ensino superior, refletindo um preconceito velado e por vezes explícito que marca a maternidade como incompatível com o espaço acadêmico. Ser mãe dentro da universidade ainda é, muitas vezes, motivo de julgamento, especialmente quando há a necessidade de levar os filhos para o ambiente universitário, o que é visto como inadequado por uma lógica institucional que não foi pensada para acolher as crianças.

Dessa forma, a motivação para esta pesquisa nasce da necessidade de dar visibilidade a essas experiências silenciadas. A partir do lugar de mulher, mãe e estudante de graduação, desenvolvi um olhar sensível e crítico sobre os obstáculos enfrentados por esse grupo. Compreendo que investigar esse tema é uma forma de contribuir para a construção de uma universidade mais inclusiva, que reconheça a diversidade de seus sujeitos e promova condições

reais de permanência acadêmica para mulheres que, além de estudantes, são também mães que vivem a maternidade e a maternagem.

Este estudo busca dialogar diretamente com a abordagem da Psicologia Ambiental, por possibilitar a compreensão das conexões entre a pessoa e o ambiente, bem como dos impactos que essa inter-relação exerce sobre a subjetividade dos indivíduos. Ao tratar de mães no contexto universitário, considera-se que as relações estabelecidas nesse espaço influenciam diversas dimensões da experiência pessoal, à medida que novas vivências e desafios se apresentam (Albuquerque, 2019). Para tanto, o aporte teórico utilizado centrou-se no modelo pressão-competência proposto pelo gerontólogo Lawton (1973), tendo como base o conceito de Docilidade Ambiental, ou seja, a relação entre demandas individuais e recursos ambientais disponíveis que podem reduzir ou aumentar a pressão e o estresse na relação pessoa-ambiente (Lawton, 1973). Esse conceito permitiu compreender como as condições estruturais da universidade afetam de maneira ampliada a experiência das mães estudantes universitárias.

Este estudo, em diálogo com a linha de pesquisa Processos Psicossociais do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM), busca enriquecer o campo de pesquisa que dialoga com gênero, educação e relações pessoa-ambiente, a partir da realidade desta instituição que possui um projeto arquitetônico único, e que já apresenta desafios educacionais próprios da região norte. Além de contribuir para a reformulação de políticas públicas de acesso e permanência em âmbito nacional e não apenas na realidade do Amazonas, e na reestruturação da universidade para torná-la mais acessível e sensibilizar a comunidade acadêmica de que esse espaço é um direito de todos independente de gênero. Diante dessas discussões teóricas e diálogos, esse estudo baseia-se nas seguintes questões norteadoras: Como a infraestrutura e a organização espacial do campus universitário refletem a docilidade ambiental para as mães universitárias? E como a percepção das mães estudantes universitárias sobre a docilidade ambiental do campus afeta suas estratégias de conciliação entre maternidade e vida acadêmica?

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa fundamentação teórica está organizada em três tópicos. Primeiro, discuto o conceito de docilidade ambiental e como ele influencia a relação pessoa-ambiente em distintos cenários. Em seguida, abordo os ambientes universitários como espaços que podem tanto incluir quanto excluir, dependendo de sua estrutura. Por fim, discorro acerca dos estudos sobre a realidade das mães universitárias, refletindo sobre os desafios que enfrentam para a permanência em cursos de graduação. Essa organização possibilita um aprofundamento das questões que norteiam esse estudo para posterior discussão dos dados.

2.1 DOCILIDADE AMBIENTAL

Os estudos sobre a relação pessoa-ambiente possuem uma abordagem multidimensional, que surge ao integrar diferentes níveis de análise e teorias sobre esses inter-relacionamentos. Isso significa que, para compreender como as pessoas interagem com o ambiente, é necessário considerar diversas perspectivas (KD Moore et al., 2003). No campo da Psicologia Ambiental, existem várias perspectivas teóricas; neste contexto, a presente pesquisa foca especificamente na abordagem ecológica de M. Powell Lawton, aplicada amplamente na área da gerontologia ambiental.

O ponto de partida desta abordagem é o Modelo Ecológico de Envelhecimento, que propõe que os padrões de saúde e bem-estar são influenciados por uma interação contínua e dinâmica entre fatores biológicos, comportamentais e ambientais. Essa interação ocorre ao longo da vida de indivíduos, famílias e comunidades, moldando suas experiências e condições de vida. Logo, estes são elementos centrais para a compreensão desse processo (KD Moore et al., 2003; Ribeiro, 2017).

Ribeiro (2017, p.11) afirma que “[...] o trabalho de Lawton concentra-se no comportamento e no bem-estar. A tese preliminar é a de que o comportamento e a ação humana resultam das competências do indivíduo na sua interação com o meio ambiente e da marca que este confere nos seus desejos e necessidades”. Para sistematizar essas relações que buscam o equilíbrio entre demandas individuais e recursos ambientais, Lawton descreve o Modelo Pressão-Competência.

O modelo Pressão-Competência (Lawton, 1986) descreve como os indivíduos lidam com as diferentes demandas impostas pelo ambiente. Em outras palavras, trata-se de compreender como as pessoas se adaptam às pressões ambientais, considerando que essa adaptação depende diretamente do nível de competência pessoal de cada indivíduo para

enfrentar tais pressões (Albuquerque et al., 2018; Amâncio, 2018). A competência envolve questões biológicas, funcionais, cognitivas e sociais (Gunther, 2011) enquanto as pressões ambientais podem causar níveis elevados de estresse, fazendo com que o corpo emita respostas para se adaptar (Albuquerque et al., 2018) afetando significativamente o bem-estar dos indivíduos. Indivíduos com maiores níveis de competências tendem a se ajustar melhor aos diferentes contextos ambientais, o que aumenta as chances de alcançarem resultados positivos. Em contraste, aqueles com menores níveis de competências percebem os ambientes de forma mais desafiadora e, por isso, estão mais sujeitos a influências negativas, o que reduz a probabilidade de adotarem comportamentos adaptativos (Gunther, 2011), ou seja, isso torna a relação pessoa-ambiente menos dócil (Albuquerque & Elali, 2024; Lawton & Nahemov, 1973).

Quando a pressão ambiental se intensifica, pode representar obstáculos ao desenvolvimento individual, especialmente para aqueles com menores níveis de competência ou que enfrentam dificuldades em acessar e utilizar os recursos oferecidos pelo próprio ambiente (Gunther, 2011). A pressão ambiental não deve ser nem excessiva nem insuficiente, pois há variação no modo como os indivíduos percebem e se relacionam com o ambiente (Sequeira & Silva 2002). Algum nível de estresse é desejável para não gerar tédio aos usuários, porém ao ocorrer um desequilíbrio entre as competências individuais e a pressão exercida pelo ambiente, entende-se que há a necessidade de ajustes ambientais e adaptações humanas a serem conduzidas. Para que não se exija além do necessário, nem se subestime as competências individuais, é fundamental considerar essas diferenças (Albuquerque et al., 2018). Dessa forma, o ambiente influencia diretamente o ser humano em suas vivências diárias, ou seja, o mesmo espaço pode gerar desafios físicos, sentimentos e experiências sociais muito diferentes para distintas pessoas (Konig et al., 2019).

Complementarmente, no âmbito da pessoa, Lawton descreve o Modelo Ecológico de Envelhecimento que prevê cinco competências comportamentais que envolvem a saúde biológica, a saúde funcional, a cognição, o uso do tempo e o comportamento social (KD Moore et al., 2003). Conforme se avança da primeira competência (saúde biológica) para a quinta (comportamento social), Lawton destacou que essas habilidades passam a ser cada vez mais influenciadas e moldadas pelas condições do ambiente social e físico em que a pessoa está inserida. Para aprofundar essas relações, Lawton descreve duas hipóteses centrais: a de docilidade e a de proatividade ambiental.

O conceito de Docilidade Ambiental refere-se à forma como ambientes específicos exercem maior influência sobre indivíduos com menor competência pessoal. Quanto menor a competência, maior a suscetibilidade à influência do ambiente. A formulação da hipótese da

Proatividade Ambiental baseia-se na compreensão de que indivíduos com níveis mais elevados de competência tendem a mobilizar os recursos disponíveis no ambiente de maneira favorável ao seu próprio desenvolvimento. Nesse sentido, a proatividade ambiental atua como um fator facilitador, promovendo o aprimoramento da experiência comportamental e favorecendo a adaptação do sujeito ao meio em que está inserido (Lawton, 1999).

Pensar no conceito de Docilidade Ambiental contribui para a projeção de espaços e a criação de políticas públicas para atender melhor pessoas com diferentes níveis de capacidade. De acordo com Gunther e Elali (2018), as características dos ambientes sócio-físicos contribuem para maior ou menor docilidade. O desenvolvimento da docilidade gera vínculos afetivos com o lugar, o que contribui para a qualificação da própria existência (Golant, 2015; Wahl et al., 2012).

Esse conceito, por muito tempo, foi usado em pesquisas da área de gerontologia (Scheidt & Norris-Baker, 2004), mas seu uso tem se expandido para outros campos e fases da vida (Gunther & Elali, 2018). Em sua pesquisa Lawton (1999) dialoga que esse modelo pode ser aplicado a qualquer pessoa que possua limitação em suas competências pessoais, ou seja, os conceitos não são exclusivos para a velhice. A pesquisadora Elali (2018) explorou esse conceito em estudos sobre campi universitários e no planejamento de espaços voltados para crianças pequenas (Carvalho & Elali, 2019). Por sua vez, Albuquerque e Gunther (2019) empregaram o termo em suas investigações sobre ambientes residenciais, considerando a relação de crianças e idosos com a cidade.

A ideia central é que quando se aborda a compreensão acerca da Docilidade Ambiental busca-se evidenciar como um ambiente pode otimizar o desempenho das habilidades pessoais, desde que as condições psicossociais sejam favoráveis e as características do espaço como facilidade de orientação, locomoção e uso sejam adequadas (Gunther & Elali, 2018). Embora originalmente concebido a partir de estudos sobre o envelhecimento, esse conceito pode ser adaptado para promover condições espaciais facilitadoras que atendam às necessidades de diferentes faixas etárias. Higuchi (2022, p. 13), por exemplo, afirma que:

Refletir acerca da relação pessoa-ambiente em diferentes momentos do ciclo de vida pode contribuir para o entendimento das particularidades e similaridades presentes nessas relações e nos indicar possibilidades para a promoção de ambientes mais acolhedores nessa caminhada.

Destarte, este estudo parte desta ampliação do termo para pensar e expandir sua aplicação aos ambientes universitários, destacando a relevância da adaptação dos espaços para

promover o fortalecimento do bem-estar aos que diariamente circulam por ali. Isso se justifica pelo fato de que os campi universitários abrigam um público diversificado, com necessidades distintas, exigindo uma abordagem que contemple as especificidades de cada grupo para garantir uma experiência mais inclusiva e acolhedora para todos.

2.2 AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS

A universidade é uma instituição fundamental na sociedade contemporânea (Pinto & Buffa, 2009), desempenhando um papel central na oferta de cursos de ensino superior e desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão. Nesse ambiente acadêmico, indivíduos buscam prioritariamente a formação e a produção de conhecimento (Ribeiro, 2020). Para atender a essa finalidade, as atividades universitárias demandam uma estrutura física organizada, cujas funções estão alinhadas ao compromisso social da universidade (Fischer, s/d).

Dessa forma, para compreender o ambiente universitário, é essencial considerar a dimensão física que abriga e possibilita a realização dos eventos sociais. O ambiente universitário é caracterizado pela diversidade de seu público, onde cada indivíduo carrega sua própria subjetividade. Nesse contexto, as experiências vivenciadas são influenciadas de maneira única pelo cenário ambiental em que ocorrem. Para Bittencourt et al. (2004), um ambiente construído que seja projetado para ser acessível a todos pode oferecer oportunidades equitativas para seus usuários, pois essas experiências se desenvolvem por meio das interações entre os indivíduos e os grupos aos quais estão vinculados (Medeiros, 2012).

Em geral, os campi universitários são espaços públicos. Senet (1974) e Medeiros (2012) os definem como espaços de uso coletivo que permitem que um conjunto de pessoas o utilizem simultaneamente. Para que haja a apropriação deste espaço, é necessário que os indivíduos se adaptem ao ambiente, permitindo, assim, o desenvolvimento de um vínculo que fortaleça sua relação com o espaço.

A pesquisadora Albuquerque (2015), em sua dissertação, enfatiza que a organização espacial e a criação de um ambiente acolhedor e saudável são elementos essenciais para o processo de aprendizagem dos acadêmicos. Destaca, ainda, a relevância de os campi universitários oferecerem espaços apropriados para momentos de pausa, de modo a favorecer o bem-estar dos estudantes e um melhor desempenho. Além disso, evidencia a necessidade de garantir que esses espaços sejam acessíveis e inclusivos, tanto em termos físicos quanto sociais, de modo a fortalecer a integração e a participação da comunidade (Albuquerque et al., 2016). Desse modo, a Docilidade Ambiental pode se manifestar tanto na concepção de espaços

construídos que favoreçam a acolhida e o bem-estar quanto na preservação e integração de áreas verdes, promovendo uma ambiência mais harmoniosa e propícia ao equilíbrio entre o ambiente construído e a natureza (Amâncio, 2018; Marques, 2023).

É importante destacar que o termo campus universitário surgiu a partir de um projeto americano do modelo de Virgínia e começou a ser utilizado por outras universidades. O primeiro campus foi concebido como um ambiente autossuficiente, equipado com infraestrutura, serviços e recursos que reproduzissem as condições de uma pequena cidade. Essa estrutura permitia aos estudantes residirem no local e se dedicarem integralmente à formação acadêmica, promovendo um ambiente propício ao aprendizado e à pesquisa. E esse modelo segue até aos dias atuais como apresenta Pinto e Buffa (2009, p. 41):

[...] os campis tornaram-se verdadeiras cidades especiais, cercadas, com o decorrer do tempo, pela malha urbana das cidades próximas existentes, mas continuando fechadas, com seu território definido e limitado e com o privilégio de estabelecer, dentro de certos limites, suas normas, regras e padrões. Os campis tornavam-se o território de privilegiados: local destinado à formação de dirigentes, à pesquisa e à produção científica sem a interferência nefasta das cidades. Nascia, assim, um novo território independente, calmo, agradável e completamente equipado para cumprir seus objetivos.

Ao refletir sobre o conceito de campus universitário, é possível considerar sua concepção como um espaço projetado e estruturado intencionalmente para atender as necessidades da comunidade acadêmica. No contexto brasileiro, a primeira universidade a contar com um campus planejado foi a Universidade de Brasília (UnB), cuja concepção ocorreu na década de 1960, tendo sido coordenada por educadores relevantes como Anísio Teixeira. Contudo, antes de sua idealização, outras universidades já estavam consolidadas no contexto brasileiro, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a própria Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Tais espaços seguiram um modelo de campus estruturado com a oferta de serviços como saúde, lazer, alimentação, dentre outros, de acordo com o modelo norte-americano (Albuquerque, 2015; Pinto & Buffa, 2019). Logo, o planejamento de um campus é essencial para se pensar a acessibilidade, evitando barreiras arquitetônicas, que podem interferir na qualidade de vida no campus, o que dialoga integralmente com a concepção de Docilidade Ambiental, pois pensar em acessibilidade permite que os indivíduos com ou sem deficiência acessem o mesmo espaço (Lima et al., 2020).

Conforme estabelecido pelo Decreto nº 5.296/2004, acessibilidade é a condição que permite o uso seguro e autônomo de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, meios de transporte, sistemas e recursos de comunicação para pessoas com deficiência ou

mobilidade reduzida. Esse direito está intrinsecamente ligado aos direitos humanos e à cidadania, sendo regulamentado no Brasil pela Norma Brasileira (NBR) 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Trata-se de um direito universal, garantido pelo princípio constitucional da igualdade, refletindo os objetivos e princípios consagrados em constituições, declarações e conferências internacionais, incluindo a Constituição Federal de 1988. E para efetivar ainda mais esse direito foi aprovada em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146/2015) que amplia, organiza e protege os direitos da pessoa com deficiência. Porém, quando trata de acessibilidade, atendimento e eliminação de barreiras, inclui também pessoas com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

Para ilustrar tais barreiras, Sassaki (2003) discute diferentes formas de acessibilidade, identificando seis principais dimensões: 1) a acessibilidade arquitetônica que se refere à remoção de obstáculos físicos que dificultam a mobilidade; 2) a acessibilidade atitudinal relacionada à superação de preconceitos, estereótipos e discriminação; 3) no âmbito comunicacional, destaca-se a necessidade de adaptar códigos e sinais para garantir a compreensão por todos; 4) a acessibilidade metodológica que envolve a adequação de técnicas, abordagens e métodos às necessidades específicas; 5) a acessibilidade instrumental que diz respeito à adaptação de materiais, equipamentos e tecnologias assistivas e, por fim, 6) a acessibilidade programática que busca eliminar barreiras invisíveis presentes em normas, políticas e legislações.

A presença de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos espaços educacionais cada vez mais se amplia e, logo, deve ser garantida a possibilidade de acesso de forma segura independente aos espaços educacionais (Matos et.al, 2022). Entretanto, Sassaki (2000, p. 2) ressalta que “a preocupação das universidades em adaptar seus ambientes físicos tem sido tão tímida quanto a preocupação em adaptar o acesso ao currículo e em preparar os professores dos cursos superiores”. Tornar os campi universitários mais acessíveis envolve o planejamento de espaços inclusivos, que garanta a circulação de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. Isso envolve não apenas a eliminação de barreiras arquitetônicas, como a instalação de rampas, elevadores, sinalização em braile e pisos táteis, mas também a criação de ambientes acolhedores e funcionais (Matos et al., 2022). A acessibilidade deve se estender aos espaços de convivência, bibliotecas, salas de aula, laboratórios e áreas ao ar livre, garantindo que todos os estudantes possam circular e participar das atividades acadêmicas em igualdade de condições (Costa & Souza, 2014).

Diante do exposto, é urgente que os campi universitários promovam um ambiente acessível, especialmente para acadêmicos com deficiência e mobilidade reduzida. A construção

e a adaptação dos espaços educacionais devem considerar a acessibilidade universal, garantindo que possam ser utilizados por todas as pessoas (Matos et al., 2022). Esse processo envolve não apenas aspectos da Arquitetura, mas também da Psicologia Ambiental, ressaltando a importância do envolvimento coletivo na criação de um ambiente acolhedor e acessível (Lima et al., 2020). Assim, torna-se possível oferecer condições que favoreçam a autonomia, a independência e a segurança dos indivíduos, permitindo a realização de diversas atividades cotidianas de maneira inclusiva e eficiente.

A universidade, por atender a um público diversificado, inclui entre seus membros pessoas com mobilidade reduzida, como é o caso de mães e gestantes. De acordo com a Lei nº 5.296/2004, em seu Art. 5º, inciso II, considera-se pessoa com mobilidade reduzida aquela que, mesmo não se enquadrando na definição legal de pessoa com deficiência, apresenta, por qualquer motivo, dificuldade temporária ou permanente de locomoção. Essa condição pode resultar em limitações na mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção, exigindo, portanto, adaptações e condições adequadas para garantir a plena participação desses indivíduos no ambiente universitário. Além das demandas específicas relacionadas à acessibilidade no ambiente universitário, é importante destacar que a legislação brasileira também estende direitos e adaptações às pessoas com sessenta anos ou mais, gestantes, lactantes e indivíduos acompanhados de crianças de colo (Brasil, 2004). Essa ampliação revela a necessidade de repensar os espaços acadêmicos (Matos et al., 2022) para acolher mães universitárias, que enfrentam desafios específicos na conciliação entre a maternidade e a vida acadêmica.

Essa condição está intrinsecamente ligada às discussões sobre a relação pessoa-ambiente, pois a estrutura física do campus interfere na medida do quanto o indivíduo consegue suprir suas necessidades dentro da universidade. Conforme destacado por Bittencourt et al. (2010), a universidade deve atuar como um agente multiplicador, servindo de referência em universalidade para os demais setores da sociedade, garantindo o acesso a todos os que desejam ingressar em seu espaço. Dessa forma, ambientes educacionais inclusivos precisam ir além da acessibilidade física, assegurando a participação efetiva de alunos, professores, familiares e funcionários nas diversas atividades acadêmicas. No entanto, caso a diversidade dos usuários não seja considerada desde a concepção do projeto, há o risco de que apenas uma parcela restrita da população possa usufruir dos espaços de maneira confortável (Brauner et al., 2022).

Um outro fator importante a ser considerado é que nem todos os campi universitários possuem prédios próximos à entrada principal. Isso exige um maior deslocamento, mesmo com a oferta de ônibus/transporte dentro do campus. Ou seja, embora os campi tenham sido planejados para a produção científica, não foi considerada, de forma adequada, a presença de

um público diversificado. Ecker (2023, p. 575), em sua pesquisa, afirma que é necessário “[...] considerar a fluidez nos percursos, a fim de garantir a plena distribuição espacial, aos diferentes setores do campus. A qualidade espacial das rotas de circulação contribuirá para promover um ambiente seguro”.

Diante do exposto, os campi universitários desempenham um papel fundamental na formação acadêmica e no desenvolvimento social dos estudantes, proporcionando um espaço de aprendizado, troca de experiências e construção de identidade. No entanto, para alguns grupos, como as mães universitárias, a vivência nesse ambiente apresenta desafios específicos que vão além das exigências acadêmicas, envolvendo questões como infraestrutura adequada, rede de apoio e políticas institucionais de permanência. Diante disso, é essencial compreender como essas mulheres conciliam a maternidade com a vida universitária e quais barreiras enfrentam para permanecer e concluir sua formação.

2.3 MÃES ESTUDANTES UNIVERSITÁRIAS

Como já foi dito anteriormente, o público que acessa a universidade apresenta diversas características, e dentre as nuances presentes, nos deparamos com a realidade das mães universitárias, um público que apesar de ter ganhado muito espaço aos longos dos anos ainda se encontra silenciado. É de praxe se pensar que as universidades não foram projetadas para receber mulheres inicialmente, ainda mais esse público denominado mães. E como estamos falando de educação, é imprescindível fazer um recorte da luta das mulheres pelo acesso ao ensino superior.

Segundo Perrot (2005), por muito tempo as mulheres foram relegadas ao ambiente privado, priorizando os cuidados da casa e da família, com pouca ou nenhuma possibilidade de investimento em seu processo de formação educativa. Estavam restritas ao silêncio, mediando suas relações com o coletivo a partir das falas e ações de homens (Perrot, 2005; Vasconcelos et al., 2022). Em se tratando da educação, o aprendizado estava voltado às habilidades de manutenção do lar como cozinhar, lavar, costurar, dentre outros. Ou seja, tudo que se aprendia exaltava o que era entendido como bom comportamento de uma mulher, de modo a prepará-la para ser boa esposa e mãe (Vasconcelos et al., 2022).

Houve um longo período de espera até que as mulheres conquistassem o direito de frequentar o ensino regular. O acesso ao ensino superior, no entanto, só foi permitido a partir de 1879, condicionado muitas vezes à autorização dos pais ou do marido. Ainda assim, a presença feminina nas universidades permaneceu restrita e esporádica, uma vez que as

desigualdades sociais dificultavam o acesso à formação necessária para a realização dos exames de ingresso. Além disso, muitas mulheres enfrentavam o desafio de conciliar os estudos com as responsabilidades domésticas (Oriente, 2022). Apenas na segunda metade do século XX, a participação feminina tornou-se mais significativa (Maluf, 2012; Mourão & Galinkin, 2008), tanto na educação básica quanto no ensino superior.

O movimento feminista colaborou para essa luta pela libertação de mulheres historicamente oprimidas e julgadas (Oriente, 2022). As mulheres sempre desejaram estudar, ter voz ativa e serem reconhecidas. Com o avanço dos movimentos feministas, essas demandas começaram a se concretizar, impulsionando a luta por liberdade e pelo reconhecimento de sua importância, além do âmbito privado do lar.

A educação sempre foi uma das preocupações do movimento feminista. No Brasil, uma das pioneiras dessas mobilizações foi Nísia Floresta, ao afirmar que a ausência de educação perpetuava um ciclo de desigualdades, excluindo as mulheres da participação na sociedade, pois sem instrução, lhes eram negadas oportunidades de desenvolvimento e autonomia (Brabo, 2015; Duarte, 2003). Apenas o acesso à educação possibilitaria que as mulheres se conscientizassem sobre a posição de desvalorização em que se encontravam. Assim, diante das lutas do movimento feminista, as mulheres conquistaram o direito ao voto, ao trabalho, à educação, fortalecendo a construção social dos novos tempos (Simões & Matos, 2010). Portanto, não há como negar que as mulheres brasileiras direcionaram suas ações para criar um espaço público, no qual também passaram a desempenhar um papel ativo.

Conforme refletimos até esse momento, novas configurações começam a surgir e a mulher passa a ocupar outros espaços; ela atua de forma ativa em diversos cenários, o que gera novas demandas. De acordo com Buffa e Nossela (2012), essas transformações advêm dos processos de industrialização e urbanização que passam a inserir a mulher no mercado de trabalho a partir da necessidade de mão-de-obra acessível. Com os movimentos e o avanço do capitalismo, as mulheres começaram então a exercer novas funções. Dialogando com Teixeira (2009, p. 238) ela afirma que:

A presença das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança significativa na história. O trabalho, fora de casa, constituiu um importante mediador para que as mulheres exercessem atividades além dos muros de suas residências, ocupando posições sociais e determinadas atividades profissionais até então permitidas e validadas única e exclusivamente para homens.

Muitas mulheres trabalhavam em fábricas e indústrias em condições insalubres, sendo sua mão de obra amplamente explorada, uma vez que o trabalho feminino era visto pelos

empregadores como mais barato e, portanto, utilizado em larga escala. Isso resultava em salários mais baixos destinados às trabalhadoras. No entanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu tanto por fatores econômicos quanto pela busca por igualdade de direitos e afirmação da cidadania (Teixeira, 2009). Mesmo após essa inserção, elas continuaram enfrentando questões relacionadas à exploração capitalista e à divisão sexual do trabalho, pois a sociedade estruturada a partir do patriarcado atribuiu às mulheres a maior parte das responsabilidades domésticas.

Ainda na contemporaneidade, as atividades ligadas à reprodução da vida e à manutenção da força de trabalho permanecem restritas ao espaço privado, sendo socialmente atribuídas como uma responsabilidade natural e inerente ao papel feminino (Souza & Ferraz, 2023). A inserção da mulher no mercado de trabalho e a busca por qualificação profissional estão diretamente relacionadas às dinâmicas do capitalismo, que exigem constante adaptação e especialização da força de trabalho. Nesse contexto, a sociedade investe na qualificação, no aperfeiçoamento e na especialização profissional como forma de atender às novas demandas do mercado (Santos, 2015).

Assim, a mulher sempre sofreu a imposição de dois fatores de ordem diversas: natural e social. Joffer (2012) e Santos (2015) afirmam que as mulheres vivem entre a dualidade de renunciar a empregos formais para cuidar do lar e dos filhos, e em compensação sofrem e são prejudicadas, pois isso as impossibilita de usufruir de forma igualitária das oportunidades de trabalho. E esse desafio segue se perpetuando até os dias atuais, pois as mulheres que desejam ascensão na carreira e que escolhem ser mãe passam por dificuldades e preconceitos em todos os níveis, principalmente em meios acadêmicos. Santos (2015, p. 63) afirma que “Vemos, pois, que a suposta inferioridade feminina, ao invés de obter resolução em uma sociedade que surgiu apoiada na liberdade e na igualdade (formal) de todos, se intensificou”.

A maneira como a maternidade é socialmente representada influencia diretamente na identidade das mulheres. As mulheres que escolhem a maternidade e, ao mesmo tempo, seguem uma carreira acadêmica ainda enfrentam desafios socioambientais. Elas precisam lidar tanto com a pressão social quanto com as dificuldades impostas pelo ambiente acadêmico, além da sobrecarga associada às exigências da maternidade. Mesmo quando ocupam espaços públicos, a maternidade e a família continuam sendo aspectos centrais na vida da maioria das mulheres mães (Baldez et al., 2023). Os direitos das mulheres sempre estiveram cerceados pela violência simbólica estrutural, e o ambiente acadêmico não foge a essa realidade, pois desde a criação das universidades, esses espaços foram majoritariamente masculinos, o que reforçou a exclusão e a marginalização das mulheres nesse cenário (Lima & Barbato et al., 2023).

A entrada na universidade coincide com vivências da vida adulta, como a maternidade, o que exige um olhar atento para garantir a permanência no ensino superior. O que diferencia uma mulher mãe dos demais universitários é a sua tripla jornada de trabalho e a demanda do tempo. Segundo Lima e Barbato et al. (2023, p. 87): “O tempo se converte em um fator central no estudo das trajetórias, porquanto é um tempo que se torna escasso, logo tem de ser aproveitado ao máximo na organização das múltiplas tarefas que implica ser mulher, mãe e estudante universitária”.

Ainda que leis ou políticas estudantis tenham sido aprovadas, nem todas alcançam ou são efetivadas, além de que há poucos dados de políticas de assistência estudantil que foram criadas especificamente para mães estudantes. Uma outra problemática que se apresenta é que no Brasil nem todas as universidades possuem creches, o que dificulta a permanência de muitas mães. A primeira creche instaurada em uma universidade no Brasil foi precisamente em 1972, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Raupp, 2004) e, segundo a autora, estes espaços tinham como objetivo básico:

[...] atender filhos da comunidade universitária. Duas delas ampliam o atendimento para a comunidade em geral. Três unidades, além de atender filhos da comunidade universitária, incluem outros objetivos, o que dá oportunidade ao campo de estágio, de pesquisa e de observação para o âmbito universitário (Raupp, 2004, p. 204).

Na tentativa de levantar dados sobre a existência de creches em universidades brasileiras, encontrou-se dificuldade em identificar um número preciso de unidades em funcionamento. Foi possível localizar apenas uma notícia recente¹, publicada em 2025, que informa a existência de dez creches ativas em universidades públicas no país, sendo que no total no Brasil existem 69 universidades federais. Além disso, um artigo de Araújo, Pires e colaboradores (2020) discute o contexto histórico das creches universitárias, apresentando um quadro com dados oriundos da pesquisa de Raupp (2004), a qual registrou 20 unidades em funcionamento entre os anos de 1972 e 1998. Um aspecto relevante a ser destacado é a concentração dessas instituições nas regiões Sul e Sudeste, evidenciando disparidades regionais significativas. Até o momento, há poucos registros de creches universitárias em funcionamento na região Norte, o que reforça o cenário de desigualdade no acesso a esse tipo de política de permanência. Em âmbito nacional, cerca de 15% das universidades públicas dispõem desse

¹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2025/04/7098478-creche-em-universidades-pode-ser-criterio-de-avaliacao-do-sinaes.html>. Acesso em: 28/04/2025

serviço, o que reforça a insuficiência de iniciativas institucionais voltadas ao acolhimento desse público (ANPUH, 2021).

Além da escassez de creches universitárias, as mães estudantes enfrentam a falta de amparo institucional, e a pouca sensibilidade da comunidade acadêmica e científica para torná-las, de fato, incluídas nos espaços universitários. A implementação de políticas públicas e projetos voltados a essa realidade, bem como a reformulação da infraestrutura das instituições, são passos fundamentais para a promoção de um ambiente mais acolhedor.

A partir destes conceitos e das questões norteadoras traçadas, foram definidos os objetivos e o aporte metodológico para compreensão de como o ambiente universitário tem acolhido as mães estudantes e suas crianças em um contexto da região norte brasileira.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Compreender como o campus universitário da UFAM tem acolhido as mães estudantes universitárias e suas crianças ao longo da formação acadêmica em nível de graduação;

3.2 Objetivos específicos

- Descrever barreiras e facilitadores na infraestrutura e na organização espacial do campus universitário percebidas por mães estudantes universitárias e suas crianças;
- Identificar os principais desafios enfrentados por mães estudantes universitárias em relação à conciliação das responsabilidades acadêmicas e familiares;
- Caracterizar a percepção das mães estudantes universitárias sobre a adequação do campus no atendimento de suas necessidades específicas;

4. MÉTODO

4.1 Delineamento metodológico

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa com viés descritivo e exploratório, com enfoque multimetodológico (Gunther; Elali; Pinheiro, 2018). Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa tem como foco a compreensão de fenômenos que envolvem os seres

humanos em suas múltiplas e complexas interações sociais, estabelecidas nos mais diversos contextos. Essa abordagem busca interpretar a realidade a partir do ponto de vista dos sujeitos envolvidos, valorizando suas percepções, experiências e significados atribuídos. Para isso, diferentes tipos de dados são coletados e analisados com o intuito de captar a dinâmica do fenômeno em estudo de forma profunda e contextualizada, considerando a diversidade de olhares e vivências que o compõem. A pesquisa de caráter descritivo tem como finalidade principal apresentar e detalhar as características de um grupo específico, de um fenômeno social ou de uma determinada situação. Além disso, pode buscar identificar possíveis relações entre variáveis observadas (Gil, 2008).

A utilização da abordagem multimétodos volta-se à ampliação da compreensão sobre a relação pessoa-ambiente. Dada a complexidade desse fenômeno, que envolve dimensões subjetivas, sociais e espaciais, torna-se necessário recorrer a diferentes instrumentos de investigação para captar, de forma mais abrangente, as múltiplas camadas que compõem a experiência dos sujeitos no ambiente universitário (Gunther; Elali; Pinheiro, 2018). Logo, para alcançar os objetivos propostos optou-se pelo uso combinado de instrumentos e técnicas de pesquisa que permitissem captar as especificidades da relação mãe-universidade para a realização de uma análise conjunta de dados direcionada à compreensão das interrelações pessoa-ambiente.

4.2 Local de Estudo e Participantes

Esta pesquisa foi conduzida no Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), localizado na zona leste da cidade de Manaus, em uma área de proteção ambiental com aproximadamente 6,7 milhões de metros quadrados. O campus apresenta características singulares em relação a outras instituições, destacando-se pela vasta área verde e por um projeto arquitetônico que valoriza a identidade amazônica.

Idealizado pelo arquiteto Severiano Porto, o campus buscou em seu projeto inicial integrar harmonicamente a arquitetura às condições climáticas do local. Severiano elaborou a estrutura da universidade pensando em elementos particulares da região amazônica a partir de uma perspectiva ecológica (Mendes, 2019). Para consolidar essa identidade, seus prédios possuem adaptação à topografia e ao clima, especificamente para o clima quente e úmido da região Amazônica, ressaltando seu diferencial de uma arquitetura bioclimática. A pesquisadora Mendes ressalta que “A arquitetura bioclimática consiste na aplicação de estratégias capazes de

promover uma relação harmoniosa dos processos de troca de energia entre bioma, clima e ambiente edificado” (Mendes, 2019, p. 08).

O conjunto edificado da universidade como salas, corredores, anfiteatros, laboratórios foram elaborados para proporcionar ventilação natural, as janelas foram construídas com madeiras resistentes aos cupins e à umidade, iluminação natural e sombreamento. A projeção de Severiano Porto, dialoga com a relação pessoa-ambiente, pois o espaço físico, seja ele construído ou natural, interfere na subjetividade humana (Fischer s/d; Ribeiro, 2020). Algumas destas características estão presentes até os dias atuais, porém a estrutura mais recente dos prédios tem seguido outro padrão, as novas construções apresentam prédios verticais, que reduzem a interação e contemplação da fauna e flora, perdendo o aspecto de arquitetura singular que a universidade possui. A inauguração do campus ocorreu em 1965.



Figura 1 - Campus Universitário Arthur Virgílio Filho
Fonte: Google Earth (2025)

A escolha deste local se justifica pela facilidade de acesso, mas também pela relação construída com o espaço durante a graduação e pelas possibilidades de observação das dinâmicas que envolvem a permanência de mães estudantes no ensino superior, o que contribui diretamente para a construção da relação pessoa-ambiente, aspecto fundamental para a abordagem adotada na pesquisa. Trata-se de um ambiente compartilhado por diferentes

públicos: estudantes de graduação e pós-graduação, servidores, docentes, trabalhadores terceirizados e membros das comunidades vizinhas. No entanto, cada pessoa o vivencia de maneira diferente. Um grupo específico, frequentemente invisibilizado, é o das mães estudantes, que vivenciam cotidianamente esse espaço e constituem o foco central desta investigação.

Para a escolha das participantes da pesquisa foram estabelecidos os seguintes critérios:

- a) Ser mãe universitária regularmente matriculada em um curso de graduação na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com idade superior a 18 anos;
- b) Concordar em participar da pesquisa;
- c) Estar cursando a partir do 3º período considerando que, nesse estágio do curso, as estudantes tendem a ter maior familiaridade com o campus e com suas rotinas acadêmicas e,
- d) E que possuam filhos com idade até dez anos.

Dos critérios de exclusão:

- a) Não foram incluídas aquelas que não correspondem aos critérios de inclusão.
- b) Se a participante não tivesse condições físicas e psicológicas para participar.

4.3 Cuidados éticos

Em se tratando dos cuidados éticos, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética (CEP) em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas através da Plataforma Brasil e aprovada sob o CAAE de nº 93005825.5.0000.5020 e parecer de aprovação de nº 8.086.089. Todo o processo foi conduzido em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, reforçando o compromisso ético da pesquisa com a proteção e o respeito às mães universitárias envolvidas. Por se tratar de um estudo qualitativo envolvendo entrevistas, foram assegurados os princípios da autonomia, do respeito à dignidade e da confidencialidade das participantes.

As mães estudantes universitárias participantes da pesquisa foram convidadas a contribuir de forma voluntária, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O documento foi apresentado de maneira clara e acessível, contemplando os objetivos do estudo, os procedimentos adotados, os possíveis riscos e benefícios, bem como os direitos das participantes, incluindo o direito de desistência a qualquer momento, sem

qualquer prejuízo à sua trajetória acadêmica. Foi assegurado o anonimato e a confidencialidade das informações, garantindo que os dados coletados fossem utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. A entrega do TCLE ocorreu de forma presencial, no momento da entrevista, respeitando o tempo e a disponibilidade das participantes.

Considerando que a pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Amazonas (campus Manaus), foi solicitada a autorização institucional por meio do Termo de Anuência. A anuência foi requisitada junto à Reitoria, responsável pela liberação do acesso ao campus, considerando o fluxo de estudantes e as observações realizadas em espaços comuns. A emissão do Termo de Anuência e a aprovação pelo CEP asseguraram o compromisso ético, institucional e científico com a integridade da pesquisa e o respeito às participantes envolvidas.

Tendo em vista ainda a sensibilidade do tema, previu-se a possibilidade de surgirem desconfortos emocionais ao longo da investigação. Diante disso, foram ofertadas estratégias de acolhimento e a construção de redes de diálogo com as participantes, visando compreender e minimizar eventuais impactos. Ressalta-se que as participantes tiveram total liberdade para refletir sobre sua participação na pesquisa, podendo consultar familiares ou pessoas de sua confiança, garantindo uma decisão livre, autônoma e esclarecida sem a necessidade de encaminhamentos para atendimento psicológico junto ao Centro de Serviços de Psicologia Aplicada (CSPA) da Faculdade de Psicologia da UFAM.

4.4 Procedimentos de coleta de dados

A primeira etapa da coleta de dados desta pesquisa ocorreu por meio da aplicação de um formulário online (<https://forms.gle/gqwAk4njtxrH1hs19>) voltado à caracterização do perfil das participantes e a partir da realização de entrevistas caminhadas. Buscou-se articular os dados objetivos e as narrativas contextuais, contribuindo para uma análise mais rica e aprofundada. O primeiro contato ocorreu por meio da divulgação de um *Google Forms* em grupos de *Whatsapp* que reúnem estudantes de graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), bem como por meio de redes sociais (*Instagram*). Nessas redes foi disponibilizado um card convocando as participantes que atendessem ao perfil do estudo (Apêndice D). As vinte e nove respostas coletadas permitiram uma caracterização inicial do perfil das estudantes mães e a seleção para a etapa subsequente da pesquisa.

A escolha pelo uso do *Google Forms* justifica-se pela facilidade de acesso e pela agilidade na obtenção de dados, contribuindo para a eficiência do processo de coleta de informações, além de permitir a participação de um número maior de mães dos setores sul e

norte do campus. Conforme destacado por Faleiros et al. (2016, p. 02), essa ferramenta “possibilita a melhoria e a agilidade do processo de pesquisa, além de permitir ao pesquisador o contato rápido e preciso com os indivíduos participantes do estudo”. Ademais, o uso de plataformas virtuais favorece a ampla disseminação de informações e a visibilidade de pesquisas desenvolvidas no campo das ciências humanas.

O formulário continha questões que contemplavam informações como: curso, período/semestre, turno das aulas, idade, estado civil, quantidade de filhos, idade das crianças, presença de rede de apoio, e frequência dos filhos no ambiente universitário. Esses dados permitiram traçar o perfil das participantes e identificar padrões e desafios recorrentes em relação à permanência acadêmica. A partir dos dados coletados, foi selecionado um grupo de mães para participar da segunda etapa da pesquisa, que consistiu em entrevistas caminhadas voltadas para o aprofundamento do entendimento das estratégias de enfrentamento e das percepções relacionadas às barreiras e facilitadores no cotidiano universitário. O convite da entrevista foi realizado mediante a inclusão dos dados de contato no formulário inicial.

A entrevista caminhada visou investigar a relação entre as pessoas e os espaços que elas habitam, frequentam ou percorrem. Trata-se de uma entrevista realizada enquanto a participante caminha por um ambiente significativo para ela, guiando o percurso e comentando sobre os lugares conforme avança (Gunther, Elali & Pinheiro, 2018). A entrevista caminhada ajuda a evocar memórias, emoções, percepções e significados que talvez não surgissem em uma entrevista em local fixo. Além disso, a presença física no espaço possibilita uma observação mais rica e contextualizada.

Conduzida conforme os princípios de uma metodologia participativa e situada, a técnica permitiu às participantes, neste caso as mães estudantes universitárias, direcionarem o percurso pelo campus a partir de sua experiência cotidiana. Também conhecida como *walk-along interview*, é utilizada para explorar como os indivíduos percebem e interagem com o espaço físico enquanto se deslocam por ele (Carpiano, 2009). As entrevistas caminhadas ocorreram dentro do próprio campus nos setores Sul e Norte, possibilitando a observação e a condução pela própria participante ao indicar os caminhos, obstáculos e pontos de apoio que experiencia com sua criança. A entrevista não apenas capturou as narrativas subjetivas, mas também evidenciou a materialidade dos espaços vividos. Conjuntamente, a observação representou um importante método de investigação (Ludke & André, 1986).

Como ressalta Gunther (2008, p. 64) “A utilização da entrevista nos estudos pessoa-ambiente é importante por ter o potencial de salientar a relevância da dimensão físico-espacial do ambiente”. Logo, essa abordagem torna possível captar como o contexto influencia

diretamente as percepções, os relatos e as experiências, enriquecendo a análise das inter-relações. Com a autorização das participantes as entrevistas foram audiogravadas e não foi definido um tempo para o andamento da entrevista, visto que se pretendia observar de perto a relação-pessoa ambiente e suas influências na subjetividade das mães estudantes. A realização das entrevistas ocorreu entre os meses de março e início de abril de 2026 após o retorno das férias. Os registros foram realizados por meio de gravação em áudio e imagens fotográficas dos locais indicados, o que contribuiu para a compreensão da experiência de uso e apropriação dos ambientes universitários. Assim, essa técnica permitiu uma análise da docilidade ou da pressão dos ambientes em relação à condição da maternidade no ensino superior.

4.4.1 Procedimentos de análise de dados

A análise dos dados, além de oferecer suporte para distintas aplicações no desenvolvimento da pesquisa, também favorece a elaboração de referenciais que poderão subsidiar investigações futuras (Bauer & Gaskell, 2002; Minayo, 1996). As transcrições dos áudios das entrevistas caminhadas foram analisadas por meio da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa abordagem se mostrou adequada para o tratamento de dados qualitativos, permitindo a identificação, categorização e interpretação de sentidos presentes nos discursos das participantes. A análise de conteúdo possibilitou uma exploração sistemática e objetiva das entrevistas, contribuindo para a organização das informações em categorias temáticas que emergem do próprio material.

Dessa forma, compreendeu-se com maior profundidade as percepções, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa ao ambiente universitário. E como afirma Lakatos e Marconi (2001, p. 167) “é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”.

5. Resultados e discussão

5.1 Quem são as estudantes mães?

Nesta seção, apresentam-se os dados compartilhados pelas mães estudantes universitárias que frequentam o campus sede da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o intuito de descrever o perfil das participantes. Parte-se do pressuposto de que esse grupo é constituído por uma pluralidade de mulheres, cujas trajetórias e condições de vida revelam-se heterogêneas no contexto desta pesquisa. O formulário foi divulgado e permaneceu

disponível para preenchimento entre janeiro e abril de 2026, período em que foram recebidas 29 respostas. Destas, 24 atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos para a pesquisa.

O formulário voltou-se para um levantamento inicial de informações associadas ao cotidiano das estudantes mães, como o contexto universitário, suas rotinas de estudo, os possíveis auxílios/suportes disponíveis, os espaços utilizados no campus, bem como necessidades e demandas voltadas ao cuidado de suas crianças. A partir da análise dos formulários foram alcançadas majoritariamente estudantes dos cursos de ciências humanas e sociais, sendo discentes de Pedagogia (05), História (02), Serviço Social (04), Ciências Contábeis (01), Administração (02), Formação de Professores Indígenas (04) e das Licenciaturas em Educação Física (02), Química (01) e Ciências Biológicas (02).

Esse resultado mostra um aspecto relevante a ser ressaltado, o de que a presença feminina é maior em cursos de graduação voltados para a educação e as ciências sociais aplicadas, que exigem práticas de cuidado com crianças e adolescentes (INEP, 2025). Em contrapartida, não foram alcançados estudantes das áreas de exatas e/ou de saúde, evidenciando uma desigualdade de gênero e a dificuldade de permanência nesses cursos marcados por cargas horárias elevadas, exigências acadêmicas intensas e, em muitos casos, dedicação em tempo integral, o que os tornam menos acessíveis para mulheres que acumulam responsabilidades maternas. A esse respeito, Pessoa et al. (2021, p. 03) ressalta que,

[...] a maior participação feminina no ambiente universitário não significou uma igualdade na representatividade nos diferentes cursos, uma vez que há uma perpetuação dos estereótipos de gênero, que se manifestam na sobrerrepresentação feminina em cursos ligados à educação e aos cuidados de terceiros e na predominância masculina em cursos que valorizam o pensamento lógico e a competitividade.

A partir das contribuições de Pierre Bourdieu (1999), pode-se compreender que as escolhas acadêmicas dessas estudantes não são plenamente livres, mas condicionadas por disposições que envolvem questões sociais, econômicas e pelas possibilidades objetivas de permanência, o que pode levá-las a optar por cursos considerados mais compatíveis com suas demandas cotidianas. Assim, a ausência observada não deve ser interpretada como casual, mas como expressão de um contexto que ainda impõe barreiras à equidade de gênero no ambiente universitário.

É importante destacar que a UFAM não possui dados estatísticos acerca da matrícula de estudantes mães nos cursos de graduação. Assim, as informações obtidas neste estudo traçam um panorama ainda tímido sobre a realidade dessas mulheres. Das 24 mães que foram incluídas

na primeira etapa deste estudo, vinte residem na cidade de Manaus, e quatro se deslocam de municípios do interior do Estado do Amazonas (Autazes, Jutai e Manacapuru) para cursar a graduação na capital. A realidade educacional na região norte, ocasiona muitas vezes a necessidade desse deslocamento das comunidades ribeirinhas e indígenas para a capital em busca de oportunidades melhores, o que pode se tornar um obstáculo, pois, muitas dessas mães nem sempre tem como se manter e essa mudança implica em deslocamentos geográficos significativos, rupturas com redes de apoio (família, avós, comunidade), aumento do custo de vida e necessidades de reorganização total da rotina com filhos.

Corroborando esse cenário, uma pesquisa realizada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA) em 2023, evidenciou que a crise de evasão nos cursos de graduação possui raízes sociais, econômicas e políticas, indicando que o acesso ao ensino superior não garante, por si só, a permanência dos estudantes (Sousa, Silva e Ferreira, 2023). Janaina Silva (2024, p. 15) reforça tais ideias ao afirmar que “As mulheres na Amazônia, historicamente, enfrentam processos de exclusão e silenciamento, agravados pelo isolamento geográfico. Além disso, a sobrecarga de trabalho e a falta de remunerações dificultam o acesso a direitos básicos como a educação, a conclusão dos estudos e empregabilidade”.

Neste estudo, a faixa etária das respondentes variou entre 19 e 43 anos. Urpia (2011) ressalta que muitos jovens entre a transição da adolescência para a vida adulta acabam se deparando com uma gravidez não planejada. Diante dessa situação, enfrentam o desafio de conciliar a maternidade com a vida universitária, lidando com demandas simultâneas que exigem reorganização de seus projetos pessoais, educacionais e profissionais. Por outro lado, no meio acadêmico também se encontram mães que na juventude tiveram que adiar seus projetos pessoais para se dedicar à família ou ao mercado de trabalho. De acordo com dados do IBGE (2024), há uma tendência de adiamento da maternidade, relacionada, em grande medida, à busca pela permanência e estabilidade no emprego. Tal movimento evidencia as tensões impostas pela lógica do sistema capitalista, no qual a maternidade, frequentemente, é percebida como um fator limitador para a inserção e progressão profissional feminina.

A idade das crianças apresentou variação significativa, entre 9 meses e 10 anos, o que constitui um aspecto relevante para a análise. Das 24 mães, três indicaram que seus filhos estão no Espectro Autista (TEA) e uma tem Síndrome de Down. Quando questionadas sobre o recebimento de benefícios sociais, constatou-se que duas famílias recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e cinco são beneficiárias do Bolsa Família (BF), programas do Governo Federal destinados às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em relação ao auxílio Curumim-Cunhantã, apenas uma estudante sinalizou que usufrui do

benefício, enquanto outra estudante recebe auxílio-doença. No que se refere ao estado civil, 07 se declararam casadas, 11 solteiras, 05 em união estável e 01 divorciada.

Os dados obtidos demonstram a urgência da elaboração de políticas públicas voltadas para esse grupo, principalmente para a realidade educacional do Amazonas que sofre desafios desde a educação básica até o ensino superior. A criação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi estabelecida visando a diminuição da evasão em universidades federais, todavia cada universidade possui autonomia para a elaboração dos editais de acordo com o perfil dos estudantes (Andrade & Teixeira, 2017), mas nem sempre esse processo contempla aspectos que envolvem condições ambientais e psicossociais. Andrade e Teixeira (2017) enfatizam que:

No contexto de diversidade e peculiaridades de IES, com lacunas importantes para compreensão e intervenções orientadas pelo PNAES, encara-se a dificuldade de efetivamente avaliar ações em assistência estudantil frente aos objetivos de inclusão social, diminuição da evasão e da retenção (p. 514).

Em relação à UFAM, é recente a conquista da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) criada em 2024, pois antes as atribuições estavam sob a responsabilidade do Departamento de Assistência Estudantil (DAEST), vinculado à Pró-Reitora de Gestão de Pessoas (PROGESP). A PROAE tem como objetivo reduzir os índices de retenção e evasão do discente integrante da assistência estudantil ofertando os seguintes programas e auxílios: Auxílio Acadêmico, Residência Universitária, Auxílio Moradia, Auxílio Curumim-Cunhatã, Auxílio Inclusão Digital, Auxílio Calouro, Auxílio Óculos, Programa Bolsa Permanência e Auxílio Internet.

Observa-se que apenas um desses auxílios é destinado especificamente às estudantes mães, enquanto os demais exigem que elas concorram em igualdade de condições com os demais estudantes. No entanto, o auxílio Curumim-Cunhatã constitui uma conquista recente, tendo sido implementado em 2019, anteriormente denominado auxílio-creche. Até então, não havia nenhuma política de assistência estudantil voltada para esse público. O auxílio Curumim-Cunhatã é descrito da seguinte forma:

Art. 1º - O Auxílio Curumim-Cunhatã consiste em um auxílio financeiro, destinado às despesas referentes à manutenção de creche, similar ou cuidador para os filhos menores de 06 (seis) anos de idade, de estudantes que não tenham com quem deixá-los, por não possuírem rede de apoio e/ou cuidado, durante o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas.

Art. 2º - O Auxílio Curumim-Cunhatã destina-se aos estudantes dos cursos de graduação regular presencial da Universidade Federal do Amazonas - UFAM que se

encontrem em situação de vulnerabilidade social selecionados em processo seletivo público (Resolução nº 027/2023, p.01).

Contudo, o processo de seleção ainda apresenta critérios burocráticos que dificultam a participação das estudantes. Conforme indicado por Teles (2015), em sua pesquisa sobre as Políticas de Assistência Estudantil na UFAM, as ações são direcionadas aos discentes de graduação presencial que não tenham concluído outro curso superior. A concessão do auxílio está condicionada ao cumprimento de todos os requisitos legais e à comprovação das exigências estabelecidas. Ademais, a seleção é realizada com base na análise da situação socioeconômica do grupo familiar do estudante, atestada por meio de documentação prevista em edital.

Tais requisitos configuram-se como barreiras significativas, uma vez que, das 24 mães que responderam ao formulário, apenas uma recebe assistência estudantil oferecida pela universidade. Em contrapartida, 15 não foram contempladas, seja por exigências burocráticas ou por desconhecimento dos programas disponíveis. Esse cenário dialoga com Teles (2015, p. 116), que apresenta, em sua pesquisa, o relato de uma de suas entrevistadas:

Quando eu li esses pré-requisitos, eu me assustei com alguns deles, era tanta coisa que não concordava, mas agora em mente, eu tô lembrado quais seriam eles, é uma maneira de incluir excluindo, se você não cumpre é excluído, mesmo necessitando, isso faz com que quem precise fique de fora muitas vezes, eu tive colegas que precisavam e ficaram de fora.

Diante do que se afirma, é necessária a reconfiguração dos auxílios de assistência estudantil oferecidos pela PROAE, baseados no diálogo e na escuta ativa das estudantes, de modo a conhecer de perto aqueles que frequentam o espaço da universidade, pois para desenvolver a plenitude acadêmica é necessário associar a qualidade do ensino uma política efetiva de assistência, englobando moradia, alimentação, saúde, ambiente, esporte, cultura e lazer (Vasconcelos, 2012). Ao considerar essas necessidades básicas, fortalece-se a rede de suporte para que os estudantes permaneçam na universidade. Por tais razões, os movimentos, colegiados e centros acadêmicos são tão importantes no contexto universitário, no sentido de fortalecimento das lutas estudantis, inclusive as relacionadas à realidade das mães.

Dentre os principais espaços de uso diário citados pelas estudantes estão: salas de aulas, banheiros, restaurante universitário (RU), centro de convivência, corredores amplos e biblioteca. Conhecer esses espaços é essencial para identificar as barreiras e/ou facilitadores dentro do campus porque quando se pensa em permanência é necessário considerar dimensões estruturais como recomenda a pesquisadora Alves (2019, p. 69): “É fundamental que as instituições de ensino, compromissadas com a democracia e os direitos sociais, ofereçam

espaços para que as estudantes que são mães possam deixar as suas crianças, sem serem prejudicadas ao longo de sua graduação”.

Dessa forma, para o desenvolvimento da segunda etapa da pesquisa, realizou-se uma triagem do perfil das mães participantes, com o objetivo de compreender, de maneira mais aprofundada, a dinâmica de sua relação com o ambiente universitário. Inicialmente, foram contatadas doze mães, contudo, apenas sete aceitaram participar da entrevista caminhada, técnica que possibilita captar as experiências vividas em interação direta com o espaço, evidenciando percepções, sentimentos e estratégias cotidianas de permanência (Gunther, Elali & Pinheiro, 2018). A adesão parcial das participantes também revela indícios das múltiplas demandas e limitações enfrentadas por essas mulheres, especialmente no que diz respeito à conciliação entre maternidade, vida acadêmica e disponibilidade de tempo, aspectos que atravessam suas formas de vivenciar e se apropriar do ambiente universitário.

Na discussão dos resultados, a partir da realização das entrevistas caminhadas, foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin, 2011) que ocorreu em três etapas: a) análise prévia que consiste na organização do material e leitura flutuante; b) na segunda parte ocorreu uma análise exploratória fazendo a codificação e a classificação e, c) por fim, foi feito o tratamento dos resultados de acordo com os objetivos do estudo. Na categoria 1 (Figura 2) denominada “Barreiras Estruturais e Cotidianas na Trajetória de Mães Estudantes Universitárias” são apresentadas as barreiras descritas pelas mães estudantes que dificultam seu acesso e permanência na universidade e na categoria 2 definida como “Aspectos facilitadores para a permanência” (Figura 27) são descritos os principais facilitadores identificados pelas mães-estudantes no campus.

No contexto universitário, a experiência da maternidade pode ser compreendida a partir do modelo pressão-competência proposto por Powell Lawton (1974), no qual o desempenho individual resulta no equilíbrio entre as capacidades pessoais e as demandas do ambiente. Ao se tornar mãe, ocasionalmente ocorre uma mudança na relação estabelecida com o ambiente ao redor, gerando um aumento significativo da pressão ambiental na vida das mulheres (Gunther, 2011). Essa necessidade de adaptação é decorrente da conciliação entre responsabilidades maternas, exigências acadêmicas, privação do sono e mudanças emocionais (Silva & Elali, 2015).

Diante dessas mudanças, essa primeira seção busca descrever como o ambiente universitário pode gerar recursos que intensifiquem a pressão ou a docilidade ambiental (Amâncio, 2018). Para identificar essas barreiras ou facilitadores no dia a dia das estudantes mães, foram realizadas sete entrevistas caminhadas para aprofundamento das experiências que

atravessam a construção de ser mãe estudante universitária (Badinter, 1985). As participantes serão identificadas por meio de nomes fictícios, a saber: Mariana, Loren, Ana, Barbara, Raquel, Viviane e Agnes.

A análise do perfil foi fundamental para a segunda etapa da pesquisa, uma vez que as participantes contactadas foram aquelas que mais frequentemente levam seus filhos para a universidade, não possuem rede de apoio e, em muitos casos, sequer estão inseridas no mercado de trabalho. Nesse contexto, a forma como essa relação se estabelece com o ambiente torna-se central, e os relatos das mães revelam-se essenciais para compreender a importância do planejamento arquitetônico de uma universidade que, embora se proponha democrática, ainda desconsidera a pluralidade de discentes.

Assim, a partir desses relatos, buscou-se identificar os recursos disponíveis percebidos no campus e verificar se estes atendem, ou não, às necessidades dessas mães estudantes. Parte-se do entendimento mútuo da relação pessoa-ambiente, no qual as pessoas transformam os espaços e são transformadas por eles (Albuquerque et al., 2023). Logo, a experiência de cada mãe, nos auxilia no entendimento de como o ambiente universitário supre suas necessidades cotidianas.

Tabela 1 - Identificação das mães estudantes

Identificação	Idade	Estado Civil	Curso	Qt. de Filhos	Idade das crianças
Mariana	33	solteira	Lic. História	01	02
Loren	39	casada	Pedagogia	01	03
Ana	33	casada	Pedagogia	01	08
Barbara	35	divorciada	Lic. Ed. Física	02	09 e 10
Raquel	34	casada	Formação de professores indígenas	03	04, 11 e 14
Viviane	43	solteira	Pedagogia	02	05 e 11
Agnes	43	solteira	Formação de professores indígenas	06	07,12,14,18,21 e 23

Fonte: elaboração própria (2026)

6. Barreiras Estruturais e Cotidianas na Trajetória de Mães Estudantes Universitárias

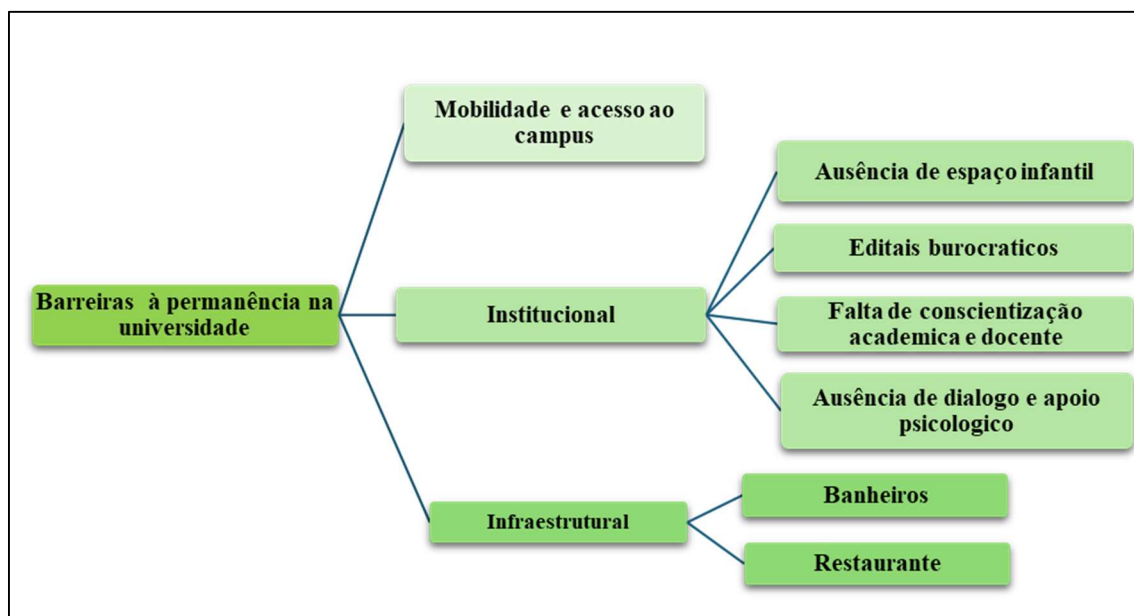


Figura 2 - Categorias: 1. Barreiras à permanência das mães estudantes no campus.

O impacto do espaço universitário sobre o bem-estar físico e social das mães estudantes se dá a partir da relação entre suas demandas e responsabilidades, especialmente no cuidado com os filhos, e as condições oferecidas pelo ambiente acadêmico, considerando o nível de adaptação entre suas necessidades e as características estruturais, sociais e institucionais desse espaço (Albuquerque et al., 2023; Lawton, 1974). Nesse contexto, a partir dos relatos foram identificadas barreiras relacionadas às inúmeras pressões percebidas por essas mães.

Quando se fala em infraestrutura, é imprescindível relatar que de modo geral, as universidades são construídas como espaços a serem percorridos por pessoas que possuem um padrão de corpo e habilidades funcionais, com pouca ou nenhuma limitação física e/ou cognitiva, desconsiderando assim um projeto arquitetônico acessível. A psicologia e a arquitetura possuem uma inter-relação que media o comportamento humano (Elali, 1997), pois cada espaço faz parte da extensão do ser humano, o constituído, logo, é imprescindível a articulação dessas áreas no planejamento de ambientes para múltiplos usuários.

Assim, a universidade torna-se uma extensão do “ser mãe-estudante”. Logo, se as condições de um ambiente construído não as acolhem, acaba impondo a elas vulnerabilidades que restringem o seu desempenho (Albuquerque, 2023; Gunther, 2011). A partir da análise de conteúdo das entrevistas caminhadas realizadas com as mães, foram identificadas subcategorias relacionadas a barreiras de mobilidade, institucionais e infraestruturais que permeiam suas

experiências no espaço universitário. Essas subcategorias evidenciam os principais obstáculos relatados pelas participantes e serão apresentadas e discutidas especificamente em diferentes tópicos.

Em cada espaço, as mães vivenciam experiências diferentes, assim iremos analisar primeiramente a categoria da mobilidade. As barreiras aqui relatadas foram identificadas a partir dos espaços percorridos durante as entrevistas caminhadas. Ao longo desses percursos, foi possível constatar que tais barreiras se organizam em três dimensões de pressões ambientais conforme proposto por Elali (2018) e Lawton (1990): ambiente grupal, ambiente sociocultural e ambiente físico.

6.1 O espaço que não acolhe: mobilidade e acesso ao campus

Ressalta-se que este tópico foi elaborado a partir dos olhares das mães estudantes que percorreram os espaços da UFAM, tanto no Setor Sul quanto no Setor Norte. Os registros fotográficos foram realizados pelas próprias mães e pela pesquisadora responsável. As caminhadas ocorreram no período da manhã e no final da tarde, em horários indicados pelas participantes de acordo com suas disponibilidades. Espera-se que as experiências aqui relatadas contribuam para a sensibilização daqueles que vivenciam o ambiente universitário cotidianamente.

O primeiro fator discutido com as mães estudantes foi o processo de deslocamento para chegar na universidade. Das setes mães que realizaram a entrevista, três utilizam o transporte público e quatro possuem veículo próprio. Compreender esse deslocamento até a universidade é importante para identificar as barreiras que estão presentes a partir do momento em que se adentra o campus. Ao percorrer os espaços, as mães circularam tanto pelos pontos de ônibus quanto pelos estacionamentos. É importante ressaltar que a UFAM é dividida em dois sub campi denominados setor sul (antigo mini campus) e setor norte (antigo campus) e que para se deslocar entre esses setores e a entrada principal da universidade, bem como para acessar as salas de aulas, centros de convivência, quadras de esporte, laboratórios, há a necessidade de utilização do ônibus circular do campus (conhecido como integração) ou acesso por meio de veículo próprio.

As falas das estudantes evidenciam que o campus da UFAM apresenta baixos níveis de docilidade ambiental, visto que não oferece suporte suficiente para acomodar as necessidades específicas de estudantes em condição de maternidade. Nesse sentido, as análises apresentadas

sobre mobilidade e acesso ao campus envolvem as dificuldades associadas aos recursos disponíveis no campus e a rotina desgastante das estudantes mães, bem como a dupla jornada.

Cavalcante, Mourão e Ferreira (2018, p. 144) conceituam mobilidade urbana como: “[...] deslocamentos que envolvem as pessoas de forma individual e coletiva, seus estilos e os diversos modais por eles utilizados”. O conceito de mobilidade possui vários significados, dialogando com a hipótese de docilidade, pois envolve o direito de ir e vir de cada indivíduo, de ocupar espaços e conviver socialmente. Cada ambiente enfrentado pelas mães impõe diferentes níveis de exigência. Diante dos relatos, a mobilidade surge como um dos principais elementos que atravessam a experiência de permanência de mães universitárias no ensino superior.

Como relata Mariana: *“Eu pegava um ônibus para ir para o terminal 1, e o 125, o terminal 1, que eu pegava o 125 para chegar aqui na UFAM, então eu chegava aqui por volta de duas e meia da tarde, e eu ficava até às dez da noite, porque não era viável para mim ir, voltar para a Zona Leste, onde eu morava na época, para voltar para vir para a UFAM, era um desgaste muito grande”*. Ao observar o relato dessa mãe estudante, é possível se aproximar das pressões que ela vivencia ao longo do dia, desde uma mobilidade extremamente cansativa, bem como a distância entre os locais, tendo a necessidade de permanecer na universidade para evitar mais deslocamentos diários, o que afeta diretamente seu bem-estar e impacta em seus níveis de competência. A própria estudante buscou se adaptar a essas condições, uma vez que a oferta de transporte público para a universidade não é suficiente para acomodar as necessidades específicas de estudantes em condição de maternidade/gestação.



Figura 3 - Parada principal do setor norte e o principal meio de acesso que os estudantes utilizam para acessar o campus. **Fonte:** arquivo próprio (2026)

O relato de Mariana é expressivo, pois contempla três etapas de sua trajetória universitária: o período anterior à maternidade, a vivência da gestação no campus e o puerpério. Sua experiência reúne elementos que serão aprofundados nos tópicos seguintes. No entanto, desde os primeiros relatos já evidencia uma rotina exaustiva e uma mobilidade desgastante, realidade compartilhada por muitas mães estudantes. Essas mulheres precisam se adaptar simultaneamente às novas demandas da gestação, às exigências da formação acadêmica e às responsabilidades financeiras decorrentes da chegada de um bebê, o que frequentemente as leva a conciliar estudo e trabalho (Aquino, 2018; Alves, Albuquerque & Resende, 2023).

A participante Loren relata “*eu venho de carro, tenho meu veículo próprio e meu filho, por ele ser uma pessoa com deficiência, ele tem o direito à vaga de deficiente físico. Mas, tem uma problemática, que além disso, tinha sempre um veículo moto estacionado na vaga dele, que é destinado a ele*”.



Figuras 4 e 5 - À esquerda vaga perto de acesso ao hall da sala sendo ocupada por uma moto e à direita é possível ver que a vaga é destinada para pessoa com deficiência no estacionamento da FACED

No dia em que realizamos a entrevista caminhada, foi comprovado o que Loren apresenta em seu relato, pois enquanto mãe de uma criança com deficiência que tem o direito ao uso de vagas reservadas de acordo com a Lei da Acessibilidade (n. 13.146/2015), depara-se com o desrespeito a esse direito impactando diretamente a sua experiência no campus. Loren possui um filho com síndrome de down e essa é a primeira barreira relatada por ela, pois o uso indevido dessas vagas por outros veículos revela fragilidades na comunidade acadêmica e no espaço institucional. Dialogando com Lawton (1973), embora existam recursos destinados à redução da pressão ambiental como as vagas acessíveis, estes não se concretizam plenamente na prática (Silva & Elali, 2015). Isso mantém elevadas as exigências ambientais enfrentadas pela estudante, especialmente considerando a responsabilidade e o cuidado de um filho com deficiência.

Essas barreiras evidenciam a necessidade urgente de soluções mais inclusivas e adequadas nas universidades para atender aqueles que enfrentam a ausência de acessibilidade não apenas física, mas as que envolvem aspectos psicológicos e sociais (Romero, Souza & Lisboa, 2020) como indica também a pesquisadora Elali (2004, p. 52):

1. Acessibilidade Física ou Arquitetônica: enfatiza o combate às barreiras físicas que constituem obstáculos para a utilização do meio, e geralmente são originadas pela morfologia dos edifícios ou áreas urbanas.
3. Acessibilidade Social: relativa aos processos de inclusão social de diversos grupos ou categorias de pessoas, sobretudo no que se refere aos aspectos relacionados às

chamadas “minorias”, como grupos étnicos (negros, indígenas), homossexuais, portadores de deficiências físicas ou mentais, entre outros.

4. Acessibilidade Psicológica: relacionada à percepção que uma pessoa ou grupo tem em relação à “receptividade” do ambiente a si.

A estudante Ana, ao percorrer o espaço universitário, evidenciou outra barreira, associada à dificuldade de mobilidade e acesso ao campus. Em seu relato, destaca que a principal sobrecarga está relacionada à localização dos estacionamentos, geralmente situados em áreas mais distantes e em níveis inferiores do campus, o que amplia significativamente o esforço físico exigido para o deslocamento. Segundo ela, *“o problema maior que eu encontro em relação ao estacionamento é que, normalmente, é nas áreas mais distantes, então o deslocamento é muito maior. Porque a gente já tem que estacionar mais embaixo nessas partes mais baixas, o que já dificulta”*.

Nas figuras registradas durante a caminhada, é possível observar a extensão do trajeto percorrido por Ana até acessar as salas de aula, evidenciando a relação entre distância e desgaste físico. A estudante ainda complementa que, em situações pontuais, consegue encontrar vagas mais próximas, porém isso ocorre raramente devido à alta demanda por estacionamento no campus: *“às vezes, a gente tem sorte de encontrar uma vaga mais próxima aqui. Só que como tá lotado, né? E tem muita vaga para idoso, vaga especial, aí a gente não pode estacionar”*.



Figuras 6 e 7 - Estacionamento próximo a Faculdade de Letras (FLET)

Fonte: arquivo próprio (2026)

Ana também relata que sente falta de vagas destinadas às mães gestantes e com filhos pequenos que fossem mais próximas dos prédios, pois sempre tem a necessidade de trazer o filho e para distraí-lo necessita carregar inúmeras bolsas. Esse cenário evidencia que as longas distâncias, os desníveis e a limitada disponibilidade de vagas acessíveis, eleva a pressão ambiental sobre a estudante, especialmente em um contexto de múltiplas demandas, como é o seu caso. Essa configuração espacial pouco adaptada reforça a ideia de um ambiente “não dócil”, que exige maior esforço de adaptação das suas competências.

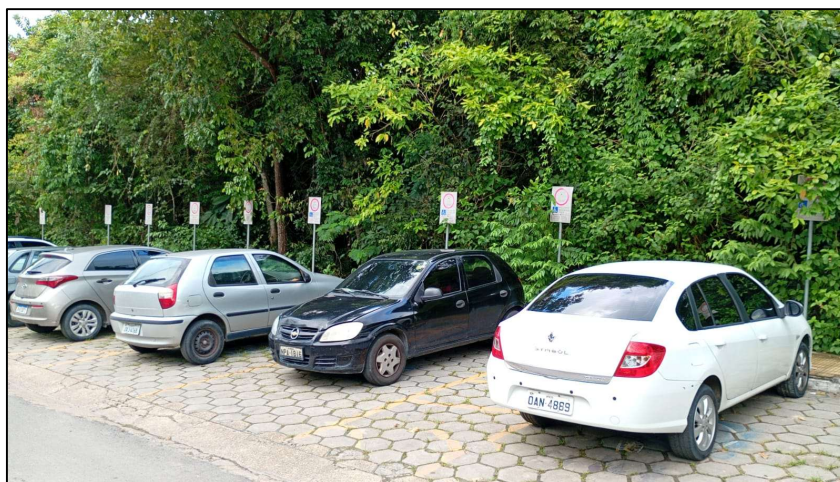


Figura 8 - Estacionamento exclusivo para pessoas idosas e com deficiência localizado próximo da entrada da FAARTES. **Fonte:** arquivo próprio (2026)

Estar presente na universidade, também se configura como uma barreira para as mães estudantes que necessitam vir de outros municípios para estudar na capital (Krol & Sampaio, 2023; Silva, 2024) como é o caso de Raquel, que é uma mulher indígena e necessita estar presente no campus de três em três meses para o curso de Formação de Professores Indígenas. Krol e Sampaio (2023, p. 125) descrevem que é comum “jovens de outros municípios que desejam dar continuidade à formação em nível superior recorrerem, como uma das poucas alternativas, à migração para a cidade de Manaus, objetivando melhores oportunidades de carreira e desenvolvimento profissional”.

Ao acompanhar Raquel pelos corredores, ela relata que estar na UFAM é uma conquista principalmente por ser uma mãe amazônica indígena, pois por muito tempo elas lutaram para conquistar esse espaço. Contudo, Raquel descreve a mobilidade cansativa e a rotina exaustiva que enfrenta para estar na universidade: “Venho de ônibus no transporte coletivo. Aí eu acordo pelas 4 da manhã, como eu sou mãe universitária, né? Tenho meu filho de 4 anos, que eu sou do interior, mas no momento não tenho com quem ele possa ficar, né? Então, essa rotina diária

que eu tenho que enfrentar, o mais dificultoso é ter que acordar a criança cedo, né? Que é apenas um bebê de 4 anos, que eu considero um bebê. E ter que chegar até a universidade, que eu pego dois ônibus, o primeiro, chego no T4 [terminal de ônibus 4, localizado na zona norte da cidade de Manaus]. Do T4 eu pego o 352 e chego até a universidade”.

Podemos identificar diversas pressões que interferem no bem-estar dessa mãe estudante, desde as especificidades geográficas, até a falta de autonomia sobre o próprio tempo gasto para chegar ao campus. A presença dessa mãe é uma forma de luta e resistência contra o mecanismo da invisibilidade (Cunha & Paiva, 2024; Sousa, Silva & Ferreira, 2023). As pesquisadoras Sousa, Silva e Ferreira (2023, p. 147) citam que “as trajetórias de escolarização de mulheres amazônidas emergem como um problema social relevante para os estudos comprometidos com o desenvolvimento humano”. Raquel não sofre barreiras apenas pelo fato de ser mãe, mas também por ser uma mulher indígena e estar longe do seu território, vivenciando as dinâmicas de um ambiente que não acolhe sua diversidade.

Além dos aspectos de mobilidade, as barreiras também envolvem questões institucionais relacionadas à ausência de espaços adequados para que as mães estudantes possam manter seus filhos durante as aulas, a pouca sensibilidade da comunidade discente e docente no que diz respeito à realidade desse grupo e a indisponibilidade de uma rede de suporte e apoio oferecida pela instituição. Tais fatores serão explorados de maneira mais detalhada no próximo tópico.

6.2 O espaço que não acolhe: barreiras institucionais e infra estruturais

Ainda que seja um direito constituído em lei, a UFAM, enquanto instituição de ensino superior, não possui creche, para suprir a necessidade de docentes, discentes e do corpo técnico. Apesar de diversas reivindicações e mobilizações, a ausência de um espaço para inclusão infantil permanece como demanda. Dentre os relatos, essa é a barreira institucional que mais afeta as mães estudantes.

Recentemente, em abril de 2026, foi inaugurado o projeto Cuidoteca Amazônia Viva — Cuidar e Pertencer². Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), a universidade foi a primeira a receber o projeto na região norte, cujo objetivo é oferecer um espaço para acolher as crianças enquanto seus pais estão em

² Disponível: <https://www.ufam.edu.br/noticias/7562-ufam-lanca-cuidoteca-amazonia-viva-para-apoiar-permanencia-de-estudantes-e-trabalhadores-com-filhos.html>. Acesso em: 10/06/2026.

sala de aula. Entretanto, por ainda estar em processo de implementação, as atividades oferecidas ocorrem apenas no turno noturno, o que inviabiliza o acesso das mães que estudam nos turnos matutino e vespertino. Apesar dessa lacuna, a proposta volta-se para o fortalecimento de políticas públicas direcionadas às mulheres. Assim, essas experiências, ainda que mínimas, funcionam como transformação, ao mesmo tempo em que levam a instituição a assumir seu papel na promoção de um ambiente verdadeiramente inclusivo e sensível às múltiplas realidades dessas mães. Ressalta-se que na época das entrevistas, este espaço ainda não estava disponível para as estudantes.

A estudante Ana relata que se tivesse *“um espaço, uma brinquedoteca para essas crianças, para receber essas mães, ia contribuir bastante”*. Durante a caminhada, Ana evidencia a necessidade de andar com várias bolsas para poder manter seu filho distraído com jogos, lápis de cor, livros e no último caso recorre ao celular para conseguir prestar atenção nas aulas. Viviane ressalta a mesma necessidade: *“eu tô fazendo alguma coisa e minha filha tá num canto, digamos, uma brinquedoteca. Uma brinquedoteca seria ideal. Ideal, assim, para ajudar”*.

Há uma brinquedoteca nas dependências da Faculdade de Educação, porém seu acesso ainda é limitado, o que restringe o uso das estudantes que necessitam desse espaço. Além disso, é importante considerar que a brinquedoteca, embora relevante, apresenta uma função mais restrita e não é suficiente para atender de forma ampla às necessidades das crianças. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade da inserção de uma creche, que possa oferecer um suporte mais adequado e contínuo às mães universitárias, contribuindo efetivamente para sua permanência e bem-estar no ambiente acadêmico.

Ao percorrer os espaços da universidade, a estudante Mariana, relata que o espaço ideal para a inclusão de uma brinquedoteca seria o Centro de Convivência (CDC). Ela, inclusive, indica uma sala bem ampla situada no segundo andar descrevendo: *“Eu vejo várias salas aqui disponíveis no Centro de Convivência. Numa dessas salas, por exemplo, poderia ter uma brinquedoteca com aqueles escorregadores, com aqueles brinquedos de montar, com aquelas piscinas de bolinhas. Entendeu?”*



Figuras 9 e 10 – À esquerda uma sala subutilizada no andar superior do CDC e à direita sala destinada ao descanso dos discentes, mas que permanece fechada

Fonte: arquivo próprio (2026)

O projeto De Bubuia é de responsabilidade da antiga DAEST, atual PROAE, no entanto atualmente enfrenta limitações em seu funcionamento, devido ao quadro reduzido de servidores. Logo, o espaço mantém-se fechado, o que acaba restringindo ainda mais o acesso ao projeto que visa oferecer um espaço de descanso aos estudantes. Nesse sentido, revela-se uma falha institucional, pois a universidade ignora a necessidade de descanso das mães universitárias e demais estudantes que possuem uma rotina exaustiva.

A ausência de creche é um dos elementos centrais que geram pressão cotidiana nas mães, pois a permanência no ambiente universitário não depende apenas da estudante, ela é resultado de uma relação entre condições individuais e suporte institucional. Logo, a inexistência de suporte institucional adequado como espaços de acolhimento para os filhos intensifica as demandas ambientais, exigindo dessas estudantes um esforço adaptativo elevado, muitas vezes insustentável ao longo da trajetória acadêmica.

A ausência da creche e de espaços para amamentação tornam o ambiente pouco acolhedor, potencializando o estresse e dificultando a permanência dessas mães estudantes. As Bibliotecas Centrais das Universidades Federais de Santa Catarina (UFSC) e de Pernambuco (UFPE), por exemplo, dispõem de espaços destinados a famílias e crianças (Cunha & Paiva,

2024). Tais ambientes têm como objetivo não apenas atender estudantes que necessitam frequentar a biblioteca acompanhadas de seus filhos, mas também se constituem como espaços de acolhimento e apoio para toda a comunidade acadêmica.

Atualmente, a UFAM busca garantir esse direito através do auxílio estudantil denominado “curumins e cunhantãs”. Entretanto, em sua análise, é possível identificar algumas limitações, por exemplo: baixa quantidade de vagas ofertadas, excesso de documentos para implementação, critérios que excluem mães com graduação anterior, bem como inconstância de publicação do edital, tendo sido a última seleção realizada em 2024. Em seu relato, Loren apresenta a necessidade de *“É, eu não tenho direito à bolsa. Eu acho que era a bolsa. Eu não sei se era auxílio curumim, aí eu não tenho direito, por eu já ter diploma. Mas eu não trabalho. A pessoa que tem diploma não necessariamente está trabalhando, né?”* A fala da estudante evidencia falhas desde o ingresso da estudante, pois a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) não possui um quantitativo de mães estudantes matriculadas no curso de graduação e nem o perfil socioeconômico desse grupo. A resolução do auxílio em seu artigo 4º no parágrafo III explicita:

Art. 4º - Para participar do processo de seleção para preenchimento das vagas no Auxílio Curumim Cunhantã o estudante deverá atender aos requisitos gerais abaixo estabelecidos, sem prejuízo de outros requisitos/critérios fixados no instrumento normativo de processo de seleção.

III. Não ter concluído nenhum curso superior de graduação;

Isso demonstra uma violência simbólica (Bourdieu, 1999) já que o acesso à assistência estudantil aparece condicionado a parâmetros rígidos como não possuir diploma anterior. Essas mulheres tiveram a vida marcada por interrupções e dificuldades de inserção profissional. O relato de Loren evidencia a necessidade da reformulação dos editais de assistência estudantil que não consideram trajetórias não lineares. Luana Souza em sua pesquisa sobre maternidade na Universidade Federal do Pará (UFPA) relata:

Isso recupera novamente o projeto de um capitalismo embrionário onde lugar de mulher é em casa cuidando dos filhos e não na rua. Sob a sombra dessa narrativa hegemônica da distribuição sexual do espaço [...] (Souza, 2023, p. 302).

Loren complementa: *“Se eu não trouxesse alguém que pudesse cuidar dele, eu não conseguia assistir à aula. Porque aqui não tem a oportunidade de ter uma creche, né? Que ele*

pudesse ficar, ou um espaço que ele pudesse ficar o tempo todo que eu estivesse em aula”. Além disso, ela ressalta a dificuldade de permanecer dentro de sala com seu filho que possui deficiência quando seu marido não pode acompanhá-la: *“Bem complicado, porque ele é uma criança ainda pequena, de dois anos e meio. E ele precisa de atenção o tempo todo. Às vezes chegava a atrapalhar as aulas do professor. Porque ele queria mexer no computador do professor. E eu tinha que estar em cima o tempo todo”*. As mães que estão dentro da universidade vivenciam uma rotina de constante pressão, seja pela dimensão física ou grupal (Elali, 2018), porque nem sempre são compreendidas pelos demais estudantes. Assim, junto com a sua criança vivenciam a exclusão, pois a criança não se molda a determinados comportamentos que são instituídos. Quando se exclui uma criança, seus cuidadores também são excluídos (Souza, 2023) como ressalta Loren: *“É, às vezes vinha embora pra casa, porque não tinha como ficar com ele, né? Ou o que que eu ia ficar fazendo no corredor? Tinha que ir embora”*.

Essas ausências no campus da UFAM, atravessam o dia a dia das mães significativamente, como descreve Barbara: *“geralmente no início do período, eu fico assim um pouco ansiosa pra saber o que o professor vai falar porque eu entro na sala de aula com eles. Ai alguns professores eu já conheço, eu já tenho número. Ai antes de eu fazer a matrícula eu já ligo, já pergunto se vai incomodar ele, se eu posso trazer. Ai se ele deixar, eu trago”*. A fala evidencia que antes mesmo de estar presente no campus, Bárbara sente que seus níveis de competência precisam ser adaptados para lidar com as pressões que o ambiente exerce sobre ela (Albuquerque, 2019; Gunther, 2018). São tantas barreiras e violências simbólicas identificadas em uma fala, que reforçam a necessidade de maior sensibilização docente. O acesso à sala de aula com os filhos torna-se condicionado à aceitação do professor, deslocando para a estudante a responsabilidade de negociar sua própria permanência (Santos et al., 2025; Souza, 2023), já que em muitas universidades as mães são convidadas a não estar e a presença de uma criança em sala é vista como uma possível perturbação, reforçando a posição de vulnerabilidade da mãe estudante.

Ser mãe dentro desse espaço implica nas condições de persistir e resistir, pois duas dinâmicas atravessam suas vivências: a natural e a social. Tal dinâmica impõe escolhas contraditórias: precisar escolher entre sentar e assistir a aula, incomodar-se ou ignorar os olhares de preconceito de colegas que não compreendem o que é ser mãe, permanecer na sala ou sentir-se expulsa por comportamentos e gestos evidentes, “mas também de maneiras sutis, que só um olhar incomodado/interpelado pode perceber” (Souza, 2023, p. 301 e 302). Vivenciar diariamente essas situações causa impactos psicossociais nessas mães, pois a universidade não

oferece apoio psicológico e não há uma espaços para diálogo e suporte. A fala de Barbara evidencia que a coletividade, que é a pauta de muitas universidades, nem sempre é pensada para determinados grupos sociais (Bourdieu, 1999; Joaquim & Aragão, 2024; Souza 2023).

Urpia (2011) descreve que a antecipação da maternidade, principalmente para as jovens que estão na transição para a vida adulta gera pressões, ansiedades, sentimento de culpa, principalmente quando decidem prosseguir com seus estudos. Mariana relata que sentiu e ainda sente a falta de apoio psicológico na universidade, pois logo que descobriu que estava grávida sofreu com os inúmeros questionamentos sobre o seu futuro e não tinha a quem recorrer: *“Que eles poderiam acompanhar a gestante, porque é um processo que a gente vive muito doloroso, do processo de aceitação da gravidez, até como você vai chegar no parto. Por exemplo, perguntas que eu fazia, o que eu vou fazer da minha vida? Minha graduação vai parar? Como é que eu vou cuidar? Um aporte psicológico, tu sentes falta aqui da universidade também, né?”*

O apoio psicológico é essencial nesse momento, pois as mulheres são atravessadas por mudanças de diversas ordens: biológicas, psicológicas e sociais (Urpia, 2011). Nem todas as mulheres escolhem ser mãe, “[...] o desejo de ter filhos não é nem constante, nem universal. Algumas os querem, outras não os querem mais, outras, enfim, nunca os quiseram” (Badinter, 2024, p. 17). O apoio psicológico é essencial para as estudantes continuarem a sua trajetória acadêmica. Pesquisas indicam que o suporte psicológico que os pais recebem interfere diretamente sobre o cuidado com a criança e o apoio que elas recebem influenciam o seu bem-estar (Cardoso & Vivian, 2018). Entretanto, quando a universidade não está preparada para lidar com a vivência da maternidade, as mães sofrem, os índices de abandono aumentam, ocorrem atos hostis ou de discriminação (Batista, 2022; Santos et al., 2025). “A falta de sensibilização nos espaços universitários contribui para um ambiente pouco acolhedor, dificultando a integração dessas mães no contexto acadêmico e a satisfação de suas necessidades” (Santos et al., 2025, p. 17).

Outra questão apresentada por Viviane, é a falta de assistência social, de movimentos e/ou coletivos que acolham essas mães. Ao caminharmos pelo campus ela relata que há momentos em que não consegue se enxergar, e quando tenta ainda é julgada: *“Também, é porque a gente fica nessas muitas, uma assistência social, né? O que a gente pode fazer para melhorar sua sobrecarga, né? E aí você não consegue nem se ver. E até quando você tenta se ver, você é muito criticada. A mulher, ela já por si só já é muito... Você tem que ser forte, tem que ser muito coisa, né? E mãe, então aí, então você sofre...”*. O que Viviane descreve é o silêncio enraizado de muitas mães, que vivem a sobrecarga acadêmica, ao assumir múltiplos papéis: gerência, acúmulo de tarefas, trabalho, estudo e cuidado dos filhos. Como protagonista

do cotidiano, ela vivencia e enfrenta os desafios e experiências de sua realidade. Essa condição se aplica à maioria das mulheres, inclusive àquelas que vivem em contextos de vulnerabilidade social, exclusão e pobreza. E elas nunca podem se cansar de exercer esse papel, pois são obrigadas a ignorar “a outra face da maternidade feita de esgotamento, de frustração, de solidão e até mesmo de alienação com seu cortejo de culpa” (Badinter, 2024, p. 22). Nesse sentido, há demandas para que a universidade possa viabilizar suporte psicológico e assistencial para essas estudantes por meio de parcerias e estratégias coletivas de cuidado.

Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), por exemplo, há a Política de Mães Universitárias, que dispõe sobre as medidas previstas para a inclusão e promoção de diálogos com mães interessadas e com a comunidade acadêmica por meio de encontros realizados nas unidades. Também está prevista a implantação de fraldários e espaços equipados com poltronas para amamentação nas Unidades Acadêmicas. Além disso, busca-se disponibilizar ambientes apropriados para a troca de fraldas e para a amamentação, garantindo conforto, privacidade e bem-estar para mães e crianças. Outra ação importante é a revisão de programas de Assistência Estudantil, especialmente no que se refere à flexibilização dos prazos de permanência para estudantes mães que recebem esses benefícios (Alves, 2019; UFPel, 2024).

A ausência de um banheiro/fraldário para as crianças é a principal queixa na infraestrutura da universidade, desde as que se encontram na primeira infância até as crianças maiores. A falta de estrutura e de serviços acabam prejudicando a permanência das mães nesses espaços, pois a universidade possui um grande fluxo de circulação de pessoas adultas. Das sete mães que participaram da entrevista caminhada, seis identificaram o banheiro como um dos espaços que mais geram desconforto e dificuldades, especialmente quando estão acompanhadas de seus filhos, como sugerem os relatos apresentados.

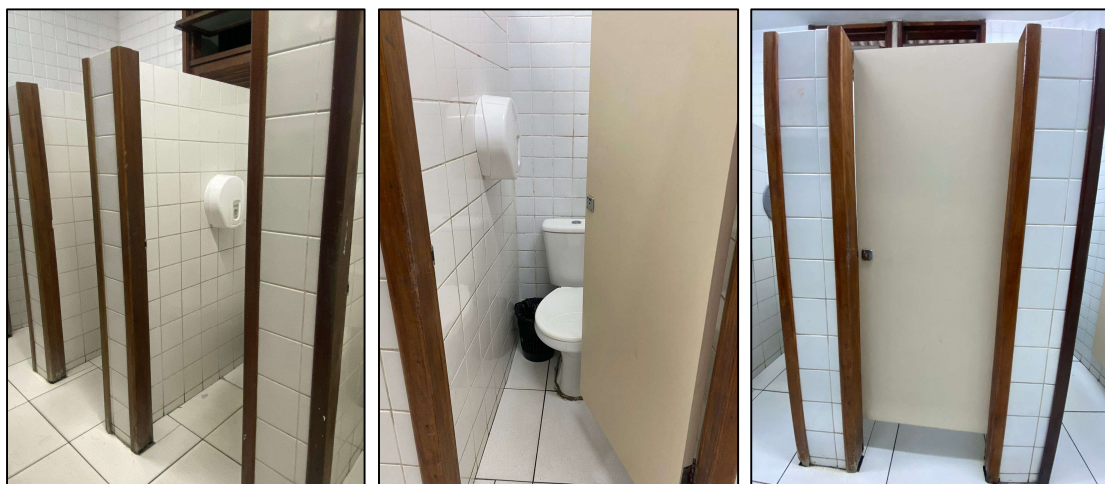
Mariana expõe que: *“o banheiro ali não tem trocador. Não tem. E o único que tem é na FACED. E detalhe, essas portas, elas são minúsculas. Quando você tá com um barrigão assim, você não consegue adentrar. Você tem que adentrar de lado, entende? Lá aqui no nosso bloco também, assim, você adentra nos banheiros e eles são minúsculos”*. Viviane expressa a mesma necessidade: *“O banheiro. Eu vejo que não tem assim pra questão, por exemplo, que quem for precisar trocar, né? O trocador, a criança não vive sem... E quando eu vi, se eu não me engano, eu acho que o outro está quebrado”*. As crianças também apresentam necessidades fisiológicas, falta um lavabo, as pias são pequenas e não atendem a necessidade de higiene das crianças, pelo contrário, causa constrangimento e incômodo às mães ao terem que adaptar aquele espaço com outras mulheres presentes *“porque tem situações que você vê que ultrapassa*

às vezes da fralda ali, né? Sabe quando a criança, assim, não tem como, você tem que lavar. E aquelas pias não atendem, né? ”.



Figuras 11 e 12 - À direita as pias são pequenas impedindo a higienização das crianças e a esquerda um exemplo do tamanho da cuba. **Fonte:** arquivo próprio (2026)

Nas figuras 13, 14 e 15, podemos visualizar alguns dos aspectos indicados pelas mães. Mariana reflete sobre diversas pressões ambientais que o campus apresenta, além de ferir o direito de ir e vir, e da necessidade de adaptação dos corpos a espaços pequenos, pois principalmente quando se é mãe ou se possui mobilidade reduzida (Matos et al., 2022; Souza, 2023) o corpo “opera direta e indiretamente em uma relação dialógica com o espaço que ocupa” (Hamann et.al., 2013, p. 21). A cabine sanitária dispõe de um espaço pequeno entre a porta e o vaso sanitário, prejudicando a mobilidade das mães que se encontram nos últimos meses de gestação “*As portas dos banheiros são minúsculas, entendeu? O espaço também. Então, assim, uma mulher grávida, né? Vai entrar aqui, aí você tem que fazer isso aqui, aí você tem que vir pra cá, se deslocar e depois sair. E eu não falo também só de mulheres grávidas. Têm corpos gordos, né? Entendeu? Então, assim, não funciona pra essas mulheres que têm corpos maiores, sabe? Então, assim, é muito complicado. Muito complicado. A universidade tem essa mínima estrutura*” (Mariana).



Figuras 13, 14 e 15 – Na imagem à esquerda, a dimensão do tamanho das cabines sanitárias, na imagem central o ângulo do espaço do movimento da porta e à direita a entrada da cabine sanitária.

Fonte: arquivo próprio (2026)

Conforme descrito na NBR 9050 de 2020, as dimensões mínimas para um box comum são: vão livre de 0,80 m e área livre com 0,60 m de diâmetro. Além disso, é recomendado que as portas abram para fora, para facilitar o atendimento à pessoa em caso de necessidade. Ao observar o banheiro feminino é notável que não há uma área livre entre a porta e o vaso sanitário, além da porta abrir para o lado de dentro. Podemos observar que o box é inadequado para as pessoas em geral e, para mulheres grávidas, o acesso é ainda mais difícil, principalmente em situações que exijam algum tipo de suporte. Uma outra questão comentada pela mãe Mariana, foi o material utilizado para fazer os fraldários, pois é um material frágil, o que compromete a segurança durante o uso: *“Não é uma estrutura boa que eles colocaram daquele material de MDF, que não pode pegar água [...] e aí você coloca a criança. E não tem nenhum colchãozinho assim. Como você vai trocar seu filho ali, sabe? Sem condições”*.

A fala da estudante explicita uma falha no planejamento espacial que desconsidera aspectos básicos de funcionalidade, higiene e segurança, elementos fundamentais em equipamentos destinados ao cuidado infantil. O uso de materiais como o MDF, que apresenta baixa resistência à umidade, revela uma inadequação técnica frente às demandas reais de uso, especialmente em ambientes como banheiros, onde o contato com água é constante. Sob a perspectiva da docilidade ambiental (Lawton, 1973), o ambiente deveria oferecer suporte adequado às necessidades dos usuários, reduzindo esforços, riscos e desconfortos. No entanto, na situação descrita observa-se um ambiente que impõe barreiras, exigindo maior adaptação por parte da mãe e colocando em risco o bem-estar da criança (Albuquerque, 2019; Wang & Lee, 2010).

Outro ponto apresentado por Viviane, reflete a falta da conscientização acadêmica no uso das estruturas do campus, pois os únicos fraldários disponíveis foram danificados em decorrência do uso indevido dos estudantes para apoiar bolsas e mochilas. Viviane relata que parece ser difícil compreender as necessidades de uma mãe, quando não se é uma: *“Então daí é uma outra barreira da mesma questão, de conscientização acadêmica, porque a FACED [Faculdade de Educação], querendo ou não, ela tentou ofertar, né?”*. O cenário patriarcal machista, reflete até mesmo no comportamento de outras mulheres, pois falta a sensibilidade sobre a realidade do que não se vivencia. A comunidade acadêmica precisa acolher a maternagem, ou seja, compreender que o cuidado com uma criança vai além daquele que gera “a ótica feminista da maternagem evidencia experiências corporais e espaciais tidas como ‘novas’ para superar obstáculos que limitam a inserção das mulheres mães em certos espaços” (Oliveira, 2023. p. 113, 114). Logo, se faz necessária a sensibilização, o acolhimento e a coletivização da experiência da maternagem (Oliveira, 2023). Ibarra (2019, p. 612) descreve também que “A consciência estudantil relativa às universitárias-mães precisa ser criada e estimulada tanto pela instituição universitária quanto por cada integrante do próprio corpo discente”. No caso do exemplo descrito, o fraldário foi danificado nos banheiros femininos em menos de um ano (figuras 10 e 11).



Figuras 16 e 17 - À esquerda, observa-se o fraldário aberto, evidenciando a ausência de um colchonete adequado para acomodar o bebê durante a troca e à direita o fraldário fechado com a placa indicado o seu uso.

Imagem do banheiro masculino.

Fonte: arquivo próprio (2025)



Figura 18 - Fraldário danificado no banheiro feminino na FACED
Fonte: arquivo próprio (2026)

Outra necessidade apresentada pelas mães estudantes Loren, Viviane, Mariana e Bárbara é um banheiro destinado a família ou para pessoas com deficiência, pois assim a mãe ou o pai poderiam acompanhar seus filhos. Durante a caminhada pela universidade, uma das estudantes indicou o local improvisado onde realiza a troca de seu filho, evidenciando a precariedade do suporte institucional, agravado pelo fato do único fraldário disponível não estar em condições de uso. Além disso, seu marido não pode adentrar o banheiro feminino para lhe ajudar com seu filho que é uma criança com deficiência. Loren relata que: *“Ah, falta... O banheiro para pessoas com deficiência. Se ele viesse com alguém comigo, geralmente o pai dele às vezes vinha. Se ele fizesse cocô, a gente tinha que limpar ele fora do banheiro, porque eu não podia entrar com meu marido no feminino e nem no masculino, então a gente tinha que limpar ele fora, né?”*. Loren diz que também sente o incômodo de não ter privacidade com o seu filho, pois por mais que ele seja uma criança, há a necessidade de um espaço para que ele possa ter suas necessidades básicas garantidas.



Figuras 19 e 20 - À esquerda local que Loren utiliza para trocar seu filho, em frente aos banheiros situados na Faculdade de Tecnologia (FT) e à direita localizado na Faculdade de Educação (FACED).

Fonte: arquivo próprio (2026)

Bárbara destaca essa mesma necessidade como estudante do Setor Sul. Ela descreve o incômodo que sente em ter a necessidade de compartilhar os banheiros de adultos com seus filhos, principalmente por ter um casal: *“É um banheiro para entrar com as crianças. Mas, assim, aí nesse caso, seria um vestiário. Não nesse box, seria lá pro vestiário. Um banheiro para as mães levarem os filhos, né, no caso... Por que muitas vezes as meninas precisam tomar banho? Então elas vão estar sem nada”*. Durante a caminhada pelo Setor Sul, Bárbara aprofunda essa questão ao descrever o constrangimento de utilizar o vestiário feminino com seus filhos, uma vez que, frequentemente, outras usuárias encontram-se despidas e, por isso, não considera um ambiente adequado para as crianças. Assim, a ausência de um vestiário infantil ou familiar torna-se uma barreira concreta à permanência dessa estudante, ao produzir situações de desconforto, constrangimento e inadequação. Ao não considerar as necessidades de mães e crianças, a universidade reproduz uma organização espacial que reforça desigualdades de gênero, uma vez que são majoritariamente as mulheres que assumem a responsabilidade pelo cuidado (Badinter, 2024). Desse modo, a estudante sente essa necessidade de ter um vestiário infantil principalmente no setor sul onde são ofertados diversos projetos para as crianças, por meio das atividades de extensão da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF).

Logo, a reivindicação de Bárbara não se restringe a uma demanda individual, mas expressa uma necessidade coletiva e estrutural, que aponta para a urgência de repensar a universidade como um espaço mais inclusivo, que reconheça e incorpore as dinâmicas do cuidado em sua organização física e simbólica (Matos et al., 2022). O autor descreve a necessidade de uma comunidade acadêmica sensível:

Importa salientar que um ambiente acessível perpassa em primeiro lugar, pela sensibilidade de se colocar no lugar do outro ao imaginar que, se a universidade em que se estuda é acessível para um acadêmico com deficiência e/ou mobilidade reduzida, será acessível para todas as pessoas, sem exceções ou discriminações (Matos et al., 2022, p. 24).

Destarte, a universidade precisa construir estratégias para reduzir essas barreiras e aprimorar o desenho universal da instituição, para torná-lo mais dócil. A pesquisadora Daniela Santos et al. (2025) ressalta as estruturas de alguns shoppings e aeroportos e evidencia: “Esses exemplos reforçam a importância de se criar espaços adequados para as mães universitárias, o que justifica a necessidade de investigar a realidade das universidades no que se refere à infraestrutura inclusiva para gestantes e mães com filhos pequenos” (p. 04 e 05). No caso das mães estudantes, a presença dos filhos e as responsabilidades de cuidado reduzem sua margem de adaptação, tornando-as mais dependentes de uma infraestrutura adequada. Assim, a ausência de banheiros familiares ou vestiários infantis intensifica a pressão ambiental, gerando desconforto e restringindo o uso pleno dos espaços universitários.

“A percepção dos cenários físicos não somente passa por múltiplos sentidos (visão, audição, etc.), mas registra múltiplos estímulos ao mesmo tempo” (Günther, 2003, p. 274). A citação de Gunther pode ser associada ao ambiente dos restaurantes universitários (R.U) porque ao adentrar nesse ambiente as mães estudantes em seus relatos não sofrem apenas com as barreiras físicas, mas a sobreposição de múltiplos fatores como filas extensas, ruídos, superlotação, falta de adaptação, preconceito e dificuldade de mobilidade com a própria criança.

Ressalto que a entrevista caminhada também foi realizada nesses espaços, contudo, devido ao grande fluxo de estudantes no ambiente foi difícil realizar registros do local e das ações dos funcionários diante do acompanhamento das mães com suas crianças. Das sete mães entrevistadas, três utilizam o R.U. no seu dia a dia, e a própria utilização desses espaços já se apresenta como uma barreira institucional, pois atualmente as refeições que são concedidas aos estudantes de graduação por um preço reduzido, não podem ser compartilhadas com dependentes. Como relata Bárbara: “*Eu acho que desconto de fato não, porque já é um valor*

que dá pra pagar, mas poder pagar duas vezes, no caso, seria bom, porque a gente só pode pagar uma vez, cada refeição. Então, nesse caso, quando eu estivesse com eles, se eu pudesse pagar mais um, que era no caso pra pegar mais um prato, aí eu acho que seria mais tranquilo”.

A sua fala sublinha a falta de diálogo com a comunidade acadêmica, principalmente o público específico que são as mães, pois embora o valor cobrado pelo Restaurante Universitário (RU) seja considerado acessível, há uma barreira institucional que limita o uso do serviço a apenas uma refeição por pessoa. Essa limitação se torna problemática quando a estudante está acompanhada de seus filhos, pois impede o acesso adequado à alimentação no espaço institucional.

Essa barreira é enfrentada também pela mãe Agnes que é uma estudante indígena e já apresenta uma alta necessidade de suporte, pois as desigualdades territoriais se associam às desigualdades de gênero e às responsabilidades maternas. No contexto do ensino superior em busca de uma formação emancipatória e digna, a ausência de redes de apoio e as dificuldades de adaptação ao espaço urbano intensificam a vulnerabilidade dessa mãe, exigindo maior responsabilidade no ambiente universitário (Sousa, Silva & Ferreira, 2023).

Agnes e Raquel relatam que não se sentem pertencentes a esse ambiente, pois, por serem mulheres amazônidas indígenas, elas e os demais estudantes sentem-se pressionados a não realizar manifestações relacionadas às suas culturas, ao seu grafismo, o que intensifica esse sentimento de desenraizamento. É importante ressaltar que a região norte possui uma forte cultura indígena e “questões culturais, têm necessidades diferenciadas que precisam ser observadas e respeitadas” (Sousa, Silva & Ferreira, 2023, p. 156).

Infelizmente, as universidades ainda são ambientes pautados em uma base eurocêntrica (Melo & Ribeiro, 2019) e é preciso desconstruir essa lógica principalmente em uma universidade situada no Amazonas. A fragilidade de pertencimento gera barreiras e exclusão, o que impacta diretamente na trajetória acadêmica. Outras situações desconfortantes vivenciadas pelas mães estão vinculadas ao preconceito decorrente do descaso da comunidade universitária que está presente em quase todos os ambientes. Para as mães estudantes indígenas, principalmente no que se refere à alimentação, o lugar que elas ocupam é o lugar que os filhos podem ocupar também, não existe um olhar individual, mas sim coletivo, o que foge da realidade universitária, que tem se apresentado para elas como um ambiente intenso de pressão e exclusão.

A criança participa ativamente na comunidade indígena, os espaços são livres e integrativos, diferentemente do que ocorre na universidade, pois as mães descrevem vivências bastante distintas, o que, segundo elas, impactam o desenvolvimento de seus filhos. Agnes

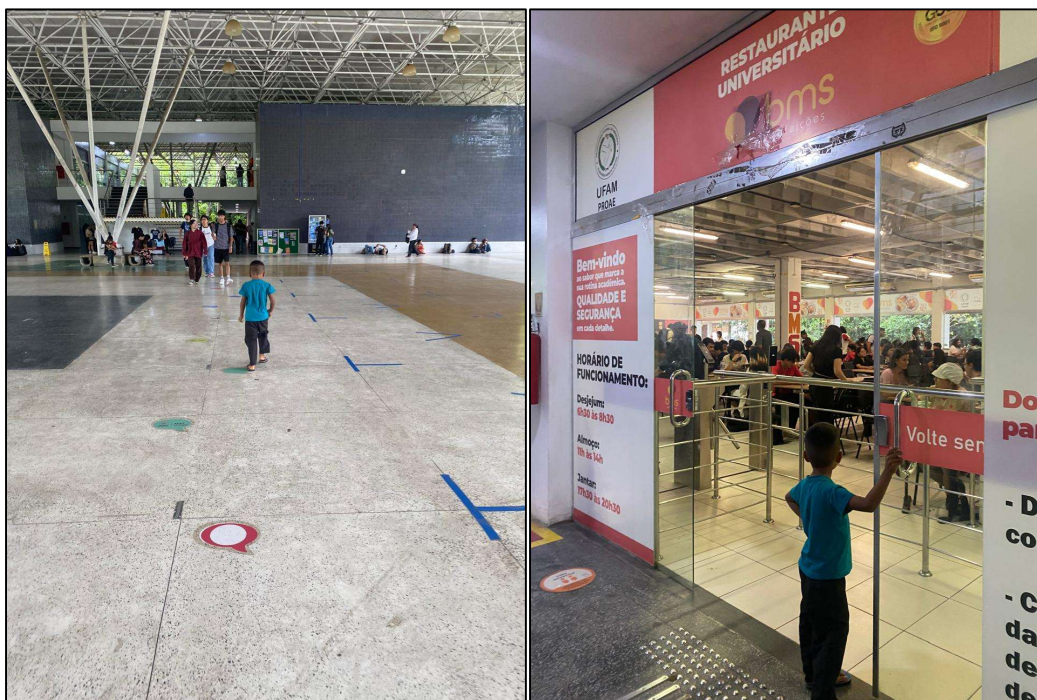
relata que uma das principais barreiras que enfrenta é em relação à alimentação: *“É muito chato por quê. Sabe como é criança, né? A criança às vezes quer passar na frente, quer pegar a alimentação lá. A servidora está lá, ela não deixa as crianças pegarem. Elas querem só que a gente adulta pegue. Mas, digo, são crianças, você não vai servir de banana. Você dá um pedaço de maçã. Não, mas é só direito da senhora. Não é direito da sua filha. Digo, mas sim, ela está estudando comigo. Eu não posso deixar minha filha porque ela só tem 6 anos sozinha em casa. E nós não somos daqui”*.

Os povos indígenas possuem uma outra visão de mundo, a da coletividade, do bem-viver, o que vai contra a ideologia do individualismo. De acordo com Alcântara e Sampaio (2017, p. 05):

A abordagem do Bem Viver contraria a visão individualista, o que contraria o senso de comunidade. Implica reconhecer a vida a partir de uma cosmovisão - concepção ou visão de mundo - que integra o ser humano à Natureza, esta entendida como sujeito de direitos, independentemente de sua utilidade prática e imediata para os seres humanos.

O descaso explícito na ação da servidora, desconsidera a presença da criança nesse espaço e essa lógica evidencia uma invisibilização das crianças dentro da universidade, sobretudo quando estas acompanham suas mães por necessidade e não por escolha. A criança, embora esteja fisicamente presente e vinculada à trajetória acadêmica da mãe, não é reconhecida como parte legítima desse contexto (Cunha & Paiva, 2024; Gonçalves, 2023).

A universidade, ao não reconhecer as especificidades de uma mulher indígena e mãe, opera a partir de um modelo universalizante de estudante geralmente jovem, sem filhos, de contexto urbano e que exclui outras formas de existência. A fala revela, portanto, um processo de não pertencimento, no qual tanto a mãe quanto a criança são colocadas à margem. Raquel nos relata uma situação semelhante: *“Porém, já quando eu fui tentar pegar uma vez para o meu filho, um pão a mais, eles simplesmente disseram que eu não tinha direito”* e *“Porque muitas das vezes a gente, como mãe, assim, não tem aquele dinheiro para todo dia estar comprando. Porque tem um restaurante aqui próximo, mas assim, tipo, às vezes a gente não tem é caro e a peso”*.



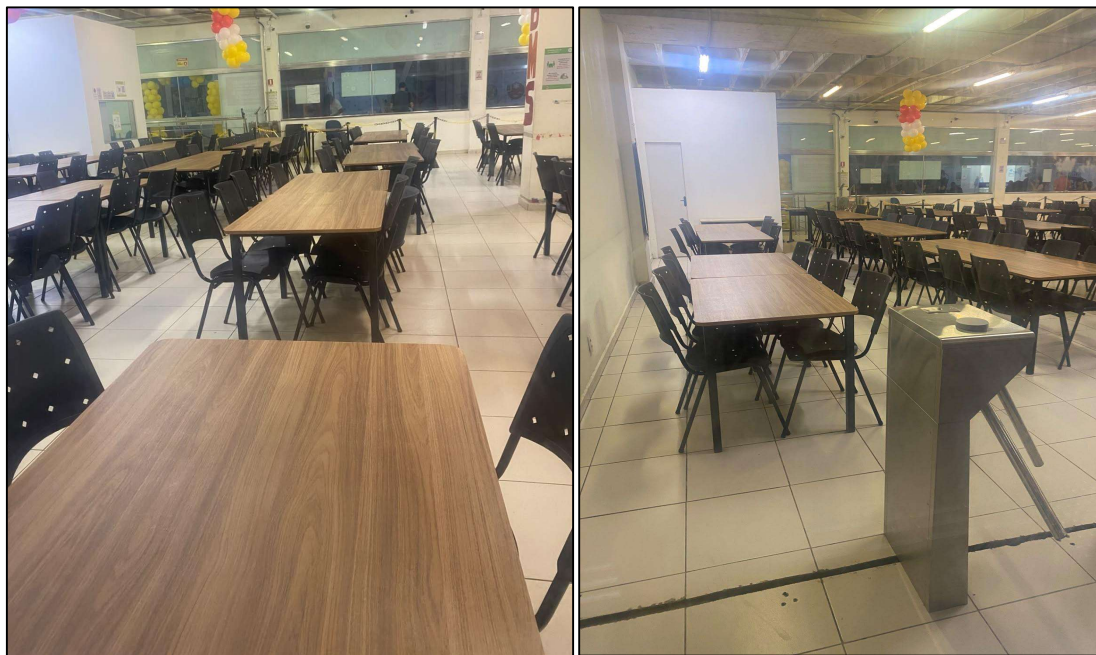
Figuras 21 e 22 - À esquerda, o caminho percorrido com a mãe estudante Raquel e seu filho até o Restaurante Universitário (R.U) e a direita o filho de Raquel na entrada do R.U

Fonte: arquivo próprio (2026)

Ambas as mães sofrem interferências em seus níveis de competências, pois a universidade não apresenta docilidade e a ausência de políticas eficazes de assistência (como alimentação acessível) eleva ainda mais essa pressão (Albuquerque et al., 2023; Gunther, 2018; Lawton, 1972). O resultado é, novamente, um ambiente estressor, que não oferece suporte suficiente para equilibrar essa relação, evidenciando a necessidade de políticas institucionais que promovam o reconhecimento, a valorização cultural e a construção de espaços verdadeiramente inclusivos. A alimentação é um direito básico, e negar isso para uma criança fere um direito constitucional, impactando na trajetória das estudantes mães universitárias.

Nesse sentido, outras pressões ambientais se evidenciam no cotidiano universitário, como a ausência de prioridade em filas (barreira de comunicação) e a inexistência de mobiliário adaptado para crianças (cadeiras, por exemplo), a instalação recente das catracas também é uma forma de limitar o acesso ao R.U. configurando-o como um ambiente indiferente às demandas maternas, sem o devido suporte ambiental (Silva & Elali, 215).

Ainda que tais barreiras sejam evidentes e gerem pressões e elevados níveis de estresse nas mães estudantes universitárias, ressalta-se que também foram citados alguns aspectos facilitadores, que aliviam as tensões diárias impostas a estas mulheres.



Figuras 23 e 24 - À esquerda a ausência de cadeiras para alimentação de crianças e à direita a instalação de catracas restringindo o acesso ao restaurante. **Fonte:** arquivo próprio (2026)



Figuras 25 e 26 - À esquerda a ausência de sinalização de fila preferencial (barreira atitudinal e comunicacional) e à direita as filas extensas no horário das refeições (R.U Setor Norte). **Fonte:** arquivo próprio (2026)

7. Aspectos facilitadores para a permanência

Nesta seção serão apresentados os espaços que contribuem e potencializam a permanência das mães estudantes (Lawton, 1973; Silva & Elali, 2015). A docilidade ambiental manifesta-se quando o ambiente universitário ajusta suas condições físicas, sociais e institucionais às demandas das mães estudantes, reduzindo pressões e ampliando suportes, ou seja, disponibilizando recursos.

Joaquim e Aragão (2024) e Santos (2009) descrevem três elementos necessários para a permanência das mães estudantes: a possibilidade de permanecer e concluir a graduação, a satisfação material/básica como alimentação, transporte e moradia e o pertencimento grupal. Assim, nessa seção, as subcategorias foram organizadas da seguinte forma: (1) rede de apoio: colegas e professores; (2) auxílios/benefícios que contribuem para a permanência; (3) o contato com a natureza e os espaços amplos da universidade e, (4) o campus como ambiente de aprendizagem. A partir dos olhares das mães estudantes, serão descritos esses facilitadores que compensam as demandas da vida cotidiana no campus universitário.

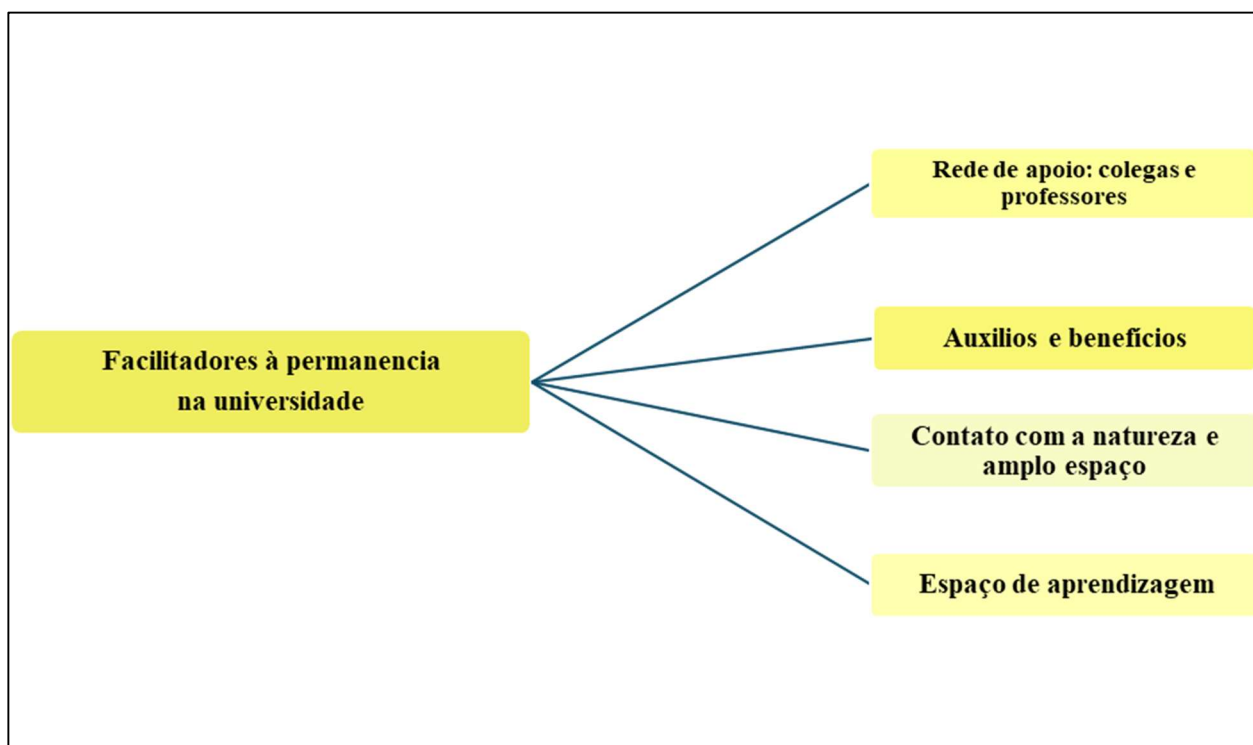


Figura 27 - Categorias: 2. Facilitadores à permanência das mães estudantes no campus

7.1 O espaço que acolhe: rede de apoio

Escrever esse tópico ainda é um desafio, pois como muitas pesquisas evidenciam, as mães estudantes permanecem resistindo e lutando para conquistar espaços mais acolhedores nas universidades. Assim, quando uma mãe relata que recebe apoio, seja dos seus colegas de curso ou dos professores, essa experiência pode ser compreendida como um indicativo de transformação. Destaca-se ainda a dificuldade de identificação de produções acadêmicas que abordem, de forma específica, a dimensão do acolhimento voltado às mães estudantes, o que evidencia uma lacuna importante no campo de estudos e reforça a relevância da presente discussão.

Ao nos referirmos à Docilidade Ambiental, são incorporadas tanto estruturas físicas quanto sociais (Lima et al., 2020). Segundo Powell Lawton, ambientes mais dóceis são aqueles que reduzem as pressões ambientais e ampliam a competência percebida do indivíduo. No caso dessas mães, a presença dos filhos em sala poderia ser uma fonte de alta pressão, bem como normas acadêmicas rígidas, preconceitos e interrupções. No entanto, o acolhimento de professores, colegas e gestão atua como um amortecedor dessa pressão, tornando o ambiente mais dócil, como podemos identificar nas seguintes falas: *“Sim, nesse período agora nesses últimos anos que eu retornei à UFAM eu senti um pouquinho mais de acolhimento dos professores, dos alunos, principalmente os mais jovens que não entendem muito a questão da maternidade”*(Ana) e a mãe Agnes ressalta: *“Ainda bem que os professores que estão dando aula para a gente são muito pacientes, porque eles não brigam, né? Eles não falam nada. Eles continuam dando aula normalmente”*.

Um projeto de extensão chamado “Acolher Lúdico” que ocorre nos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) nos municípios de Fortaleza e Beberibe em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE) teve início em 2024, a partir da observação de um elevado número de evasão nos cursos. A partir da análise foi constatado que a maioria eram mães, que por não possuírem uma rede de apoio acabavam desistindo dos cursos. Assim, com o projeto em execução ele contribui para que quando as mães estão em aula as crianças estejam realizando as atividades que envolvam pintura, desenho, colagem, contação de histórias, dança, brincadeiras e dinâmicas esportivas (Soares et al., 2025).

Trazer esse exemplo é importante, porque para ter ocorrido essa mudança, houve primeiramente uma sensibilização da coordenação e professores que identificaram as lacunas da exclusão. Para as mães estudantes, vivenciar esse acolhimento é de suma importância, pois a mãe sente um suporte coletivo, Mariana ressalta a sua experiência no curso de História *“A gestão do centro acadêmico me acolheu muito, os próprios professores do departamento de história. A coordenação, então eles sempre foram muito solícitos”*. Essas experiências

contribuem para o bem-estar das mães estudantes e uma educação humanizadora (Freire, 1996), pois ainda que tais práticas partam, muitas vezes, de iniciativas pontuais e de pequenos grupos, elas revelam uma ação importante: o cuidado com a permanência das mães na universidade deixa de ser entendido como uma questão estritamente individual e passa a ser assumido como uma responsabilidade coletiva e institucional (Soares et al., 2025). Como descreve Raquel, *“vários colegas que são da minha turma, eles ajudam muito, no sentido tipo, ah, o menino estava querendo ficar danado. Eles pegam, fazem desenho, atividade para ele estar se entretendo, para ele estar pintando, isso ajuda muito, meus colegas de sala”*, o ambiente torna-se acolhedor, mais dócil, pois seus colegas se adaptam à presença da criança, diminuindo as pressões que talvez a mãe tivesse que vivenciar em uma sala onde sua presença e da sua criança não fosse bem-vinda.

7.2 O espaço que acolhe: auxílios e benefícios

A maioria das mães estudantes faz parte da classe trabalhadora, contudo nem todas podem escolher se dedicar apenas aos cuidados das suas crianças. Devido às demandas do capitalismo que exigem cada vez mais da sociedade, elas precisam vender sua força de trabalho em busca de uma qualidade de vida melhor. Mas há também as mães que escolhem estudar e que necessitam suprir necessidades básicas. A UFAM, assim como as demais universidades do país, ofertam programas de Iniciação Científica (PIBIC) e à Docência (PIBID) e possuem programas de assistência estudantil, onde cada universidade possui autonomia para ofertar bolsas de acordo com as demandas dos estudantes.

Diante disso, durante a entrevista caminhada, quando questionadas sobre os facilitadores que contribuem para a permanência das mães estudantes, três relataram que recebem auxílio e bolsa de iniciação à pesquisa e à docência. Agnes e Raquel por serem mães estudantes indígenas recebem o Bolsa Permanência e o Auxílio Tapera destinado aos estudantes indígenas ofertados pela PROAE onde recebem uma parcela única de R\$1.000,00 após processo via edital.

É importante observar o quanto os auxílios tornam-se um facilitador para a trajetória de permanência das mães na universidade, principalmente das mães indígenas que necessitam reorganizar as suas rotinas para permanecer durante três meses em Manaus. Raquel, por exemplo, cita que *“A Bolsa Permanência que a gente recebe, paga o aluguel, compra e abastece o passe-estudantil e compra os tickets para estar se alimentando no RU”*. Agnes

complementa dizendo *“Recebo o Pibic e o Bolsa Permanência durante três meses no valor de R\$1.400,00, nós temos acesso, graças a Deus”*.

O Bolsa Permanência contribuiu muito para os estudantes indígenas em geral, pois Jardim (2022) em seu estudo “Antes do Programa Bolsa Permanência (2009-2013)”, apresenta as realidades que estudantes indígenas enfrentavam para permanecer na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), assim o Programa auxilia tanto no apoio financeiro quanto pedagógico. Nesse contexto, podemos observar que aspectos de docilidade (Lawton, 1999; Lima, 2020) estão presentes nos benefícios e auxílios que funcionam como suporte permitindo que elas consigam se manter financeiramente, se alimentar, pagar moradia e transporte, o que melhora sua capacidade de permanecer na universidade. No caso das mães indígenas, isso é ainda mais evidente, pois precisam reorganizar suas vidas em outra cidade, tornando-se mais dependentes de um ambiente institucional que ofereça suporte.

Mariana ressalta a importância dos auxílios curumim-cunhatã e auxílio acadêmico, durante a entrevista caminhada pelo setor norte, pois ela sempre se manteve na universidade através dos auxílios e bolsas de iniciação científica e após tornar-se mãe buscou e passou a lutar e reivindicar pelos auxílios que são destinados a esse público. Ela destaca a importância de se ler os editais e como a implementação do CadUfam facilita o acesso: *“O CadUfam parece que veio para melhorar e hoje o auxílio tem durabilidade de um ano. No meu edital, que foi afirmado pela antiga diretora de assistência estudantil, era que o auxílio ajudaria todos os alunos até o final da graduação. Até hoje eu tenho o meu edital, os meus dois editais, tudo grafado. E se tem algum problema eu venho aqui, corro aqui na PROEG”*.

7.3 O espaço que acolhe: a conexão com a natureza e os espaços amplos

Situado na região Norte, o campus sede da UFAM proporciona uma experiência singular de contemplação, por estar inserido em uma extensa Área de Proteção Ambiental (APA), marcada pela exuberância de sua flora e fauna (Sousa, Albuquerque & Higuchi, 2020). Possui um extenso espaço aberto, possibilitando aos seus frequentadores uma reconexão diária com a natureza. Essas experiências de contemplação atravessam a vida das mães estudantes que estão diariamente pelos corredores da UFAM acompanhadas pelas suas crianças.

O ambiente da universidade por ser rico em flora e fauna e com muitos espaços amplos, é visto pelas crianças como um ambiente de brincadeira e aprendizagem, pois ocorre um encantamento em que as mães estudantes, mesmo sem ser uma ação intencional, acabam possibilitando para suas crianças a conexão e a interação com a natureza. As mães entrevistadas

também relataram a presença desse ambiente natural como um fator benéfico para o desenvolvimento e bem-estar de seus filhos (Kaplan, 1993; Profice, 2016), como explicita Viviane: *“Elas gostam muito, isso, assim, deixa elas mais calmas, elas querem, como eu falei, a mais velha, se eu pudesse estar na sala e ela desbravando, ela... Tá, mãe, eu fico andando pela UFAM, aí isso aqui, infelizmente, não pode. Mas elas queriam, às vezes, estar aqui fora”*. A estudante descreve a experiência agradável e de bem-estar que o campus oferece para suas filhas, as crianças constroem sentidos e significados com a natureza, não sendo apenas um espaço físico, mas de aprendizagem, que contribui para o estímulo da curiosidade, sentimento de pertencimento e emoções positivas (Eto, 2025; Louv, 2016). Viviane continua: *“Mas aqui dentro é até mais legal, que elas vão vendo, já viu bicho preguiça, já viu macaquinhos, então, assim, vê toda essa parte da natureza”*, e o contato com a natureza torna-se rotina para as crianças, gerando encantamento, curiosidade e tranquilidade nas crianças, o que pode diminuir tensões para as mães durante sua rotina acadêmica. Esse é um fator importante, pois o ambiente oferece estímulos educativos informais como observação de animais e insetos, contato com o verde, contribuindo para o desenvolvimento infantil (Eto, 2025; Profice, 2016), o que reforça a vinculação com esses espaços.



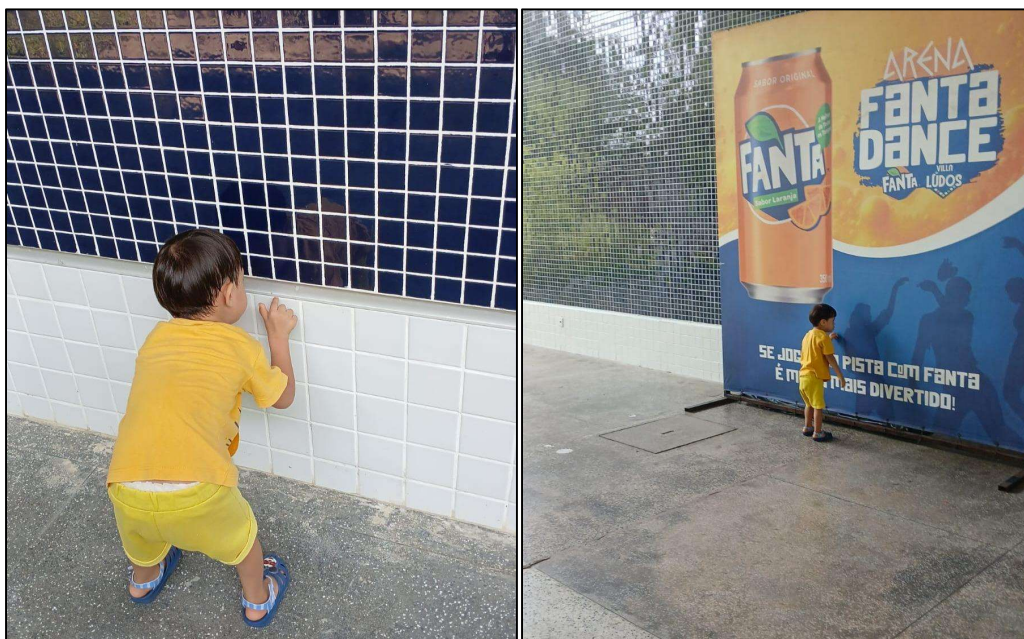
Figuras 28 e 29 – À esquerda área verde próxima a FAGED e à direita área verde no setor norte que as filhas de Vivianne costumam brincar. **Fonte:** arquivo próprio (2026)

Mariana relata sentir-se feliz ao perceber que seu filho tem a oportunidade de observar um bicho-preguiça, entre outros animais presentes no campus: *“Nós temos bastante espaço,*

contato com a natureza... Então, eu acho isso legal, a gente ter uma universidade tão próxima de animais, etc”. Nesse sentido, a percepção das mães revela-se fundamental para a construção e o fortalecimento do vínculo das crianças com a natureza, evidenciando como esse contato cotidiano pode favorecer experiências significativas de aproximação com o meio ambiente. Segundo a pesquisadora Eto (2025, p. 74) “as percepções maternas reforçam a importância da natureza como um componente ativo no desenvolvimento integral das crianças, atuando como espaço de formação afetiva, social, física e cognitiva”.

Sobre esses aspectos, evidencia-se uma relação de reciprocidade entre pessoa e ambiente, na qual a natureza, ao ser percebida como uma paisagem esteticamente agradável, desperta sentimentos de afeto e pertencimento (Moore, 2003; Sousa, Albuquerque & Higuchi, 2020). Essa interação torna-se ainda mais significativa no caso das crianças, que, ao contemplarem e vivenciarem esses espaços, experienciam benefícios biopsicossociais importantes para o seu desenvolvimento (Profice, 2016) como afirma Loren: “*Eu gosto, ele gosta de vir, ver as árvores, brincava com as folhas secas, isso é muito bom para o desenvolvimento dele*”.

Outro aspecto que torna o ambiente universitário mais dócil, de acordo com as entrevistadas, é o amplo espaço da universidade, como descreve Loren: “*Brincava, corria do jeito que ele queria. É um espaço favorável para ele se divertir, porque é criança de dois anos e quer correr, né? Quer explorar*”. Os espaços abertos, corredores amplos, pátios e áreas de gramado reduzem as pressões ambientais. Para as mães e suas crianças isso significa mais liberdade de circulação, possibilidade de a criança brincar, correr e explorar sem restrições, diminuindo o estresse tanto da mãe quanto da criança. Loren durante a entrevista relata que os espaços que seu filho mais costuma brincar são o Centro de Convivência (CDC) e o Hall do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), como observa-se na figura 18.



Figuras 30 e 31 - Brincando e explorando no Centro de Convivência (Setor Norte)
Fonte: arquivo cedido e autorizado pela participante (2026)

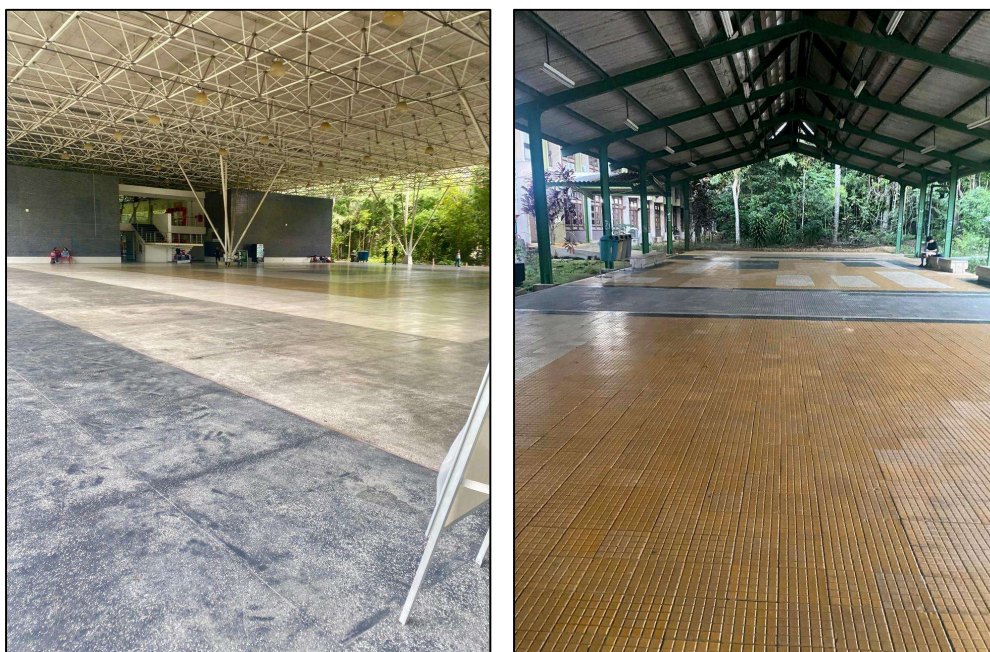
Esses espaços amplos possibilitam às crianças a oportunidade do desemparedamento (Profice, 2016) já que o cotidiano urbano oferece pouco ou nenhum contato com a natureza. O contato precoce e recorrente com as telas impacta diretamente no desenvolvimento infantil, o que é definido por alguns autores como videofilia (Profice, 2016).



Figura 32 - Contemplando a natureza e brincando no Hall do IFCHS

Fonte: arquivo cedido e autorizado pela participante (2026)

Ana nos direciona aos espaços que seu filho costuma brincar, relatando que estes locais o ajudam a “gastar energia”, o que me ajuda a concentrar nas aulas, já que por correr bastante volta para a sala de aula mais calmo *“Bastante aberto, bastante amplo, tem lugares para sentar, tem lugares para ele correr. Isso é bom, porque se a gente quiser sair, assim, um pouquinho da sala de aula só para ele gastar energia a gente pode trazer ele para uma dessas áreas, tipo no intervalo”*.



Figuras 33 e 34 – À esquerda, o Centro de Convivência (CDC) e à direita o Hall do IFCHS, lugares citados pelas mães devido a preferência das crianças para brincar. **Fonte:** própria (2026)

Luz e Kuhnen (2013, p. 552) ressaltam que “o comportamento do brincar pode ser inibido ou estimulado dependendo das características do espaço onde ocorre”. É comum ver crianças correndo, brincando de pega-pega ou explorando a própria natureza ao seu redor. Cada espaço influencia as diferentes maneiras pelas quais a criança se apropria dele e, conseqüentemente, afetam o tipo de interação estabelecida e as brincadeiras que ela escolhe realizar (Luz & Kuhnen, 2013). Pesquisadores no campo da Psicologia Ambiental afirmam que as crianças preferem brincar livre em ambientes verdes, sem roteiros pré-estabelecidos, de forma a fortalecer o vínculo com a natureza (Proffice, 2016).

7.4 O espaço que acolhe: espaço de aprendizagem

Este tópico inclui os relatos das mães estudantes que veem o campus da Ufam como espaço de aprendizagem para os seus filhos. A universidade, sendo um local de ensino, pesquisa e extensão pode proporcionar experiências únicas para as crianças, principalmente quando o olhar da comunidade acadêmica busca incluí-las em suas atividades como é o caso de alguns projetos disponíveis. Durante a caminhada, Loren nos relata a importância do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicopedagogia Diferencial (NEPPD) vinculado à Faculdade de Educação, espaço que oferece atendimentos avaliativos em processos pedagógicos, psicopedagógicos e psicomotores ligados à aprendizagem: *"Meu filho participa de atividades no NEPPD com os estudantes, que duram uma hora [...] A coordenadora faz um trabalho com os alunos e é muito importante para as crianças se distraírem. A gente pensa que eles estão só brincando, né? Mas eles estão aprendendo ali"*. Esse núcleo trabalha especificamente com crianças que possuem algum tipo de deficiência ou transtorno.



Figuras 35 e 36 - À esquerda filho de Loren chegando ao NEPPD e à direita brincando em uma das atividades desenvolvidas pelo NEPPD aberta à comunidade acadêmica.
Fonte: imagem cedida e autorizada pela participante (2026).

Outro projeto ofertado pela Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF) através do Laboratório de Pedagogia do Esporte (LAPESP), é o chamado “Brincando com Lutas”, localizado no Setor Sul. Os filhos de Bárbara participam do projeto, e ela descreve o quanto é benéfico para os seus filhos, principalmente hoje que as escolas não oferecem tantas atividades

esportivas: *“Na escola agora não tem mais a questão do segundo tempo. Porque o segundo tempo era o que dava ênfase nos esportes nas escolas. E agora não tem mais. Então, é uma coisa importante porque eu sempre fui atleta. Então eu quero que eles também tenham essa vivência”*. Esses projetos de extensão contribuem para a permanência das mães, pois oferecem atividades não apenas recreativas, mas educacionais. A FEFF é a faculdade que mais oferece atividades para crianças, o que torna o espaço mais dócil ao contribuir para a permanência e o engajamento das mães, e para o desenvolvimento das crianças. A participação nestas atividades evita que a criança fique em casa, muitas vezes exposta ao uso excessivo de telas. Além do espaço físico, esses ambientes criam redes de apoio, construindo vínculos afetivos e sensação de acolhimento, potencializando a docilidade ambiental para além da dimensão física e alcançando o aspecto social (Lima, 2020).

Em sala de aula, a estudante indígena Raquel nos relata o quanto é importante essa integração do seu filho nas atividades, pois ele está longe da sua comunidade, o que acaba interferindo nos seus estudos, então quando participa das atividades está aprendendo: *“aqui ele aprende muitas coisas, como as artes, porque no momento em que a gente está construindo, fazendo nossas atividades, a gente está construindo objetos da nossa cultura, ele é muito curioso então aprende”*. Na fala de Raquel é possível perceber uma docilidade a nível social, pois tanto os seus colegas de sala quanto os professores permitem a presença e a participação do seu filho nas atividades. A pesquisadora Lima (2020, p. 284), em sua pesquisa sobre docilidade ambiental na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ressalta que *“a construção de redes de apoio é essencial, e todos podemos fazer parte da solução”*.

Outro espaço de aprendizagem criado a partir das iniciativas das professoras da FACED foi um espaço para as crianças dos estudantes do curso de Formação de Professores Indígenas (FPI) ficarem enquanto seus pais estão em aula, conduzido pelas próprias professoras. Conta com a participação dos estudantes de licenciatura de diferentes cursos que ensinam de forma voluntária as crianças, nada institucionalizado, mas que surgiu a partir da necessidade, já que as crianças ficavam soltas e vulneráveis pelos corredores da instituição, como nos relata Agnes: *“Esse projeto que a professora Jonise fundou, e agora a professora Rita continua junto com a professora Ana Carolina. Aí eles têm professores voluntários que vão lá dar aula para as crianças”*. As atividades ocorrem em um espaço pequeno, em uma sala no segundo andar da FACED coordenada pelo Departamento de Educação Indígena (DEEI). Durante as aulas os professores voluntários buscam interligar os conhecimentos tradicionais que as crianças possuem, questões ambientais, história e geografia regional. Além disso, elas têm contato com outros idiomas, como o inglês, por exemplo, mas sempre buscando dialogar com os

conhecimentos tradicionais, trazendo seres encantados da floresta e protetores como se observa na Figura 37 e 38.



Figuras 37 e 38 – À esquerda e à direita as crianças realizando as atividades na sala da Formação de Professores Indígenas (FPI). **Fonte:** arquivo cedido (2025)

Os relatos apresentados demonstram que os facilitadores mencionados pelas mães não são assegurados de forma institucional, aspecto que evidencia a necessidade de revisão das políticas e práticas da universidade. Ainda assim, esses elementos são percebidos pelas mães como importantes formas de acolhimento no ambiente acadêmico. A rede de apoio constituída por professores e colegas contribui para que elas se sintam acolhidas, especialmente quando há compreensão em relação à presença da criança em sala de aula. Além disso, os auxílios estudantis representam um suporte fundamental, sobretudo para as mães oriundas de outros municípios, auxiliando no atendimento de suas demandas e na permanência na universidade. Outro facilitador amplamente mencionado é a natureza presente no campus, que favorece o desenvolvimento infantil e a restauração da biofilia das crianças. Os espaços amplos e ao ar livre são essenciais para aquelas que se encontram em fase de desenvolvimento, promovendo o desamparado e ampliando as possibilidades de interação com o ambiente. Nesse contexto, o campus também se configura como um espaço de aprendizagem, permitindo que as crianças tenham contato, desde cedo, com a ciência, diferentes culturas e múltiplas formas de aprender.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação do modelo pressão-competência para outras fases da vida revela-se uma contribuição relevante para a literatura, ao permitir a compreensão de como diferentes grupos vivenciam as pressões ambientais em contextos diversos. Nesse sentido, esta pesquisa evidenciou a importância das mudanças no ambiente universitário, especialmente no que se refere às mães estudantes, demonstrando como esse contexto influencia diretamente em suas trajetórias acadêmicas.

Para tanto, o objetivo geral deste estudo foi compreender de que maneira o campus universitário da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) tem acolhido mães estudantes e suas crianças ao longo da formação acadêmica em nível de graduação, a partir da hipótese da Docilidade Ambiental. Tornar-se mãe implica, frequentemente, alterações nos níveis de competência, e, quando essas mulheres passam a ocupar espaços que não foram planejados para contemplar as especificidades da maternidade, tornam-se mais suscetíveis às pressões ambientais. Essa realidade também se manifesta no ambiente universitário, historicamente concebido para atender a um estudante ideal, desconsiderando a diversidade de perfis existentes.

As mães participantes desta pesquisa relataram suas experiências nos diferentes espaços da universidade, evidenciando tanto barreiras quanto facilitadores relacionados à infraestrutura e à organização espacial. Ainda que os níveis de competência variem entre as participantes, foi possível identificar que o campus, de modo geral, não se configura como um ambiente plenamente dócil para acolhê-las e não oferece condições estruturais e institucionais adequadas que favoreçam sua adaptação e permanência. Pelo contrário, as mães estudantes enfrentam barreiras relacionadas à infraestrutura, à mobilidade, ao acesso a serviços básicos e à ausência de políticas efetivas de apoio. As barreiras identificadas se inter-relacionam e revelam fragilidades nos aspectos físicos, sociais e ambientais, impactando diretamente suas possibilidades de permanência.

Embora os facilitadores contribuam para certa sensação de acolhimento e acessibilidade, mostram-se insuficientes para garantir um suporte adequado. Os espaços percebidos como mais acolhedores não foram planejados ou garantidos institucionalmente para atender às necessidades das mães e de suas crianças, sendo, em sua maioria, resultado de apropriações informais e estratégias cotidianas construídas pelas próprias estudantes. Nesse sentido, o ambiente universitário, ao invés de reduzir as demandas impostas à maternidade no contexto

acadêmico, acaba por intensificá-las, exigindo dessas mulheres maior esforço de adaptação frente às condições adversas.

A partir das entrevistas caminhadas e da análise dos dados, verificou-se que as barreiras infra estruturais e institucionais exercem maior influência sobre os níveis de competência das mães, intensificando as pressões ambientais. Ancorada na Psicologia Ambiental, esta pesquisa enfatiza a relação pessoa-ambiente e suas implicações na subjetividade das mães estudantes, estabelecendo um diálogo com o campo da Educação. Ressalta-se que o objetivo não foi apenas evidenciar a ausência de assistência estudantil específica já recorrente na área educacional, mas ampliar o debate a partir de uma perspectiva que integra dimensões ambientais, físicas, sociais e psicológicas.

Ressalta-se que as limitações identificadas neste estudo envolveram a dificuldade de agendamentos para realização das entrevistas com as mães, a própria limitação do tempo das estudantes, alguns imprevistos durante a entrevista caminhada e a ausência de dados oficiais da UFAM sobre esse público. Estes aspectos inviabilizam comparações e análises mais amplas, refletindo também na dificuldade de acesso às participantes para preenchimento do formulário inicial e na escassa discussão teórica sobre a temática. Em contrapartida, os resultados descritos contribuem para a realização de estudos futuros voltados para um entendimento mais aprofundado sobre outros contextos e instituições, bem como articulação com outras temáticas como saúde mental, rede de apoio e intervenções no ambiente universitário, buscando torná-lo mais inclusivo para as mães estudantes universitárias. Como perspectiva para estudos futuros

Espera-se que os resultados desta investigação possibilitem a continuidade das discussões sobre a permanência de mães no ensino superior, especialmente no contexto da UFAM. Ao incorporar os fundamentos da Docilidade Ambiental, buscou-se compreender como os elementos físicos, sociais e simbólicos do ambiente universitário podem tanto favorecer quanto dificultar a experiência acadêmica dessas mulheres. Nesse sentido, sugere-se a realização de estudos que ampliem a compreensão sobre as condições ambientais do campus da UFAM, considerando as percepções da gestão, da Reitoria e da própria comunidade acadêmica. Essa abordagem poderá contribuir para identificar como esses diferentes atores percebem os espaços universitários e quais estratégias podem ser pensadas para torná-los mais acolhedores, acessíveis, confortáveis e ambientalmente qualificados. Além disso, considera-se pertinente investigar, sob a perspectiva da gestão universitária, de que modo o conceito de Docilidade Ambiental pode contribuir para o planejamento e a organização dos espaços acadêmicos, favorecendo ambientes capazes de responder de maneira mais adequada às

diferentes necessidades da comunidade universitária e de promover maior bem-estar, permanência e qualidade de vida no campus.

Por fim, a identificação das barreiras institucionais e estruturais oferece subsídios importantes para a formulação de políticas mais inclusivas, voltadas à melhoria da infraestrutura dos campi e à implementação de estratégias de acolhimento. A análise realizada evidencia a baixa docilidade ambiental do campus, reforçando a necessidade de ampliação de políticas institucionais, melhorias na infraestrutura e reconhecimento das especificidades das mães estudantes, de modo a promover condições mais equitativas de permanência no ensino superior. Assim, esta pesquisa pretende colaborar com o desenvolvimento de ações junto à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) e para a construção de uma universidade mais sensível à diversidade, comprometida com a equidade e capaz de promover condições efetivas de permanência.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, D. D. S. (2015). Campi universitários e espaços verdes: percepções ambientais no norte e sul do Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Repositório Institucional UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169505>
- Albuquerque, D. D. S., & Elali, G. (2023). Aspectos de docilidade ambiental na relação de pessoas idosas com espaços verdes na cidade de Natal/RN/Brasil. In L. Crizel & M. C. Bocca (Orgs.), *Neuroarquitetura, psicologia e filosofia: interfaces da experiência* (Vol. 1, pp. 309–325).
- Albuquerque, D. D. S., Amâncio, D. A. R., Günther, I. D. A., & Higuchi, M. I. G. (2018). Contribuições teóricas sobre o envelhecimento na perspectiva dos estudos pessoa-ambiente. *Psicologia USP*, 29(3), 442–450. <https://doi.org/10.1590/0103-656420180142>
- Albuquerque, D. D. S., Silva, D. S., & Kuhnen, A. (2016). Preferências ambientais e possibilidades de restauro psicológico em campi universitários. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(4), 893–906. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/9ZT9bQHSPddyt7yYmyhqQsL/?format=htm>
- Albuquerque, D. et al. Envelhecimento, sentido de lugar e planejamento urbano: facilitadores e barreiras. *Psicologia em estudo*, v. 28, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/54416>
- Alcântara, L. C. S., & Sampaio, C. A. C. (2017). Bem Viver: uma perspectiva (des) colonial das comunidades indígenas. *Revista rupturas*, 7(2), 1-31.
- Alves, I. B. *Ciência e Maternidade: Desafios e Perspectivas para a Permanência de Mulheres-Mães no Ensino Público Superior*. Dissertação (Mestrado em Políticas e Direitos Humanos). Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da Universidade Católica de Pelotas, 2019. <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/handle/jspui/848>

- Alves, K. R. M., Albuquerque, D. D. S., Resende, G. C. (2023) As jornadas femininas e a universidade: narrativas de conciliações e projetos futuros. In S. Barbato, C. C. França, G. C. Resende, C. B. Alves, M. B. Gonzalez, & I. Ribeiro da Silva (Orgs.), *Narrativas de mulheres na educação e na vida: Transições e desafios* (pp. 168–183). Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA.
- Amâncio, B. S. G. D. (2018). *Docilidade ambiental: Espaços de convivência na promoção de qualidade de vida de idosos* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas]. Universidade Federal do Amazonas. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6791>
- Aquino, L. M. L. (2018). Pelo Direito de ser Mãe e Estudante. *Revista Zero a Seis*. ISSN 1980-4512. 20(37), 42-57. DOI: [10.5007/1980-4512.2018v20n37p42](https://doi.org/10.5007/1980-4512.2018v20n37p42)
- Araújo, S. B., Pires, E. D. P. B., Ribas, G. F., Silva, S. S., Ferraz, M. O. M., Ribeiro, R. M., & Mateus, K. A. de O. (2020). Creches universitárias: Seu contexto histórico / University day care centers: Its historical context. *Brazilian Journal of Development*, 6(8), 61357–61370. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-525>
- Associação dos Docentes da Ufam. Alta da evasão e queda no ingresso: crise na Ufam tem raízes, sociais, políticas e econômicas https://adua.org.br/mobile/frame1.php?pagina=noticia.php&ID_ARTIGO=2518. Acesso em: 24/04/2026
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro, RJ.
- Badinter, E. (2024). *O conflito: a mulher e a mãe*. Rosa dos Tempos.
- Baldez, F. M., Amparo, D. M., & Pedroza, R. L. S. (2023). A maternidade e suas vicissitudes na perspectiva de gênero e de suas dimensões psíquicas. In S. Barbato, C. C. França, G. C. Resende, C. B. Alves, M. B. Gonzalez, & I. Ribeiro da Silva (Orgs.), *Narrativas de mulheres na educação e na vida: Transições e desafios* (pp. 67–83). Alexa Cultural: EDUA.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.) 1. ed. brasileira. São Paulo: Edições 70.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático* (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bittencourt, L. S., et al. (2004). Acessibilidade e cidadania: Barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiência física. In *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária* (Vol. 2). Belo Horizonte, MG: [Organização/Instituição]. <http://www.letas.ufmg.br/educonl/arquivos/anais/congresso>
- Bittencourt, L. S., Souza, F. A. M. de, Brandão, L. F. L. M., & Peixoto, G. V. (2010). Acessibilidade e cidadania: O relato da experiência de adaptação do campus A. C. Simões da Universidade Federal de Alagoas às normas de acessibilidade. In A. R. de A. Prado, M. E. Lopes, & S. W. Ornstein (Orgs.), *Desenho universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil* (pp. 245–252). Annablume.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina* (11ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.

- Brabo, T. S. A. M. (2015). Movimentos sociais e educação: Feminismo e equidade de gênero. In Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais (pp. 109–128). Marília, SP: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica.
- Brasil. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2004. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm
- Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm
- Brauner, T. B., Oliveira, C. S. P., & Zucchetti, L. (2022). Avaliação da acessibilidade em campus universitário. In Anais do 19º Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (pp. 1–22). Porto Alegre, RS: ANTAC.
- Buffa, E., & Nosella, P. (2012). As pesquisas sobre instituições escolares: O método dialético marxista de investigação. In R. M. L. Araujo & D. S. Rodrigues (Orgs.), A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais (pp. 100–125). Campinas, SP: Átomo & Alínea.
- Cardoso, A. C. A., & Vivian, A. G. (2018). Maternidade e suas vicissitudes: a importância do apoio social no desenvolvimento da díade mãe-bebê. *Diaphora*, 6(1), 43. <http://www.sprgs.org.br:80/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/134>
- Carpiano, R. M. (2009). Come take a walk with me: The “go-along” interview as a novel method for studying the implications of place for health and well-being. *Health & Place*, 15(1), 263–272. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2008.05.00>
- Cavalcante, S., Mourão, A. R. T., & Ferreira, K. P. M. (2018). Mobilidade. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), Psicologia ambiental: Conceitos para compreensão das relações pessoa-ambiente (pp. 141–148). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Bahia (CAU/BA). (2024, setembro 9). CAU/BA abre concurso de TFG e prática inovadora de ensino. <https://cauba.gov.br/2024/09/130185/>.
- Costa, M. F. L. da, & Souza, C. T. R. de. (2014). Acessibilidade e inclusão de cadeirantes na Universidade Federal do Pará. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 9(2), 459–469. <https://doi.org/10.21723/riaee.v9i2.7049>
- Cunha, A. C. A. et al. (2024). As barreiras à permanência de estudantes mães no ensino superior. *Revista Inter-Ação*, 49(3), 1711-1725. <https://doi.org/10.5216/ia.v49i3.80342>
- Da Silva, E. A. R., & Elali, G. A. (2015). O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2), 382-396.
- De Sousa Soares, C. A., Lopes, M. C. B., Cruz, M. V. T., Oliveira, A. V. F., & Lopes, T. M. R. (2025). Acolhimento e permanência a mães universitárias nos polos Fortaleza e Beberibe da UAB no Ceará. In *Anais do XXI Congresso de Ensino Superior à Distância e o X Congresso Internacional de Educação Superior a Distância (CIESUD)*.
- Del Priore, M. (Org.). (2001). História das mulheres no Brasil (7ª ed.). São Paulo, SP: Contexto.

- Duarte, C. L. (2003). Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, 17(49), 151–172. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>
- Ecker, V. D. (2023). Campus universitário: Sua paisagem e ambiências. In *Anais do 3º Encontro Latino Americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis* (pp. 571–582). <https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/2770>
- Elali, G. A. (1997). Psicologia e Arquitetura: em busca do lócus interdisciplinar. *Estudos de Psicologia (natal)*, 2(2), 349-362. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000200009>
- Elali, G. A. (2004). Um sistema de avaliação da acessibilidade em edificações do campus central da UFRN. In: *Seminário acessibilidade no cotidiano*, 1, 2004, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, 1-54.
- Eto, L. T. T. (2025). *Entre folhas e brincadeiras: Experiências infantis com a natureza em contexto rural amazônico*. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/11202>
- Faleiros, F., et al. (2016). Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 25(4), 3–8.
- Fischer, G. (s.d.). *Psicologia social do ambiente*. Portugal: Instituto Piaget.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Editora Paz e Terra: São Paulo.
- Giuliani, M. V. (2004). O lugar do apego nas relações pessoa-ambiente. In E. T. Tassara, E. P. Rabinovich, & M. C. Guedes (Eds.), *Psicologia e ambiente*. São Paulo, SP: EDUC.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de empresas*, 35, 20-29.
- Golant, S. M. (2015). Residential normalcy and the enriched coping repertoires of successfully aging older adults. *The Gerontologist*, 55(1), 70–82. <https://doi.org/10.1093/geront/gnu036>
- Gonçalves, G. de S. (2023). Percalços e êxitos: Narrativas sobre vivências da maternidade na vida acadêmica e na atuação profissional. In J. C. Suzuki, R. de C. M. L. de Castro, & A. G. Soares (Orgs.), *Mães cientistas: Perspectivas e desafios na academia* (pp. 331–353). FFLCH/USP & PROLAM/USP.
- Günther, H. (2003). Mobilidade e *affordance* como cerne dos estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8, 273-280.
- Günther, H., Pinheiro, J. Q., & Guzzo, R. S. L. (Orgs.). (2004). *Psicologia ambiental: Entendendo as relações do homem com seu ambiente*. Campinas, SP: Alínea.
- Günther, I. (2011). Pressão Ambiental. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Temas Básicos em Psicologia Ambiental* (pp. 290 - 295). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Günther, I., & Elali, G. A. (2018). Docilidade ambiental. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Orgs.), *Psicologia ambiental: Conceitos para compreensão das relações pessoa-ambiente* (pp. 47–59). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Hamann, C., de Castro Tedesco, P., Maracci-Cardoso, J. G., & Viscardi, F. (2013). Movimentos de ocupação urbana: uma integração teórica através do conceito de happening. *Diálogo*, (23), 19-33. <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo>
- Higuchi, M. I. G., & Albuquerque, D. da S. (Orgs.). (2022). *Cronologias na relação pessoa-ambiente*. Curitiba, PR: CRV.
- Ibarra, S. R. (2019). *Gênero, maternidade e educação superior: Universitárias-mães na Universidade de Brasília*. <https://cdsa.aacademica.org/000-030/1725.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mulheres estão adiando maternidade para não perder postos de emprego. <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/03/6815947-ibge-mulheres-estao-adiando-maternidade-para-nao-perder-postos-de-emprego.html>.
- Jardim, A. (2022). Antes do programa bolsa permanência (2009-2013): os desafios enfrentados e as estratégias adotadas por estudantes indígenas da licenciatura fiei. *Revista Em Favor De Igualdade Racial*, 5(02), 96–111. <https://doi.org/10.29327/269579.5.2-9>.
- Joaquim, A. R. de S; Aragão, J. E. de O. S. (2024). Políticas de permanência estudantil para mães universitárias na universidade estadual paulista (UNESP). *Diversidade e Educação*, 12(1), 974–998. <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/16260>
- Joffer, S. da C. (2012). Por trás da marca: Relações de discriminação e de exploração de gênero. In *Gênero e serviço social: Múltiplos enfoques*. Natal, RN: EDUFRRN.
- König, K., Raue, M., D'Ambrosio, L. A., & Coughlin, J. F. (2019). Physical and emotional support of the neighborhood for older adults: A comparison of the United States and Germany. *Journal of Environmental Psychology*, 62, 84–94. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272494418301701?via%3Dihub>
- Krol, J. L. S., & Sampaio, C. R. B. (2023). Universitárias amazônidas migrantes e suas vivências durante a pandemia de COVID-19. In S. Barbato et al. (Orgs.), *Narrativas de mulheres na educação e na vida* (pp. 124–144). EDUA & Alexa Cultural.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. de A. (2001). *Fundamentos de metodologia científica* (4ª ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Lawton, M. P. (1999). Environmental taxonomy: Generalizations from research with older adults. In S. L. Friedman & T. D. Wachs (Eds.), *Measuring environment across the life span: Emerging methods and concepts* (pp. 91–124). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10317-004>.
- Lawton, M. P., & Nahmehov, L. (1973). Ecology and the aging process. In C. Eisdorfer & M. P. Lawton (Eds.), *The psychology of adult development and aging* (pp. 619–674). Washington, DC: American Psychological Association.
- Lawton, M. P., & Simon, B. (1968). The ecology of social relationships in housing for the elderly. *The Gerontologist*, 8(2), 108–115. <https://doi.org/10.1093/geront/8.2.108>

- Lima, C. T., Medeiros, L., Medeiros, R., & Elali, G. A. (2020). *Docilidade ambiental: Um guia para incentivar o debate sobre um ambiente universitário acessível e ergonômico*. (pp. 277-285)
- Lima, L. S., Barbato, S., González, M. F., & Mietto, G. (2023). Trajetórias educacionais: Narrativas de uma jovem sobre o ser estudante e mãe. In S. Barbato, C. C. França, G. C. Resende, C. B. Alves, M. B. Gonzalez, & I. Ribeiro da Silva (Orgs.), *Narrativas de mulheres na educação e na vida: Transições e desafios* (pp. 84–106). Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA.
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.5i31.1605>
- Luz, G. M. D., & Kuhnen, A. (2013). O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas. *Psicologia: reflexão e crítica*, 26, 552-560. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000300015>.
- Maluf, V. (2012). *Mulher, trabalho e maternidade: uma visão contemporânea*. São Paulo: Atheneu.
- Marques, S. D. O. (2023). *Conexão com a natureza e bem-estar subjetivo indicado por felicidade em idosos* [Dissertação, Universidade Federal do Amazonas]. Repositório Institucional UFAM. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9677>
- Matos, M. A. de S., Lemos, C. de S., Santos, C. B. de, Souza, D. B. de, & Batista, C. P. (2022). Políticas nacionais e acessibilidade no ensino superior. In M. A. de S. Matos, G. P. T. Sadim, & D. B. de Souza (Orgs.), *Acessibilidade no ensino superior: Um estudo do campus de Manaus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)* (pp. 13–28). Edua.
- Medeiros, P. L. K. (2012). *A apropriação do espaço público de convívio no ambiente universitário: Um estudo de caso com olhar interdisciplinar sobre a UNESCO–Universidade do Extremo Sul Catarinense, em Criciúma–SC* [Monografia, Universidade do Extremo Sul Catarinense]. Repositório Institucional UNESCO. <http://repositorio.unesc.net/handle/1/2053>
- Mendes, A. L. (2019). *Arquitetura bioclimática na Amazônia: Um estudo da obra de Severiano Mário Porto no Setor Norte do Campus UFAM* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas). <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7139>
- Minayo, M. C. S. (2006). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (9ª ed. rev. e aprim.). São Paulo: Hucitec.
- Moore, K. D., Van Haitsma, K., Curyto, K., & Saperstein, A. (2003). A pragmatic environmental psychology: A metatheoretical inquiry into the work of M. Powell Lawton. *Journal of environmental psychology*, 23(4), 471-482.
- Mourão, T. M. F., & Galinkin, A. L. (2008). Equipes gerenciadas por mulheres: Representações sociais sobre gerenciamento feminino. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 91–99. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000100012>

- Oliveira, A. L. de. (2023). Maternidade e docência: Mulheres, sobrecarga de trabalho e lutas por equidade. In J. C. Suzuki, R. de C. M. L. de Castro, & A. G. Soares (Orgs.), *Mães cientistas: Perspectivas e desafios na academia* (pp. 100–127). FFLCH/USP & PROLAM/USP.
- Oriente, S. B. (2022). *Políticas públicas educacionais que amparam práticas pedagógicas que versam sobre a valorização da mulher no Estado do Amazonas* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas]. Universidade Federal do Amazonas. Repositório Institucional UFAM. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8969>
- Perrot, M. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC.
- Pessoa, M. F., Vaz, D. V., & Botassio, D. C. (2021). Viés de gênero na escolha profissional no Brasil. *Cadernos de pesquisa*, 51. <https://doi.org/10.1590/198053148400>
- Pinheiro, J. de Q., & Günther, H. (Orgs.). (2008). *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pinto, G. A., & Buffa, E. (2009). *Arquitetura e Educação: campus universitários brasileiros*. São Carlos: EDUFSCar
- Profice, C. (2016). *Crianças e Natureza: Reconectar é preciso*. São Paulo: Pandorga.
- Ribeiro, C. O. (2017). *Os estilos motivacionais, a prática do exercício físico e o bem-estar psicológico em idosos: estudo exploratório* (Master's thesis, Universidade da Beira Interior (Portugal)).
- Romero, M. F., Souza, A. P. de, & Lisboa, A. M. (2020). Acessibilidade para pessoas com deficiência na perspectiva dos gestores escolares da rede estadual de Brusque/SC. In T. Roedel (Ed.), *Deficiência, inclusão e acessibilidade* (pp. 273–297). UNIFEBE.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular.
- Saffioti, H. I. B. (2013). *Gênero, patriarcado e violência* (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo.
- Santos, C. M. D. (2015). Exploração e opressão da força de trabalho feminina e sua luta pela emancipação [Trabalho acadêmico]. Universidade Federal de Alagoas. <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/4609>
- Santos, D. F. E., Bonfim, V. R., da Costa, M. R., Okochi, R. C. N., & Falcão, S. (2025). Análise da relevância de uma infraestrutura inclusiva para universitárias gestantes e mães que frequentam ambientes acadêmicos com seus filhos. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, 23(4), 28. DOI: [10.55905/oelv23n4-028](https://doi.org/10.55905/oelv23n4-028).
- Sasaki, R. K. (2000). *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA.
- Scheidt, R. J., & Norris-Baker, C. (2004). The general ecological model revisited: Evolution, current status, and continuing challenges. In H.-W. Wahl, R. J. Scheidt, & P. G. Windley

(Eds.), *Annual review of gerontology and geriatrics. Aging in context: Socio-physical environments* (pp. 34–58). New York: Springer.

Schlemer Alcântara, L. C., & Cioce Sampaio, C. A. (2017). Buen Vivir: una perspectiva (de)colonial de las comunidades indígenas. *Revista Rupturas*, 7(2), 1–31. <https://doi.org/10.22458/rr.v7i2.1831>.

Sennett, R. (1974). *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sequeira, A., & da Silva, M. N. (2002). O bem-estar da pessoa idosa em meio rural. *Análise psicológica*, 20(3), 505-516.

Silva, E. A. R. D., & Elali, G. A. (2015). O papel das praças para o envelhecimento ativo sob o ponto de vista dos especialistas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2), 382-396.

Silva, J. L. P. da. (2024). *Entre “banzeiros”: Sofrimentos e resistências de mulheres amazônidas migrantes durante a trajetória de escolarização do ensino superior* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas). <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10610>

Simões, S., & Matos, M. (2010). Ideias modernas e comportamentos tradicionais: a persistência das desigualdades de gênero no Brasil. *Desigualdades de gênero no Brasil: novas ideias e práticas antigas*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 15-40.

Sousa, A. L., Albuquerque, D. D. S., & Higuchi, M. I. G. (2020). A natureza vivida e contemplada no contexto urbano. In M. I. G. Higuchi & J. C. L. Júnior (Orgs.), *Relações pessoa-ambiente amazônico* (pp. 40–61). Rio de Janeiro: Autografia.

Sousa, A. L., Silva, I. R., & Ferreira, I. C. F. (2023). Desafios e resistências para a permanência de mulheres amazônidas na universidade: Um olhar interseccional. In S. Barbato et al. (Orgs.), *Narrativas de mulheres na educação e na vida* (pp. 145–167). EDUA & Alexa Cultural.

Souza, L. F. (2023). Maternidade e universidade: Trajetórias discursivas na graduação. In J. C. Suzuki, R. de C. M. L. de Castro, & A. G. Soares (Orgs.), *Mães cientistas: Perspectivas e desafios na academia* (pp. 281–306). FFLCH/USP & PROLAM/USP.

Souza, M. D. D., & Ferraz, D. L. (2023). A (Im) produtividade do Trabalho Reprodutivo e a Exaustão das Mulheres na Contemporaneidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 27, e220342. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2023220342.por>

Teixeira, C. M. (2009). As mulheres no mundo do trabalho: ação das mulheres, no setor fabril, para a ocupação e democratização dos espaços público e privado. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25, 237-244. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200012>

Universidade Federal de Pelotas. Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. (2024). Resolução nº 90, de 19 de dezembro de 2024: Aprova a Política de Assistência Estudantil para Mães Universitárias da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). https://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2025/01/SEI_2930651_Resolucao_90_2024_COCEPE.pdf.

- Universidade Federal do Amazonas. Auxílio Curumim - Cunhantã. Anexo V resolução Nº 027/2023, DE 25 DE SETEMBRO DE 2023. <https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/7596/8/Anexo%20V%20Resoluc%cc%a7a%cc%83o%200272023%20CONSAD.pdf>
- Urpia, A. M. O., & Sampaio, S. M. R. (2011). Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. *Observatório da vida estudantil: primeiros estudos* [online]. Salvador: EDUFBA, 145-168. ISBN 978-85-232-1211-7.
- Vasconcelos, M. C. C., Silva, M. C. da, & Vieira, C. M. C. (2022). História de mulheres e educação: Transgressões, resistências e empoderamentos. *Revista Teias*, 23(70), 2–11. <https://doi.org/10.12957/teias.2022.69625>
- Vasconcelos, N. B. (2010). Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma Análise da Evolução da Assistência Estudantil ao Longo da História da Educação Superior no Brasil. Uberlândia: *Revista da Católica*, 2(3), 399-411.
- Wahl, H. W., & Gerstorf, D. (2020). Person-environment resources for aging well: Environmental docility and life space as conceptual pillars for future contextual gerontology. *The Gerontologist*, 60(3), 368–375. DOI: [10.1093/geront/gnaa006](https://doi.org/10.1093/geront/gnaa006)
- Wahl, H. W., Iwarsson, S., & Oswald, F. (2012). Aging well and the environment: Toward an integrative model and research agenda for the future. *The Gerontologist*, 52, 306–316. [doi:10.1093/geront/gnr154](https://doi.org/10.1093/geront/gnr154)
- Wang, Z., & Lee, C. (2010). Site and neighborhood environments for walking among older adults. *Health & Place*, 16, 1268-1279. [DOI:10.1016/j.healthplace.2010.08.015](https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2010.08.015)

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO FORMULÁRIO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

Estamos realizando uma pesquisa chamada “Mães na universidade: barreiras e facilitadores à permanência acadêmica no campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)”, desenvolvida pela mestrandia Walesca Antônia Ferreira Corrêa, sob orientação da Profa. Dra. Dayse da Silva Albuquerque, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Esta pesquisa pretende compreender como o campus universitário da UFAM tem acolhido as mães universitárias e suas crianças ao longo da formação acadêmica em nível de graduação. As participantes do estudo não serão identificadas para preservar o sigilo de sua identidade. Você é nossa convidada para participar respondendo o formulário a seguir. Agradecemos.

Contexto acadêmico

Você é estudante da UFAM?

☐ sim

☐ não

Curso: _____

Período/semestre atual: _____

Turno:

☐ Matutino

☐ Vespertino

☐ Noturno

☐ Integral

Dados pessoais e sociodemográficos

Nome:

E-mail:

Data de nascimento:

Cidade de nascimento:

Estado civil:

- ☐ Solteira
- ☐ Casada
- ☐ União estável
- ☐ Divorciada/Separada
- ☐ Viúva

Identidade de gênero :

Orientação sexual :

Raça/cor:

- ☐ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda
- ☐ Amarela
- ☐ Indígena

Renda familiar mensal:

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ De 2 a 3 salários mínimos
- ☐ De 3 a 4 salários mínimos
- ☐ Acima de 5 salários mínimos

Você recebe algum auxílio social?

- ☐ Bolsa Família
- ☐ BPC
- ☐ Pé de Meia
- ☐ Outro: _____
- ☐ Não recebo

Com quem reside (inserir todas as pessoas que compartilham a mesma residência)?

Componente familiar (insira as pessoas que você considera componentes do seu núcleo familiar)? _____

Maternidade e cotidiano universitário

Você tem filhos?

☐ Não

☐ Sim, 1 filho

☐ Sim, 2 filhos

☐ Sim, 3 filhos

☐ Sim, mais de 3 filhos

Idade do(s) filho(s):

Algum(a) dos(as) filhos(as) possui deficiência?

☐ sim especificar _____

☐ não

Você costuma levar seus filhos para a universidade?

☐ sim

☐ não

Com que frequência?

☐ Uma vez por semana

☐ Duas vezes por semana

☐ Três vezes por semana

☐ Mais de três vezes por semana

Apoio e espaços de uso no campus

Quando você leva seus filhos, recebe suporte nos cuidados dentro da universidade?

☐ Colegas do curso

☐ Professores

☐ Funcionários

☐ Não recebo suporte

☐ Outro: _____

Quais espaços da universidade você costuma utilizar com seus filhos?

☐ Salas de aula

☐ Banheiros

☐ Restaurante universitário

☐ Centro de convivência

☐ Laboratórios

☐ Outro: _____

Você tem auxílio nos cuidados com seus filhos em casa?

☐ Não, sou a única responsável

☐ Sim, do(a) companheiro(a)

☐ Sim, de familiares

☐ Sim, de babá

☐ Outro: _____

Você recebe algum auxílio estudantil da UFAM que beneficie diretamente seu(s) filho(s)?

☐ sim, especificar _____

☐ não

Entrevista de aprofundamento

Você estaria disponível para participar de uma entrevista com a pesquisadora?

☐ sim

☐ não

Deixe seu contato de WhatsApp: _____

APÊNDICE B - ROTEIRO ENTREVISTA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS -
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI
ROTEIRO- ENTREVISTAS

APRESENTAR A PROPOSTA DA ENTREVISTA CAMINHADA NO CAMPUS

Bom dia/Boa tarde/Boa noite, meu nome é Walesca, sou discente de mestrado do PPGPSI. Agradeço por ter aceitado participar desta etapa do meu estudo que investiga como a estrutura da UFAM pode facilitar ou dificultar o dia a dia de uma mãe universitária. Para entender melhor isso, gostaria que você me contasse um pouco sobre a sua rotina na universidade, os espaços que frequenta e como você percebe e avalia esses espaços como mãe que em alguns momentos talvez precise trazer sua criança para este local.

Enquanto você me conta isso, gostaria que você também me mostrasse os principais aspectos na estrutura da universidade que você considera importantes para que esses espaços se tornem mais acolhedores para você como mãe e para a sua criança.

Podemos caminhar pelos corredores, banheiros, salas, laboratórios ou outros espaços que você considerar importantes para que eu consiga entender melhor, a partir da sua perspectiva, o que pode facilitar e/ou dificultar a sua rotina como mãe de criança pequena dentro da universidade.

Ressalto que as perguntas serão realizadas de acordo com o que será apresentado pelas participantes, pois se trata de uma entrevista caminha e o espaço/ ambiente contribuem para evocar memórias, lembranças e emoções.

1. Quais são os espaços que você mais utiliza no campus?
2. Como é a sua experiência ao trazer sua criança para este ambiente?
3. Esses espaços atendem às suas necessidades como mãe? Por quê?
4. Já encontrou dificuldades relacionadas à estrutura (acesso, higiene, segurança, conforto)?
5. O que você considera um ponto positivo nesses espaços (facilitadores)?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS -
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa “**Mães na Universidade: barreiras e facilitadores para a permanência acadêmica no campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**”, cuja pesquisadora responsável é a discente de mestrado **Walesca Antônia Ferreira Corrêa** sob orientação da Profa. Dra. Dayse da Silva Albuquerque, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Trata-se de uma pesquisa de dissertação, em nível de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI-UFAM). O estudo tem como objetivo geral: **Compreender como o campus universitário da UFAM tem acolhido as mães universitárias e suas crianças ao longo da formação acadêmica em nível de graduação.**

Você está sendo convidada por ser uma aluna de graduação e mãe de uma criança com até 10 anos de idade, preenchendo os critérios para participação nesta pesquisa.

Caso aceite participar, a sua contribuição consiste em responder a um formulário online na plataforma Google Forms, acessível por meio do link <https://forms.gle/HC1s6WEejhLS6Mtm8> onde a participante deverá estar logada a uma conta de e-mail para assegurar que cada participante responda o formulário apenas uma vez, que abordará os seguintes temas:

- *Perfil do usuário (idade, gênero, mãe universitária, estudante de graduação);*

- *Convite para participar de uma entrevista caminhada a ser realizada nos espaços que sejam significativos para você no seu dia a dia dentro da universidade.*

(A) Sr(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem justificativa e sem prejuízo, conforme o Item IV.3.d, da Res. CNS n. 466 de 2012. Caso deseje excluir suas respostas após a submissão, entre em contato pelo e-mail: walesca.correa@ufam.edu.br, dentro do prazo de **30 dias**.

É de grande importância que, caso aceite participar, guarde em seus arquivos uma cópia do TCLE em forma de documento eletrônico PDF. Caso aceite participar, você terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado (RESOLUÇÃO n. 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016).

Você possui o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. Contudo, para que possamos considerar as respostas para análise com sua efetiva contribuição, esperamos que você possa responder a todas as perguntas do formulário. Porém, caso haja alguma pergunta que você não queira responder, basta não dar continuidade às respostas e sua participação será retirada. Você terá acesso às perguntas somente depois que tiver dado seu consentimento (Carta Circular no 1/2021- CONEP/SECNS/MS).

Riscos e Benefícios

Toda pesquisa envolvendo seres humanos apresenta riscos aos participantes. Nesta pesquisa, os riscos podem incluir sensação de constrangimento e/ou desconforto ao responder perguntas que envolvam experiências pessoais relacionadas à maternidade e à vida universitária, podendo gerar possíveis desconfortos emocionais. Há também o risco de identificação indireta, decorrente de características específicas da trajetória das participantes. Caso ocorra qualquer contratempo, serão estabelecidas redes de diálogo com as participantes para acolher e minimizar eventuais dificuldades. Quando necessário, poderá ser realizado encaminhamento para **atendimento psicológico junto ao CSPA/FAPSI/UFAM**.

Para evitar esses riscos, todos os dados serão anonimizados. As informações fornecidas serão utilizadas apenas para fins científicos, tratadas de forma confidencial e apresentadas de maneira coletiva, sem identificação individual dos participantes. Para minimizar estes riscos,

medidas e providências cabíveis serão discutidas e acordadas com cada participante (Res. 466/12-CNS, IV.3.b.).

Quanto aos riscos para o anonimato e sigilo, garantimos a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Entretanto, por estarmos usando esta plataforma, "nuvem" eletrônica (ambiente virtual), para armazenamento das respostas, há limitações para assegurar a total confidencialidade e, por isso, uma vez terminada a coleta de dados, será realizado o "download" dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local do pesquisador responsável, apagando todo e qualquer registro da plataforma virtual ("nuvem"). (Item IV.3.e, da Resolução CNS nº. 466 de 2012; item 3.2. da Carta 01/2021-CONEP).

Em contrapartida, esta pesquisa também apresenta benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são: proporcionar uma oportunidade de compartilhamento das experiências de vida e opiniões sobre as vivências de mães universitárias. Além disso, o diálogo pode contribuir para gerar reflexões pessoais e coletivas, possibilitando um espaço de escuta e valorização das vozes destas mulheres. Mesmo que não haja benefícios diretos ou imediatos para cada participante, é esperado que os resultados do estudo possam gerar discussões públicas e auxiliar no planejamento de intervenções por meio de políticas que visam melhorias voltadas à permanência de estudantes mães universitárias na graduação, beneficiando, de forma mais ampla, as mulheres em suas jornadas de formação.

A participação é **gratuita**, sem custos para você. Caso ocorram **despesas imprevistas diretamente relacionadas à pesquisa**, estas poderão ser ressarcidas mediante solicitação e comprovação e fornecimento dos dados necessários pelo contato: walesca.correa@ufam.edu.br. **Internet: Não haverá ressarcimento de gastos com internet**, pois a pesquisa pode ser acessada livremente e não exige um consumo significativo de dados móveis.

Também estão assegurados o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação de danos causados ao participante da pesquisa. (Resolução CNS no 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7). Em caso de **danos diretos ou indiretos, imediatos ou tardios** decorrentes da participação na pesquisa, asseguramos assistência gratuita pelo tempo necessário. Caso seja necessária **assistência psicológica**, esta será prestada pelo a) suporte

psicológico por meio do Centro de Serviço de Psicologia Aplicada - CSPA, serviço vinculado à Faculdade de Psicologia - FAPSI da Universidade Federal do Amazonas - UFAM; e/ou b) outra medida necessária ao bem-estar do participante, de modo a garantir a integridade física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do participante. (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS no. 466 de 2012).

Caso você ainda tenha dúvidas, pode entrar em contato com o pesquisador responsável Walesca Antônia Ferreira Corrêa, pelo telefone (92) 98137-3653, endereço Av. Rodrigo Otávio, nº6200 - Setor Sul - Campus Universitário Coroado, CEP 69080-900, Manaus-AM e/ou pelo e-mail walesca.correa@ufam.edu.br, com a professora pesquisadora orientadora Dayse da Silva Albuquerque, pelo telefone (92) 98129-3077 ou pelo e-mail daysealbuquerque@ufam.edu.br. Você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM). O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Recomendamos que você imprima este TCLE e guarde como comprovante do seu consentimento e dos termos aqui descritos, ou faça download em PDF. (Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, item 2.2.).

Consentimento do participante:

Eu, abaixo assinado, concordo voluntariamente em participar do estudo: “Mães na Universidade: barreiras e facilitadores para a permanência acadêmica no campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)” e declaro ainda que fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora responsável sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

() Declaro que li e compreendi as informações acima e concordo em participar da pesquisa nos termos apresentados neste TCLE.

() Não concordo em participar da pesquisa.

APÊNDICE D - CARD E CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DO FORMULÁRIO



Link do formulário da pesquisa “Mães na Universidade: barreiras e facilitadores para a permanência acadêmica no campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)”

Olá, tudo bem? Me chamo Walesca Corrêa e sou mestrande de Psicologia.

Estamos procurando mães estudantes de graduação que tenham filhos com idade até dez anos. Se você se encaixar nesse perfil, for maior de 18 anos e estiver cursando a partir do 3º período, te convido a compartilhar sua experiência de maternidade. Entre no link abaixo e responda um breve questionário: <https://forms.gle/HC1s6WEejhLS6Mtm8>

Caso conheça alguém que se encaixe no perfil, fique à vontade para compartilhar a pesquisa. Sua colaboração e participação é muito importante para que consigamos ter um panorama da experiência de mães estudantes na UFAM.

APÊNDICE E – PARECER DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MÃES NA UNIVERSIDADE: BARREIRAS E FACILITADORES À PERMANÊNCIA ACADÊMICA NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)

Pesquisador: WALESKA ANTONIA FERREIRA CORREA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 93005825.5.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.086.089

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento: : PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2663060.pdf Versão do Projeto: 2

Introdução:

Ao escrever sobre mulheres-mães é imprescindível olhar a história, pois a construção social destes indivíduos sempre esteve rodeada de lutas. Para nós mulheres ocuparmos os diferentes espaços historicamente negados, outras mulheres necessitaram apagar a sua história, em consequência da dominação, submetendo-se a papéis nem sempre confortáveis de serem assumidos. Essa desigualdade de gênero, foi imposta desde a época colonial como uma sociedade extremamente patriarcal, as mulheres estavam subordinadas ao pai e ao marido (Del Priore, 2001). Após um longo percurso de lutas travadas pelas mulheres, hoje podemos fazer escolhas que antigamente não eram permitidas a nós mulheres. A segunda onda do feminismo foi muito importante nesse processo, pois contribuiu com questões sobre a Libertação das Mulheres e os direitos reprodutivos e controle do próprio corpo, acesso à contracepção e legalização do aborto sob o lema *“nosso corpo nos pertence, bem como direito ao prazer e corresponsabilidade no*

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

UF: AM

Município MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone (92)3305-4000

E- cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 8.086.089

trabalho doméstico (Brabo, 2015), questões que se perpetuam até os dias atuais. Badinter (2024) escreve que após essas mudanças abriu-se a porta para as mulheres escolherem outras possibilidades de papéis a serem exercidos, tendo maior liberdade para escolher entre as ambições pessoais ou vivenciar a maternidade com ou sem atividade profissional. Contudo, é importante reconhecer que, na contemporaneidade, há uma multiplicidade de arranjos e configurações familiares, e que muitas mulheres vivenciam a maternidade de forma solo, assumindo integralmente as responsabilidades de cuidado e de provisão (Borges, 2020). Essas transformações, aliadas à lógica de subordinação imposta pelo sistema capitalista, têm exigido das mulheres uma constante adaptação a rotinas exaustivas, marcadas pela sobrecarga e pela multiplicidade de papéis desempenhados (Saffioti, 1987). Em busca de melhores condições de vida, autonomia e ascensão profissional, muitas mães optam por seguir uma trajetória acadêmica e profissional, enfrentando inúmeros desafios relacionados à conciliação entre o cuidado com os filhos e as exigências do mundo do trabalho e da educação formal. Segundo os dados do Censo Escolar de 2022 (Brasil, 2023), divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), as mulheres ocupam uma parcela significativa nos cursos de ensino superior. Badinter (1985) evidencia que o ser mãe ainda é considerado um tema sagrado, onde a mulher deve se dedicar incansavelmente aos seus filhos. E quando decide não se restringir a essa função e buscar outros caminhos, como a educação, o trabalho ou a vida pública, frequentemente é vista como uma mãe ausente ou indiferente. Essa escolha é tratada como uma afronta à natureza, um desvio da norma, reforçando estigmas históricos que classificam a mulher que não se encaixa nesse modelo como a “anormal” por excelência. Bourdieu (1999) afirma que a dominação masculina está tão enraizada nas estruturas sociais que se torna invisível. Essa lógica não foge dos espaços acadêmicos, pois as mães muitas das vezes sofrem violência simbólica ao serem invisibilizadas. A presença dessas mulheres nas universidades ainda é marcada pela invisibilidade institucional e pela ausência de políticas públicas específicas que garantam sua

permanência. Como destacam Joaquim & Aragão (2024), as mães universitárias

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município MANAUS

Telefone (92)3305-4000

E- cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 8.086.089

frequentemente lidam com a sobrecarga das múltiplas jornadas, a falta de creches, a inadequação dos espaços e o preconceito velado dentro da comunidade acadêmica. Nesse sentido, estudar sendo mãe se torna um ato de resistência, e o ambiente universitário, muitas vezes pensado para um estudante ideal, desconsidera as experiências atravessadas por gênero, raça, classe e maternidade. Assim, é urgente que as instituições repensem suas estruturas e práticas para garantir a equidade no acesso e na permanência de mulheres que escolhem maternar e estudar simultaneamente. A escolha por investigar a temática das mães universitárias surge de uma vivência pessoal que atravessa minha trajetória acadêmica e existencial. Mãe de dois meninos, ingressei na universidade durante o meu período de resguardo pós-parto, e, desde então, vivenciei de forma concreta os inúmeros desafios que permeiam a conciliação entre a maternidade e a vida universitária. As exigências impostas pela academia, muitas vezes inflexíveis e descontextualizadas da realidade de mulheres que são mães, geram pressões emocionais e estruturais que podem levar ao desejo de desistência. Essa realidade se agrava diante da ausência de políticas públicas eficazes de permanência e da falta de estrutura adequada nas instituições de ensino superior, refletindo um preconceito velado e por vezes explícito que marca a maternidade como incompatível com o espaço acadêmico. Ser mãe dentro da universidade ainda é, muitas vezes, motivo de julgamento, especialmente quando há a necessidade de levar os filhos para o ambiente universitário, o que é visto como inadequado por uma lógica institucional que não foi pensada para acolher as crianças. Dessa forma, a motivação para esta pesquisa nasce da necessidade de dar visibilidade a essas experiências silenciadas. A partir do lugar de mulher, mãe e estudante de graduação, desenvolvi um olhar sensível e crítico sobre os obstáculos enfrentados por outras mães universitárias. Compreendo que investigar esse tema é uma forma de contribuir para a construção de uma universidade mais inclusiva, que reconheça a diversidade de seus sujeitos e promova condições reais de permanência acadêmica para mulheres que, além de estudantes, são também mães que vivem a maternidade e a maternagem. Este estudo busca dialogar diretamente com a abordagem da Psicologia Ambiental, por possibilitar a compreensão das conexões entre a pessoa e o ambiente, bem como dos impactos que essa inter-relação exerce sobre a

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município MANAUS

Telefone (92)3305-4000

E- cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 8.086.089

subjetividade dos indivíduos. Ao tratar de mães no contexto universitário, considera-se que as relações estabelecidas nesse espaço influenciam diversas dimensões da experiência pessoal, à medida que novas vivências e desafios se apresentam (Albuquerque, 2019). Para tanto, será utilizado como aporte teórico o modelo pressão-competência do gerontólogo Lawton (1973), tendo como base o conceito de Docilidade Ambiental, ou seja, a relação entre demandas individuais e recursos ambientais disponíveis que podem reduzir ou aumentar a pressão e o estresse na relação pessoa-ambiente (Lawton, 1973). Esse conceito irá contribuir para a compreensão de como as condições estruturais da universidade afetam de maneira ampliada a experiência das mães universitárias. Este estudo, em diálogo com a linha de pesquisa Processos Psicossociais do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI), busca enriquecer o campo de pesquisa que dialoga gênero, educação e relações pessoa-ambiente, a partir da realidade da Universidade Federal do Amazonas que possui um projeto arquitetônico único, e que já apresenta desafios educacionais próprios da região norte. Além de contribuir para a reformulação de políticas públicas de acesso e permanência em âmbito nacional e não apenas na realidade do Amazonas, e na reestruturação da universidade para torná-la mais acessível e sensibilizar a comunidade acadêmica de que esse espaço é um direito de todos independente de gênero. Diante dessas discussões teóricas e diálogos, esse estudo baseia-se nas seguintes questões norteadoras: Como a infraestrutura e a organização espacial do campus universitário refletem a docilidade ambiental para as mães universitárias? E como a percepção das mães universitárias sobre a docilidade ambiental do campus afeta suas estratégias de conciliação entre maternidade e vida acadêmica?

Hipótese:

1. A infraestrutura e a organização espacial do campus universitário não refletem a docilidade ambiental para as mães universitárias pois apresentam muitas barreiras que causam pressão ambiental. 2. A percepção das mães universitárias sobre a docilidade ambiental do campus afeta negativamente suas estratégias de conciliação entre maternidade e vida acadêmica

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município MANAUS

Telefone (92)3305-4000

E- cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 8.086.089

Metodologia Proposta:

Esta pesquisa será conduzida no Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), localizado na zona leste da cidade de Manaus, em uma área de proteção ambiental com aproximadamente 6,7 milhões de metros quadrados. O campus apresenta características singulares em relação a outras instituições, destacando-se pela vasta área verde e por um projeto arquitetônico que valoriza a identidade amazônica. A escolha deste local se justifica pela facilidade de acesso, mas também pela relação construída com o espaço durante a graduação e pelas possibilidades de observação das dinâmicas que envolvem a permanência de mães universitárias no ensino superior, o que contribui diretamente para a construção da relação pessoa-ambiente, aspecto fundamental para a abordagem adotada na pesquisa. Trata-se de um ambiente compartilhado por diferentes públicos: estudantes de graduação e pós-graduação, servidores, docentes, trabalhadores terceirizados e membros das comunidades vizinhas. No entanto, cada pessoa o vivencia de maneira diferente. Um grupo específico, frequentemente invisibilizado, é o das mães universitárias, que vivenciam cotidianamente esse espaço e constituem o foco central desta investigação. Em se tratando dos cuidados éticos, essa pesquisa será submetida ao Comitê de Ética (CEP) em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas através da Plataforma Brasil. Seguir-se-á os princípios da Resolução 510/2016 que apresenta as diretrizes éticas aplicáveis às pesquisas nas áreas de ciências humanas e sociais. Todo o processo será conduzido em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, reforçando o compromisso ético da pesquisa com a proteção e o respeito às mães universitárias envolvidas. Por se tratar de um estudo qualitativo envolvendo entrevistas com mães universitárias, serão respeitados os princípios da autonomia, do respeito à dignidade e da confidencialidade das participantes. Para coleta de dados desta pesquisa buscar-se-á utilizar como instrumento um formulário (<https://forms.gle/gqwAk4njtxrH1hs19>) voltado à caracterização do perfil das participantes e a técnica de entrevista caminhada, de modo a articular dados objetivos e narrativas contextuais, contribuindo para uma análise mais rica e aprofundada. O primeiro contato ocorrerá por meio da divulgação de um Google Forms. As potenciais participantes serão convidadas por

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

UF: AM **Município** MANAUS

Telefone (92)3305-4000

CEP: 69.057-070

E- cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 8.086.089

grupos de Whatsapp que reúnem estudantes de graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), bem como por meio de redes sociais (Instagram). Nessas redes será disponibilizado um card convocando as futuras participantes que atenderem ao perfil (Apêndice D). A identificação do perfil das mães universitárias ocorrerá a partir da análise das respostas obtidas no formulário, que servirá como instrumento inicial de triagem e seleção para a etapa subsequente da pesquisa.

Na primeira etapa da pesquisa, será aplicado um formulário online com o objetivo de alcançar até 50 participantes, mães universitárias regularmente matriculadas na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O formulário será composto por questões, contemplando informações como: curso, período, turno das aulas, idade, estado civil, quantidade de filhos, idade das crianças, se possui rede de apoio, e se há o hábito de trazer os filhos para o ambiente universitário. Esses dados permitirão traçar um perfil das

participantes e identificar padrões e desafios recorrentes em relação à permanência acadêmica. A partir dos dados coletados, será selecionado um grupo de até cinco mães (10%) para participação na segunda etapa da pesquisa, que consistirá em entrevista caminhadas, possibilitando uma abordagem mais aprofundada sobre as experiências, estratégias de enfrentamento e percepções relacionadas às barreiras e facilitadores no cotidiano universitário.

Metodologia de Análise de Dados:

A análise dos dados, além de oferecer suporte para distintas aplicações no desenvolvimento da pesquisa, também favorece a elaboração de referenciais que poderão subsidiar investigações futuras (Minayo, 1996; Bauer & Gaskell, 2002). Para a análise qualitativa dos dados obtidos por meio das entrevistas caminhadas, que serão áudio gravadas, transcritas e posteriormente analisadas. A análise dos dados será realizada por meio da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa abordagem se mostra adequada para o tratamento de dados qualitativos, permitindo a identificação, categorização e interpretação de sentidos presentes nos discursos dos participantes. A análise de conteúdo possibilita uma exploração sistemática e objetiva das entrevistas, contribuindo

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município MANAUS

Telefone (92)3305-4000

E- cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 8.086.089

para a organização das informações em categorias temáticas que emergem do próprio material. Dessa forma, pretende-se compreender com maior profundidade as percepções, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa. E como afirma Lakatos e Marconi (2001, p. 167) *“é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”*.

Desfecho Primário:

Espera-se que os resultados desta investigação contribuam para o aprofundamento do debate acerca da permanência de mães universitárias no ensino superior, com foco na realidade do campus sede da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Ao integrar os fundamentos da Psicologia Ambiental, especialmente a noção de Docilidade Ambiental, busca-se compreender de que maneira os elementos físicos, sociais e simbólicos presentes no ambiente universitário influenciam a vivência dessas mulheres, ora facilitando, ora intensificando pressões que comprometem sua trajetória acadêmica. Por meio da análise das barreiras institucionais e estruturais, pretende-se identificar os principais entraves enfrentados por essas mães. Ademais, almeja-se que os dados obtidos auxiliem na proposição de políticas mais inclusivas, orientadas à qualificação da infraestrutura dos campi e à implementação de estratégias de acolhimento, contribuindo para a construção de uma universidade mais sensível à diversidade e comprometida com a equidade. Essa pesquisa também pretende contribuir com o desenvolvimento de políticas junto à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) a partir da necessidade de se realizar um levantamento do perfil de mães universitárias na instituição, identificando aspectos como renda, condições e rede de suporte para o cuidado da criança. Buscar-se-á dar mais visibilidade para a formulação de políticas de assistência estudantil e oferta de auxílios que contemplem esse grupo majoritariamente excluído.

Tamanho da Amostra - 55

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender como o campus universitário da UFAM tem acolhido as mães universitárias e suas crianças ao longo da formação acadêmica em nível de

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

UF: AM

Município MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone (92)3305-4000

E- cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 8.086.089

graduação.

Objetivo Secundário:

1. Descrever barreiras e facilitadores na infraestrutura e na organização espacial do campus universitário percebidas por mães e suas crianças; 2. Identificar os principais desafios enfrentados por mães universitárias em relação à conciliação das responsabilidades acadêmicas e familiares; 3. Caracterizar a percepção das mães universitárias sobre a adequação do campus no atendimento de suas necessidades específicas;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Estamos cientes que toda pesquisa que envolve seres humanos é passível de riscos. No decorrer da pesquisa pode ocorrer algum desconforto devido a sensibilidade do tema abordado. Sendo assim, caso ocorra algum contratempo, buscaremos compor redes de diálogo com os sujeitos envolvidos para sanar as questões vividas. Além disso, poderá ser feito encaminhamento para acompanhamento psicológico junto ao CSPA-FAPSI- UFAM. Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Benefícios:

Contudo, esta pesquisa também apresenta benefícios. Os possíveis benefícios resultantes da participação na pesquisa são: proporcionar uma oportunidade de compartilhamento das experiências de vida e opiniões sobre as vivências de mães universitárias. Além disso, o diálogo pode contribuir para gerar reflexões pessoais e coletivas, possibilitando um espaço de escuta e valorização das vozes destas mulheres. Mesmo que não haja benefícios diretos ou imediatos para cada participante, é esperado que os resultados do estudo possam gerar discussões públicas e auxiliar no planejamento de intervenções por meio de políticas que visam melhorias voltadas à permanência de estudantes mães universitárias na

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

UF: AM

Município MANAUS

Telefone (92)3305-4000

CEP: 69.057-070

E- cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 8.086.089

graduação, beneficiando, de forma mais ampla, as mulheres em suas jornadas de formação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tipo de estudo: Pesquisa de mestrado

Caráter $\checkmark$ acadêmico

Patrocínio - financiamento próprio

País de origem $\checkmark$ Brasil

Nº de participantes da pesquisa $\checkmark$ 55 estudantes mães universitárias na graduação

Equipe de Pesquisa

CPF/Documento: 023.909.312-78 - WALESKA ANTONIA FERREIRA CORREA- - Pesquisador responsável.

CPF/Documento: 911.408.202-06 - Dayse da Silva Albuquerque- Orientadora

Forma de recrutamento dos participantes da pesquisa $\checkmark$ apresentado em conformidade com a Resolução 466/2012 e 510/2016 do CNS.

Local de realização da pesquisa: Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), localizado na zona leste da cidade de Manaus.

Critério de Inclusão:

- a) Ser mãe universitária regularmente matriculada em um curso de graduação na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com idade superior a 18 anos;
- b) Concordar em participar da pesquisa;
- c) Estar cursando a partir do 3º período considerando que, nesse estágio do curso, as estudantes tendem a ter maior familiaridade com o campus e com suas rotinas acadêmicas e,
- d) E que possuam filhos com idade até dez anos.

Critério de Exclusão:

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município MANAUS

Telefone (92)3305-4000

E- cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 8.086.089

Não estejam regularmente matriculadas em cursos de graduação;
Estejam cursando o 1º ou 2º período (em razão do tempo reduzido de inserção no campus) e,
Tenham filhos com idade superior a 10 anos, visto que a dinâmica da maternidade, nesse caso, difere significativamente dos objetivos centrais da investigação.

Previsão de início do estudo:

Pesquisa de campo - 15/12/2025 - 30/04/2026

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- a) Folha de rosto: adequada
- b) Orçamento financeiro: apresentado.
- c) Cronograma: apresentado.
- d) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): adequado
- e) Projeto de pesquisa original na íntegra: apresentado e adequado.
- f) Instrumental de pesquisa: apresentado e adequado.
- g) Termo de anuência de atendimento psicológico: apresentado..
- h) Termo de anuência da Instituição coparticipante: apresentado .

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo de pesquisa apresenta relevância nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, com temática atualíssima e emergente no bojo do desenvolvimento das pesquisas na região Amazônica.

Ao analisar o protocolo, o Colegiado do Comitê de Ética em pesquisa considerou que todos os documentos apresentados foram reconfigurados e estão em conformidade com as normativas expressas nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 sobre Pesquisas com seres humanos no país. Ressalta-se que após a aprovação do protocolo, a pesquisadora deve comprometer-se em apresentar o relatório parcial da pesquisa e relatório final, de acordo com a sinalização do Item 2.1.1 da Resolução 466/2012, já que trata-se de uma pesquisa com seres humanos com a devida anuência do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, a entrega dos relatórios parcial e final são

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município MANAUS

Telefone (92)3305-4000

E- cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 8.086.089

exigências normativas.

Diante dos documentos ora apresentados ao Colegiado Multidisciplinar do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, considera-se que a pesquisa está aprovada.

SMJ

É o parecer.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2663060.pdf	29/11/2025 16:35:44		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_assinado.pdf	29/11/2025 16:35:11	WALESCA ANTONIA FERREIRA CORREA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAATUALIZADO.pdf	29/11/2025 16:28:17	WALESCA ANTONIA FERREIRA CORREA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMESTRADO.pdf	29/11/2025 16:27:16	WALESCA ANTONIA FERREIRA CORREA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DISSERTACAOCEP.pdf	29/11/2025 16:25:57	WALESCA ANTONIA FERREIRA CORREA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	13/10/2025 22:20:44	WALESCA ANTONIA FERREIRA CORREA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	09/10/2025 15:33:22	WALESCA ANTONIA FERREIRA CORREA	Aceito
Outros	CSPA.pdf	09/10/2025 15:19:13	WALESCA ANTONIA FERREIRA CORREA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TERMO.pdf	09/10/2025 15:12:37	WALESCA ANTONIA FERREIRA CORREA	Aceito
Outros	ENTREVISTAS.pdf	09/10/2025 15:00:31	WALESCA ANTONIA FERREIRA CORREA	Aceito
Outros	FORMULARIO.pdf	09/10/2025 14:58:51	WALESCA ANTONIA FERREIRA CORREA	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM **Município** MANAUS

Telefone (92)3305-4000

E- cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 8.086.089

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 27 de Dezembro de 2025

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município MANAUS

Telefone (92)3305-4000

E- cep@ufam.edu.br